



Faculdade de Teologia Integrada

Conexão Teológica

Ano 01, Volume 01, 2016



Atualidades Teológicas

Revista semestral do programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões e Graduação em Teologia da Faculdade de Teologia Integrada

CONEXÃO TEOLÓGICA

Revista Semestral do programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões e Graduação em Teologia da Faculdade de Teologia Integrada.

Ano 01, Volume 1, 2016.

ORGANIZAÇÃO

Gerson Francisco de Arruda Júnior
Hildeberto Alves da Silva Júnior
Inácio Reinaldo Strieder

FACULDADE DE TEOLOGIA INTEGRADA

Direção Geral: Rosely Pereira Pontes de Oliveira
Superintendente: Gerli Gomes Alves da Silva
Diretor Acadêmico: Antônio Rêgo Barros
Diretor Administrativo: Hildeberto Alves da Silva
Coordenação Acadêmica e Tecnologia da Informação: Hilgerly Gomes Alves da Silva
Coordenador do curso Teologia: Inácio Reinaldo Strieder
Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão: Gerson Francisco de Arruda Júnior
Coordenador de Extensão e Relações Institucionais: Hildeberto Júnior
Coordenador de Marketing: Thalyson Pinheiro
Coordenadora de Comunicação e eventos: Christiane Joyce
Secretária Geral: Juracy Gomes Pereira

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

BR 101 Km 42,5, CEP: 53.640-900 Centro - Igarassu/PE

www.fatin.com.br

secretaria@fatin.com.br

Telefones: 81 35433259 81 3342 2053

Sede: Igarassu-PE

EXPEDIENTE

EDITORES

Gerson Francisco de Arruda Júnior
Hildeberto Alves da Silva Júnior
Inácio Reinaldo Strieder

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Augustos (Universidade Lusofona de Tecnologia e Humanidades)
Fernando Saramago (UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA)
Gerson Francisco de Arruda Júnior (UNICAP / FATIN)
Hildeberto Alves da Silva Júnior (FATIN)
Inácio Reinaldo Strieder (UFPE/ FATIN)
Leopoldo Briones (PUC-Chile)
Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida (UFRPE)
Stefano dos Santos Alves (FATIN/MACKENZIE)

COMITÊ CIENTÍFICO

Christiane Joyce Rocha de Moraes
Gerson Francisco de Arruda Júnior
Inácio Reinaldo Strieder
Stefano dos Santos Alves
Rosely Pereira Pontes de Oliveira

ACESSÓRIA TÉCNICA/EDITORAÇÃO ELETRÔNICA E DIAGRAMAÇÃO

Hilgerly Gomes Alves da Silva

REVISÃO ORTOGRÁFICA

Roberval Felix da Silva

APRESENTAÇÃO

É com imensa alegria que a Faculdade de Teologia Integral – FATIN, apresenta e oferece ao público a revista *Conexão Teológica*, que será de grande utilidade para todos que estudam a teologia e almejam o conhecimento teológico. Quatro áreas são contempladas neste primeiro volume: Teologia pastoral, Teologia Exegética, Teologia Filosófica e Teologia Dogmática.

No primeiro artigo, intitulado “ADULTÉRIO: PRÁTICA E CONSEQUÊNCIAS”, escrito por *Alexandre César Teixeira da Silva*, é abordada a questão do adultério e suas consequências a partir do sétimo mandamento.

No segundo artigo, intitulado A IMPORTÂNCIA DO SÉCULO II NA FORMAÇÃO DO CÂNON DO NOVO TESTAMENTO, escrito por *Enock Correia*, é tratada a relevância do segundo século para a compreensão do processo histórico da formação do Cânon do Novo Testamento.

No terceiro artigo, que tem como título “OS PRESSUPOSTOS DO NATURALISMO CONTEMPORÂNEO: um “desafio” à fé cristã?”, escrito por *Gerson Francisco de Arruda Júnior*, faz uma abordagem descritiva do naturalismo e os desafios que o mesmo coloca à fé cristã.

No quarto artigo, intitulado TEÓLOGOS QUE TRANSFORMAM, escrito por *Inácio Strieder*, é feita uma abordagem descritiva e analítica dos tipos de teologia e de teólogos, com ênfase no teólogo que tem a palavra como instrumento de transformação – palavra que cria, palavra que se fez homem em Jesus de Nazaré.

O último artigo tem como título: “A ATUAL INFLUÊNCIA DO ENSINO RELIGIOSO PROTESTANTE NA EDUCAÇÃO DO COLÉGIO AMERICANO BATISTA”, de *Rosely Pereira Pontes de Oliveira*, propõe investigar como o Ensino Religioso Protestante tem influenciado a educação no Colégio Americano Batista desde as suas origens à atualidade sem excluir a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9.394/96 e com a estrutura do Ensino Religioso mediante produção dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs.

Assim, com este primeiro volume, desejamos que o crescimento teológico seja adquirido e acrescentado àqueles que lerão os artigos da revista *Conexão Teológica*. É que este conhecimento teológico não seja um fim em si mesmo, mas que ele nos conduza à adoração do Deus que nos criou por sua palavra para louvor de sua glória. *Soli Deo gloria.*

Stefano Alves dos Santos

SUMÁRIO

ADULTÉRIO: PRÁTICA E CONSEQUÊNCIAS <i>Alexandre César Teixeira da Silva</i>	06
A IMPORTÂNCIA DO SÉCULO II NA FORMAÇÃO DO CÂNON DO NOVO TESTAMENTO <i>Enock Correia</i>	26
OS PRESSUPOSTOS DO NATURALISMO CONTEMPORÂNEO: um “desafio” à fé cristã? <i>Gerson Francisco de Arruda Júnior</i>	44
TEÓLOGOS QUE TRANSFORMAM <i>Inácio Strieder</i>	58
A ATUAL INFLUÊNCIA DO ENSINO RELIGIOSO PROTESTANTE NA EDUCAÇÃO DO COLÉGIO AMERICANO BATISTA <i>Rosely Pereira Pontes de Oliveira</i>	71

ADULTÉRIO: PRÁTICA E CONSEQUÊNCIAS

Alexandre César Teixeira da Silva¹

Resumo

Este artigo aborda a questão do adultério e suas consequências. Versa, designadamente, sobre os critérios utilizados para esta questão no sétimo mandamento de Deus. Primeiramente, conceitua-se o termo adultério e termos a ele relacionado, a partir de sua etimologia em latim, em grego, e no hebraico bíblico. Em seguida, analisa-se o conceito de casamento no Antigo e no Novo Testamentos; a lei do adultério, que é considerada como um dos mais abomináveis pecados perante a aliança entre o homem, a mulher e Deus; a questão da quebra do Sétimo Mandamento que proíbe o adultério; as causas da infidelidade conjugal, começando pela visualização do que é proibido, das várias formas de infidelidade, às suas consequências espirituais, civis, o que diz lei Maria da Penha sobre o caso, e a consequência na saúde física e psicológica.

Palavras-chave: Adultério; Infidelidade; Perfídia; Traição; Prostituição.

Introdução

Nos dias atuais, há um grande apelo para que práticas consideradas “tabus antiquados” deixem de existir. Entre elas, temos várias imoralidades, tais como: o adultério, a fornicação e a prostituição, que se tornam cada vez mais comuns e aceitáveis a todos. Dentre os meios que mais propagam essas práticas estão, por exemplo, os filmes, os programas e novelas de televisão, que frequentemente mostram cenas de imoralidades, de incestos, induzindo aos telespectadores a aceitar e a torcer por casais adúlteros ou homossexuais, fomentando uma apologia a essas práticas e, principalmente, plantando, no subconsciente da coletividade, a ideia dessas práticas. Por isso, lamentavelmente, eles têm obtido resultados positivos perante a opinião pública.

Mas, há uma advertência:

“Aqueles que se divertem com as práticas imorais dos outros, mesmo se cometê-las, contribuem diretamente para predispor a opinião pública à imoralidade e, portanto, à corrupção e, por fim, à condenação eterna de um número infinito de pessoas. Esse pecado é digno de morte e será desmascarado e condenado no dia juízo” (BÍBLIA, 1995, p. 1698).

É um alerta sério. Mas, mesmo assim, hoje em dia alguns têm vergonha de serem fiéis. Anteriormente, era vergonhoso para quem fosse infiel ao seu cônjuge; porém, em nossa sociedade chamada “moderna”, os valores morais estão trocados. Hoje, tanto homens como mulheres, afirmam publicamente que são ou já foram infiéis, relatando seus relacionamentos extraconjugais sem o mínimo de constrangimento, ou assumem sua postura homossexual

¹ Formado em Bacharel em Teologia pela Faculdade de Teologia Integrada, o autor é membro da Comunidade Israelita Sefarade Beit Shmuel de Recife – PE, e é professor de Hebraico Bíblico e de Exegese do Antigo Testamento. E-mail: alexandre.hebreu@gmail.com.

abertamente, como se esse ato fosse algo moderno e sofisticado. Nesse contexto, a fidelidade, o conceito de heterossexualíssimo, e a moralidade, são vistos como algo ultrapassado.

“Adultério é uma palavra que, segundo muitos, atualmente soa obsoleta, lembra tempos remotos, cintos de castidade e pessoas com poder de propriedade sobre outras. Lembra apedrejamento, infâmia, honra lavada com sangue, atitudes que já não condizem com a época presente em que nem incesto, nem homossexualismo ou prostituição são tipificados como crime e em que os avanços da psiquiatria e ciências psicológicas, bem como o respaldo da sociologia, dão outras conotações a condutas desviantes” (KOSOVISK, 1997, p. 15).

Há alguns anos atrás, não muito tempo, falar sobre sexo era um tabu, pois o tema estava ligado diretamente à procriação, a intimidades dos casais (diga-se de passagem, casados) em seus lares. Nos anos 60 do século passado, houve um movimento chamado “revolução sexual” em que o sexo deixou de ser visto como um meio gerativo, e, onde existia a linha de “é proibido”, passou a ser “é liberado”, criando a máquina de comercialização do sexo que resultou até os dias atuais em lucros fantásticos aos empresários de filmes pornográficos, de sexy shops, motéis, etc. Houve, desde então, uma transformação cultural e moral que não só acarretou inúmeros novos problemas sociais, como também agravou os que já existiam, tais como: prostituição, aborto, homossexualismo, desajustes conjugais, divórcio, entre outros. Assim, a família – que é a “célula” social do relacionamento humano – foi submetida a constantes abalos, promovendo um enorme e profundo interesse por parte de pesquisadores e cientistas sobre a questão da sexualidade e do relacionamento sexual (Cono & Ferriani, 2000).

A jornalista estadunidense, Pamela Druckeman, autora do livro *Na ponta da língua*, que retrata a questão do adultério em várias partes do mundo, em entrevista ao portal G1 em relação à infidelidade entre os brasileiros, comenta:

“Quando se está num círculo onde acontecem muitos adultérios, a impressão que dá é que todo mundo trai. E os brasileiros parecem ser fatalistas em relação ao impulso para a traição. Os homens casados se vangloriam de suas traições com os amigos, enquanto nos Estados Unidos eles sentem medo ou vergonha de falar sobre o assunto. Eu ouvi uma expressão bem brasileira que diz: uma mulher precisa de um motivo para trair, um homem só precisa de uma mulher. Mas me disseram que as mulheres brasileiras vigiam muito seus maridos. Elas sabem o risco que correm”. (Disponível em: <http://g1.globo.com/platb/maquinadeescrever/2009/08/14/701/>. Acesso: 26 jan 2014.).

Não há justificativa para essas práticas ilícitas. Quando tentamos justificar tal prática abrimos as portas para o pecado entrar e incendiar o nosso ser, contaminando assim toda a sociedade. Não podemos esquecer que, na sociedade, ainda há pessoas solteiras, pessoas que

estão em estado de viuvez, pessoas divorciadas, pessoas casadas (cristãs ou não) que se preservam, e que muitas, por motivos diversos, controlam suas paixões: “*Se procederes bem, não é certo que serás aceito? Se, todavia, procederes mal, eis que o pecado jaz à porta; o seu desejo será contra ti, mas a ti cumpre dominá-lo*” (Gn 4.7).

A prática do sexo antes do casamento é considerada ilícita, segundo a tradição bíblica, mas muitos fiéis fazem vistas grossas a esse preceito nos dias de hoje. Em nossa legislação brasileira, não há nenhuma norma que proíba o sexo antes do casamento, exceto quando ocorre crime como o estupro ou que invalida um casamento por um dos cônjuges não ser mais virgem. O sexo é uma suprema forma de proximidade, unidade e intimidade humanas; é algo maravilhoso, de uma preciosidade divina e sujeito a excessos, algo que jamais deveria ser compartilhado com estranhos. Devemos apenas dividir esse dom somente com alguém que seja de nossa mais profunda confiança e que com ela sejamos extremamente fiel e ela conosco, pois esse é o desejo divino para o sexo, algo que é profundamente íntimo.

“A Bíblia deixa claro que não há nada de vergonhoso em falar de sexo num contexto apropriado. Em Israel, o povo de Deus recebeu ordens de se reunir, incluindo os “pequeninos”, para ouvir a leitura da Lei mosaica (Dt 31.10; Js 8.35). A Lei mencionava francamente diversos assuntos sexuais, como menstruação, emissões seminais, fornicção, adultério, homossexualismo, incesto e bestialidade (Lv 15.16,19; 18.6, 22,23; Dt 22.22). Depois dessas leituras os pais com certeza tinham muito o que explicar aos filhos cheios de perguntas” (ASSOCIAÇÃO TORRE DE VIGIA DE BÍBLIAS E TRATADOS, 2012, p. 92).

Nós somos como outros serem criados na natureza: a reprodução da nossa espécie é realizada através de relação sexual, e, segundo estudos científicos, o desejo que temos do sexo é o mesmo que temos por nossa vontade de viver, o que não se constitui como coisa má, muito menos pecado, pois fomos criados dessa forma. O desejo sexual é um dom divino, cujo objetivo é a multiplicação e perpetuação de nossa espécie. E é de conhecimento geral de como é feita a reprodução humana, ou seja, que o ato sexual em si mesmo não é pecado nenhum, desde que esteja dentro dos parâmetros divinos.

1. Conceitos

A palavra “adultério” vem da expressão latina “*ad alterum torum*” que significa “na cama do outro”, provém do latim *adulterium*, de *adulter*. Seus componentes léxicos são: o prefixo *ad* (que dá a ideia de “cerca de, aproximação, para, em direção a”), a raiz de *alter* (que significa “outro”), alterada em *ulter* ao receber o prefixo, mais o sufixo *io* (que dá a ideia de

“efeito ou resultado”). Assim, *ad + ulterium* (que, na condição de advérbio, significa “o que está do outro lado, o que está mais longe”).

“Segundo uma autoridade citada em *A latin Dictionary* (Freund-Lewis-Short), “*adulter et adultera dicuntur, quia et ille ad alteram et haec ad alterum se conferunt*” (chamam-se de adúltero e adúltera porque tanto ele se entrega a outra como ela, a outro). Encontra-se também esta etimologia: “*ad alterum torum ire*” (ir a outra cama)” (SCHÜLER, 2002, p. 25).

No grego *koinê* usado no Novo Testamento, temos o termo *μοιχος* (*moichos*) que dá a ideia de “adúltero” e como metáfora “alguém que é infiel a Deus, descrente”. Outro termo derivado é *μοιχευω* (*moicheuo*), que dá as seguintes ideias: “cometer adultério”; “ser um adúltero”; “cometer adultério com, ter relação ilícita com a mulher de outro”; “permitir adultério, ser devassa”. Outro termo derivado é *μοιχεια* (*moicheia*) que dá a ideia de “adultério”. Temos o termo *μοιχαω* (*moichao*) que nos dá a seguinte ideia: “é ter uma relação ilícita com a mulher do outro, cometer adultério com”. E, por último, o termo *μοιχαλις* (*moichalis*), forma prolongada do feminino de *μοιχος* (*moichos*), que dá a seguinte ideia: “mulher infiel” e como figurativo equivalente a ser infiel a Deus, sujo, apóstata.

No hebraico temos o termo *na'aph*, que significa “cometer adultério”, tendo como termos derivados *ni'aph*, que significa “adultério” (Ez 23.43; Jr 13.27); e *na'aphuph*; *na'aph* é uma raiz que aponta para “a relação sexual com a esposa ou a prometida de outro homem”. A importância desta raiz vai muito além do que parece, visto que seu uso no sétimo mandamento constitui um elemento básico da lei social e seu uso teológico-religioso revela um elemento central na religião de Israel.

A palavra “fornicação”, termo oriundo do latim *fornicatio + -onis*, do verbo latino *fornicari*, derivado de *fornicis* ou *fornix*, que significa “abóbada ou arco”. A palavra “fornicar” vem do verbo latino *fornicari*, que tem praticamente o mesmo significado, mas no original significa “visitar um bordel”. O *fornece* era o arco da porta sobre a qual as prostitutas romanas se exibiam. As meretrizes ficavam por lá porque, além de ligar o lugar ao sexo, a mulher romana devia – a não ser que não tivesse pai, nem marido, nem filho(s) do sexo masculino – sempre obediência a um homem (podiam também ser escravas). As mulheres deveriam ficar sempre dentro dos limites da casa-prédio do seu dono ou protetor – por isso, não podiam passar do arco (*fornice*). *Fornicari* era voz e vício da aristocracia romana nas termas, mais precisamente ao calor abobadado “*fornace*” em suas orgias por trás do banho. Disso, generalizou “*fornication*”.

Prostituição é a troca consciente de favores sexuais por dinheiro. É praticada mais comumente por mulheres, mas há um grande número de casos de prostituição masculina em

diversos locais ao redor do mundo. A prostituição é reprovada em diversas sociedades, por ser contra a moral dominante, à possível disseminação de doenças sexualmente transmissíveis, por causa do adultério e pelo impacto negativo que poderá ter nas estruturas familiares (embora os clientes possam ser ou não casados). A palavra “prostituta” tem sua origem no latim, e quer dizer das mulheres que praticavam a prostituição em Roma, que “ficavam” (*stare*) “em frente” (*pro-*) dos possíveis clientes, fazendo uma exibição do material oferecido. Daí *prostituere*, “prostituir-se”. Naquela época, quando as vendiam, os proprietários colocavam as escravas mais bonitas em frente da fila para serem apreciadas e adquiridas.

No hebraico do Antigo Testamento, o termo *zānâ* significa “cometer fornicação, praticar prostituição”. A ideia básica da palavra é “ter relação sexual ilícita” (especialmente em relação a mulheres). É um verbo usado tanto literal como figuradamente. O sentido literal diz respeito a relações heterossexuais ilícitas. São termos derivados: *z'nunim*, “fornicação”; *z'nût*, “fornicação”; e, *taznût*, “fornicação”. O termo *n'hōshet* é usado para indicar “concupiscência, prostituição”, tem um significado incerto e só ocorre em Ez 16.36. Outro termo é *'etnan* que significa “paga de prostituta”. Há também o termo *qādêsh* que significa “prostituto cultural”. Este substantivo é semelhante ao nome próprio “Cades”, significa “santo, “consagrado”, mas consagrado a quê? As mulheres que serviam nos santuários pagãos eram denominadas *q'êdeshá* “prostitutas culturais”, porque é isso que eram. O título é um triste comentário acerca da licenciosidade da adoração canaanita, segundo Harris (1998).

Para judeus, tal é proibido. O judeu não pode recorrer a estes meios. Tal era permitido antes da outorga da Torá, como se vê na Bíblia o relato de Judá e Tamar, ao pensar que esta fosse uma “qedechá”, que é o termo bíblico designativo para quem ocupa-se desta profissão. Com a outorga da Torá fora proibido para os judeus, tornando-se permitido somente o ato no conúbio por “qiduchin” e “nessuin”, que é o consumo do casamento hebraico perante o público, com documento dado à noiva pelo noivo assinado por duas testemunhas. Nas últimas gerações, costuma-se que um rabino previamente autorizado e especializado nas leis concernentes presida tal celebração (Disponível em: www.judaismo-iberico.org/arco_iris/7.htm. Acesso: 29 jan 2014).

No Novo Testamento, o termo usado para fornicação ou prostituição é *πορνεία* (*porneia*), um termo técnico que designa uma relação sexual ilícita e que significa: “adultério, fornicação, homossexualidade, relação sexual com animais”, “relação sexual com parentes próximos”, “relação sexual com um homem ou mulher divorciada”, como metáfora, da impureza que se origina na idolatria, na qual se incorria ao comer sacrifícios oferecidos aos ídolos: “adoração de ídolos”. Oriundo do termo *πορνεύω* (*porneuo*) que significa “prostituir o próprio corpo para a concupiscência de outro”, “entregar-se à relação sexual ilícita”, “cometer

fornicação”, como metáfora “ser dado à idolatria, adorar ídolos”, “deixar-se arrastar por outro à idolatria”. Termo derivado de *πορνή* (*porne*) que significa “mulher que vende o seu corpo para uso sexual”, “prostituta, meretriz, alguém que se entrega à impureza para garantia do ganho”, “qualquer mulher que se entrega à relação ilícita, seja para ganho ou por luxúria”, como metáfora “idólatra”. Termo derivado: *πορνος* (*pornos*), “homem que se entrega à relação sexual ilícita”, “fornicador”.

O termo “traição”, por sua vez, contém uma imprecisão na questão da etimologia e da semântica, originário do latim *tradere*, que significa, na gíria militar, “entregar nas mãos de alguém, fazer a passagem ou a entrega das armas ou da cidade”. Daí, o substantivo latino *traditio* que dava a ideia de entrega e passagem, escondeu seu verdadeiro significado, pois tanto pode ser “traição” como pode ser “ensinamento”, passando, dessa forma, significar só o que é o oposto, o antagônico, como define o dicionário Aurélio: “o ato ou efeito de trair, perfídia, infidelidade, emboscada”. A “traição” é o rompimento ou violação da presunção do contrato social que conduz conflitos morais e psicológicos entre os relacionamentos individuais, entre organizações, ou entre os indivíduos e organizações. Geralmente a traição é o ato de suportar o grupo rival, ou, é uma ruptura completa da decisão anteriormente tomada ou das normas presumidas pelos outros.

No Antigo Testamento o termo para traição é o verbo “*bagad*”, que dá a ideia de “agir traiçoeiramente, agir enganosamente, agir com infidelidade, ofender”; o verbo é usado para denotar infidelidade em várias relações distintas. É usado com relação à infidelidade conjugal. O objeto da falta de fidelidade pode ser a mulher (MI 2.14) ou o marido (Jr 3.20).

1.1. Casamento

O termo “casamento” tem origem no verbo “casar”, derivado de “casa”. No antigo sistema patriarcal, os pais “casavam” os filhos (ao contrário de hoje em que os filhos se “casam”) porque para isso eles, os pais, cediam uma parte de sua propriedade para o sustento e moradia da nova família. Daí surgiu o provérbio “quem casa quer casa”, um antigo ditado medieval.

O termo tem como sinônimo a palavra “matrimônio”, cuja origem é do latim *matrimonium*, a qual provém de *matrem* (mãe) e *monium* (qualidade de). “Matrimônio” tem sua origem similar a “patrimônio”, formado por *pater* (pai) e o sufixo *monium*. O patrimônio se refere aos bens adquiridos por herança, enquanto que matrimônio se refere à união entre marido e mulher.

No hebraico, o termo *hâunnâ* significa casamento, derivado do verbo denominativo *hâtan* (fazer-se genro), que dá a ideia de “fazer-se marido da filha”, “tornar-se genro de alguém”. O Casamento é o vínculo estabelecido entre duas pessoas, mediante o reconhecimento governamental, religioso ou social e que pressupõe uma relação interpessoal de intimidade, cuja representação arquetípica é a coabitação, embora possa ser visto por muitos como um contrato. Na concepção de Harris,

“A base bíblica para o casamento encontra-se em Gênesis 2.18, 24. Ele deve ser monogâmico (Gn 2.24). A poligamia era comum (Jz 8.30; 2Sm 5.13), mas a monogamia é a pressuposição implícita em Salmos 128 e Provérbios 12.4; 31.10-31. Os profetas empregaram o casamento como símbolo do amor de Deus para com Israel (Is 61.10; 62.5; Os 2.21, 22; Ct). Eram proibidos casamentos que envolvessem parentes próximos (mas não primos co-irmãos, Lv 18.20). Os filhos eram uma benção, e a esterilidade um infortúnio (Sl 127.3-5). Quase nada se sabe acerca da cerimônia de casamento. O evento é mencionado como “tomar por esposa” (Êx 2.1). Algum tipo de banquete era dado para comemorar (Gn 29.22). Cortejos para os noivos eram uma parte importante da celebração” (HARRIS, 1998, p. 554).

O casamento é a base da existência humana, pois nos permite constituir família e encontrar alegria e realização na vida. Quando Deus formou o homem “macho e fêmea”, Ele os abençoou e lhes disse: “*Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra*” (Gn 1.28b).

Segundo Lifschitz (1998, p.78), “o homem não pode viver bem sem uma mulher (e vice-versa). Cada qual deve procurar ter uma descendência: filhos que observem os mandamentos de Deus, que se lembrem de seu Nome e que saibam que existe um Deus no céu que governa todo o universo”.

A *hagadá* lembra que por instituição divina o ser humano, principalmente o homem, tem que ter sua alma gêmea para não cair na imoralidade. Quanto a isso, Melamed diz:

“O casamento é uma instituição divina. Sua celebração não necessitava, na Antiguidade, de nenhuma cerimônia religiosa especial, de intervenção de profeta ou de doutor da Lei. Era um ato sagrado ao qual nenhum rito necessitava acrescentar nada em santidade ou importância. Com o tempo, quando o casamento se tornou muitas vezes um negócio, uma especulação, uma reunião de fortunas em lugar de uma união de almas, uma associação de interesses em lugar de uma fusão de virtudes, os chefes da religião, temendo ver esse santo mandamento degenerar em promiscuidade dos sexos, instituíram uma consagração religiosa particular e prescrições obrigatórias, baseadas na Lei Escrita e na Tradição, das quais devia depender a validade do casamento” (MELAMED, 2001, p.7).

Sobre a constituição da família, Deus orientou como a família deveria ser formada: “*Por isso, deixa o homem pai e mãe e se une à sua mulher, tornando-se os dois uma só carne*” (Gn 2.24), ou seja, por causa do casamento, o homem sairá da casa de seus pais e se

unirá com sua esposa e terão um filho, constituindo-se assim uma nova família. Há um comentário no *Zohar* de que “o solteiro é considerado meio corpo”. O talmude chega a dizer que, porque “um homem solteiro vive sem nada, sem ajuda, sem alegria, sem benção e, finalmente, sem expiação”. É dever do homem casar-se cedo e de dar prazer a sua esposa que ficava isento de ir à guerra: “*Homem recém-casado não sairá a guerra, nem lhe imporá qualquer encargo; por um ano ficará livre em casa e promoverá a felicidade à mulher*” (Dt 24.5). Essa preceito foi devido a lei de guerra que diz: “*Qual o homem que está desposado com alguma mulher e ainda não a recebeu? Vá, torne-se para casa, para que não morra na peleja e outrem a desfrute*” (Dt 20.7), pois está escrito: “*Seja bendito o teu manancial e alegra-te com a mulher da tua mocidade*” (Pv 5.18).

O homem tem a obrigação de dar prazer à esposa (Êx 21.9), não deve recusar de ter relação sexual com a esposa, pois isso causa-lhe frustração e sofrimento, e ele não estará cumprindo o preceito de satisfazê-la, pois o principal objetivo é fazer a mulher feliz, e consequentemente, os filhos gerados dessa união no sentido físico e espiritual, pois, segundo o *Talmud Iehamot* 62, “Ame o homem a sua mulher como a si mesmo, e a honre mais do que a si mesmo”. Por fim, podemos dizer que o casamento é um compromisso firmado entre duas pessoas e que o amor a esse compromisso proporciona uma vida de felicidade em comum. Misticamente, o relacionamento entre o marido e a mulher é o simbolismo da relação de Deus com o homem. Como sociedade, o casamento se baseia em compromisso, amor e respeito mútuo que são a força motriz de uma família constituída de pais fortes, que contribuem com crescimento espiritual dos filhos e, por conseguinte, com a comunidade e com o mundo.

2. A Sétima Fala de Deus

Ao pensarmos em adultério, logo nos vem a imagem de um homem sendo infiel a sua esposa, ou, muitas das vezes, de uma mulher traindo seu marido. Porém, quando começamos a analisar este mandamento observamos a profundidade do seu ensino. Não só envolve a questão sexual humana, nem seu relacionamento conjugal cujo estudo é dinâmico, porque, hoje, tanto a sexualidade e suas consequências estão explícitas na sociedade, mas há algo que vai além do questionamento espiritual.

“Quando Deus casou o primeiro homem e a primeira mulher, não havia indicação de que a união deles seria apenas temporária. Adão e Eva viveriam juntos para sempre (Gn 2.24). O padrão divino do casamento honroso é a união de um só homem com uma só mulher. Apenas a crassa imoralidade sexual da parte de um, ou de ambos, dá base bíblica para o divórcio com

possibilidade de novo casamento (Mt 5.32)” (ASSOCIAÇÃO TORRE E VIGIA DE BÍBLIAS E TRATADOS, 2012, p.27).

Por este Mandamento é proibido o adultério, conforme escrito: “E o homem que cometer adultério com a mulher de outro homem, que adulterar com a mulher de seu próximo, certamente serão mortos – o adúltero e a adúltera (Lv 20.10), [porque] quando for encontrado um homem deitado com uma mulher que tenha marido – ambos os dois morrerão: o homem que se deitou com a mulher e a mulher – e eliminarás o mal de Israel” (Dt 22.22). Essa proibição engloba a imoralidade, “e Lameque tomou para si duas mulheres” (Gn 4.19), e qualquer outra forma de infração sexual, quer seja um desejo carnal de um pensamento momentâneo, como está escrito: “E viram os egípcios a mulher que era muito formosa” (Gn 12.14) ou um desejo errado impróprio que surge de repente: “E Davi enviou mensageiro para trazê-la, e ela veio e ele se deitou com ela” (II Sm 11.4). Para Glasman,

“A prática do adultério na antiga sociedade judaica era condenada e vista como uma ameaça à integridade moral do indivíduo e à preservação de Israel como uma “nação sagrada”. A proibição taxativa do 7º mandamento do Decálogo: “Não cometerás adultério” era reforçada pela advertência do décimo: “Não cobiçarás a mulher do próximo” (Êx 20.2-17 e Dt 5.6-21)” (GLASMAN, 2001, p.52).

Observa-se que, no Antigo Testamento, esta lei só considerava como adultério a relação entre um homem e uma mulher casada, sendo esta esposa de outro homem. A relação de um homem com uma mulher solteira, viúva ou divorciada, embora não seja recomendada, é considerado prostituição, o qual também é proibido porque “Não haverá mulher destinada à prostituição dentre as filhas de Israel” (Dt 23.17). Quanto a isso, Glasman diz:

Em época alguma a prostituição foi tolerada no seio do judaísmo (...). Maimônides explicava que essa interdição fora feita por medo que a prática tolerada por todos os povos do Crescente Fértil, “destruísse os sentimento de amor e devoção que prevaleciam na família judaica e restringir a luxúria excessiva e contínua que aumenta com a variedade de objetos” (*Ibidem*, p.55).

A relação de um homem com uma mulher solteira virgem é considerado adultério “porque afligiu a mulher de seu companheiro” (Dt 22.24b), pois toda mulher virgem é “desposada com algum homem” (Dt22.23), pois “ela será a mulher que destinou o Eterno para o filho de meu senhor!” (Gn 24.44).

Comenta Glasman (*Ibidem*, p.56), citando o *Talmud Babilônico*, *Sanhedrin*, 82, que “na religião judaica o oposto do matrimônio é a prostituição, e uma das palavras que significa prostituta é *Kadeshah* [oriunda da mesma raiz da palavra *kadosh*, que significa “santo”] –

literalmente, uma mulher que corrompeu a sua santidade, indicando o outro lado da mesma, que é a perversão”. Ora, “quem comete adultério com uma mulher não tem bom senso; destruiria com isto sua própria alma, e mesmo assim o faz” (Pv 6.32), alimentando um pensamento ou desejo errado aprovado por nossa vontade, isto é, um desejo imoral que a pessoa fará de tudo para realiza-lo, procurando um meio, uma oportunidade, segundo o exemplo escrito: “E enviou Alimeleque, rei de Guerar, e tomou a Sara” (Gn 20.2).

No cristianismo, adultério é a infidelidade de um cônjuge ao outro, um ato detestável aos olhos do Deus que toda a Bíblia nos adverte: “Não pratiqueis esta abominação que Eu repudio” (Jr 44.4a). O desejo íntimo de prazer sexual ilícito, imaginado e não resistido fere este Mandamento e a consequência é imediata, como está escrito: “Pois o ciúme acenderá a ira do marido e ele não terá piedade no dia da vingança” (Pv 6.34).

2.1. A Infidelidade Conjugal

Várias são as causas que levam as pessoas a serem infiéis a seus cônjuge e, por conseguinte, a seus familiares. Dentre os fatores que contribuem para a ocorrência do adultério temos os fatores individuais, os de relacionamento, os comunitários, os sociais, os econômicos, os culturais e o histórico pessoal.

“Há trechos no quinto, no sexto e no sétimo capítulos de Provérbios que dão bondosos conselhos parentais sobre os perigos da imoralidade sexual. Esses versículos mostram que a imoralidade pode ser tentadora (Pv 5.3; 6.24, 25; 7.14-21). Contudo, ensinam que praticá-la é errado e traz consequências funestas, e dão orientações para ajudar os jovens a evitar a conduta imoral (Pv 5.1-14; 21-23; 6.27-35; 7.22-27). Ademais, a imoralidade é contrastada com a satisfação do prazer sexual no âmbito correto, o casamento (Pv 5.15-20)” (ASSOCIAÇÃO TORRE E VIGIA DE BÍBLIAS E TRATADOS, 2012, p.93).

Na época de hoje, muitas pessoas não consideram mais como um desvio a conduta infiel de alguém, acha até comum esse ato. Porém, a infidelidade é a quebra de um pacto, é a traição em um relacionamento, um rompimento de um acordo; na verdade, algumas pessoas que ficam reprimidas com suas fantasias e anseios acabam cometendo o erro de trair alguém; isso só faz com que este indivíduo use uma espécie de “máscara” para esconder quem realmente é, ou gostaria de ser.

Analise o comentário de Pamela Druckeman, quando de sua pesquisa na Rússia, sobre a ocorrência de adultério naquele país, considerado a capital mundial do adultério:

“Antes mesmo de visitar a Rússia eu já sabia que este é um dos países mais permissivos do mundo em relação à infidelidade. Mesmo assim fiquei

chocada ao ver como isso acontece na prática, no cotidiano. O adultério é tratado como um vício muito leve, como fumar um cigarro ocasionalmente, ou ainda, como uma maneira de relaxar. Um psicólogo de famílias me disse lá que ter casos é “obrigatório”. E o povo russo tem ditados do tipo: “Uma boa aventura fortalece o casamento”. O único homem russo que entrevistei que jurou nunca ter traído a mulher já estava me passando uma cantada, no final da entrevista”. (Disponível em: <http://g1.globo.com/platb/maquinadeescrever/2009/08/14/701/>. Acesso: 26 jan 2014).

Diante de várias formas de infidelidades, a conjugal atrai a maior atenção por se tratar de uma prática que afeta profundamente a base familiar, transformando sonhos em pesadelos, colaborando para que o índice de desajuste social aumente. Observe o que a Bíblia fala sobre esse tema:

1 – Infringe moralmente as normas do Eterno contidas na *Torá*: “Será que eles me provocaram? – diz o Eterno – Ou é a si mesmos que provocam, para que suas faces se envergonhem? (Jr 7.19) Porque dissestes: ‘Fizemos um pacto com a morte e com o *Sheól* estabelecemos um convênio – quando bater o açoite, não nos alcançará, pois da mentira fizemos nosso refúgio e na falsidade nos ocultamos (Is 28.15). Quão degenerado é teu coração! – Diz o Eterno Deus – a ponto de fazeres todas essas coisas como uma rameira dissoluta (Ez 16.30), por isso vos tornei repulsivos perante todo o povo, porque não seguistes Meus caminhos e deturpastes Meus ensinamentos” (Ml 2.9).

2 – Quem pratica o adultério é castigado com a morte, porque é uma união abominável, está escrito: “E com a mulher de teu companheiro não te deitarás para dar sêmen, para te impurificar com ela (Lv 18.20). Assim acontece com o que se enreda com a mulher do próximo; não ficará impune quem a tocar (Pv 6.29), (pois) um só pecador pode acarretar muito mal (Ec 9.18b), (é como que jogasse seu sêmen no chão) e o que fez foi mal aos olhos do Eterno (Gn 38.10), assim é o homem que engana seu vizinho” (Pv 26.19).

3 – As consequências que este ato provoca são permanentes e graves, por que não dizer trágicas: “E a mulher concebeu, e mandou avisar a Davi, e disse: ‘estou grávida’” (II Sm 11.5); uma criança concebida fora do casamento é considerada um *manzer*, ou bastardo, que encontrará dificuldades em sua vida, pois um filho nascido de uma relação extramatrimonial carrega a marca das circunstâncias nas quais foi gerado, isto não interfere na relação dos pais com o filho nascidos fora do casamento, não há diferença nenhuma: eles tem a mesma obrigação de cuidar dele e zelar por ser bem como para qualquer filho: “E Davi implorou a Deus pela criança” (II Sm 12.16). É um dever mais que moral e/ou religioso manter-se fiel e honesto dentro do casamento, está escrito: “Desfruta com a esposa que amas todos os dias

desta vida passageira, repleta de labuta, que Ele te concedeu sob o sol, pois esta é a porção que te cabe por teu trabalho realizado sob o sol” (Ec 9.9).

Por este ensinamento, evita-se que uma criança não seja concebida como fruto de uma relação ilícita, segundo o *Zohar*, também aquele que derrama seu sêmen em vão, sem propósito, não será permitido ser um receptor da Divina Presença e é chamado ‘malvado’. Porém, este não é o caso de um homem cuja esposa não pode conceber, mas o homem deve orar a Deus para que forneça um recipiente adequado para que seu sêmen não seja desperdiçado: “E Isaac orou insistentemente ao Eterno, em frente à sua mulher, porque ela era estéril; e o Eterno atendeu a Rebeca, sua mulher, concebeu” (Gn 25.21). Todo aquele que se envolve em adultério carrega a desonra desse ato por toda sua vida: “Portanto, assim disse o Eterno Deus: Por haver esquecido e Me deixado de lado, levarás sobre ti a consequência de tua lascívia e de tua promiscuidade (Ez 23.37). Por haver achado nela coisa indecente (Dt 24.1b) eu a mandei embora e lhe dei uma carta de divórcio” (Jr 3.8b).

4 – De fato, o adultério é um pecado hediondo, porém, é muito mais grave quando cometido por aqueles que lideram o povo de Deus. A arrogância dos falsos líderes, que são pessoas degeneradas e que se aproveitam da sua posição, impulsiona a imoralidade sexual sem precedentes, levando a destruição caprichosa de sêmen em uma relação ilícita: “Como se deitavam com as mulheres que se ajuntavam à porta da tenda da reunião” (I SM 2.22). Ao cometerem este ato implica no desprezo à Palavra Divina, está escrito: “Por que desprezaste a palavra do Eterno, fazendo mal diante dos Meus olhos?” (II Sm 12.9). Aquele que tal ato pratica se desqualifica tanto para ser indicado como para continuar na liderança, pois “era muito o pecado dos moços perante o Eterno, porquanto os homens desprezavam a oferta do Eterno” (I Sm 2.17). Por isso se diz: “Tua iniquidade provocará teu castigo e tua rebeldia te trará repreensão (Jr 2.19a), (porque) ele ignora que com ela habitam as sombras e que seus hóspedes já estão nas profundezas do *Sheól*” (Pv 9.18). “Por rejeitares o conhecimento, serás também rejeitado por Mim, e não te aceitarei como Meu sacerdote” (Os 4.6b).

5 – A infidelidade e outros casos de imoralidade de dirigentes e líderes de uma comunidade resultam, muitas vezes, no que o *Tanach* chama de adultério espiritual: “Porque seu comportamento adúltero o perturbou, fazendo com que errasse seu caminho e se apartasse de seu Deus (Os 4.12), (pois) vossas iniquidades não vos permitiram assim pensar e vossos pecados apartaram de vós tudo que é bom (Jr 5.25), pois seu lar desliza para a destruição e seus caminhos conduzem à morte” (Pv 2.18). Segundo Glasman,

“Sob as leis rabínicas, o desenvolvimento dos preceitos bíblicos, o adúltero, fosse homem ou mulher, era julgado um rebelde contra a lei de Deus no

mundo e era denegrado como um violador das forças sexuais da vida que os rabis consideravam sagradas e invioláveis, acrescentando até que: “Não é considerado adúltero só aquele que peca com seu corpo, mas também aquele que peca com os olhos” (GLASMAN, 2011, p. 53).

6 – A infidelidade é uma infração tão grave que o cônjuge prejudicado por tal ação pode dissolver a união matrimonial através do divórcio: “[Porque] meus olhos viram tudo isso e meus ouvidos escutaram e entenderam (Jó 13.1), pude ver que cometeu adultério, e a mandei embora e lhe dei uma carta de divórcio (Jr 3.8), a entreguei nas mãos de seus amantes pelos quais havia enlouquecido (Ez 23.9), (porque) só então sentirás toda a vergonha e embaraço causados por tua iniquidade” (Jr 22.22b).

7 – A imoralidade sexual não deve ser tolerada, mas deve ser tratada como objeto de disciplina: “Segundo as obras da terra do Egito, na qual estivestes não fareis, e segundo as obras da terra de Canaã, à qual Eu vos levo, não fareis (Lv 18.2). Porque aquele que fizer algumas dessas abominações, as almas que o fizerem serão banidas de seu povo (Lv 18.29). Sobre ti virá o mal. Não saberás como evitá-lo e a calamidade te atingirá. Não poderás afugentá-la e, antes que dê contas, a ruína cairá sobre ti” (Is 47.).

8 – Todo aquele que prossegue na prática da infidelidade não terá direito ao mundo vindouro, porque: “O caminho de uma mulher adúltera é assim: ela come limpa sua boca e diz: ‘Nada fiz de errado’ (Pv 30.20). Pois seu lar desliza para a destruição e seus caminhos conduzem à morte, e quem a ela se apega não consegue mais retornar nem reencontrar os caminhos da vida” (Pv 2.18-19).

9 – Quando um homem se encontra frente a uma mulher, solteira ou casada, judia ou não, de idade adulta ou menor de idade, o melhor a fazer para ele é virar o rosto e não ficar observando-a já que isso é o que abre a porta dos pensamentos indevidos, que podem arrastá-lo a situações altamente desfavoráveis: “Pois por causa de uma mulher licenciosa se pode ver o homem em situação de implorar por seu pão, e uma adúltera pode capturar uma alma preciosa” (Pv 6.26).

Ensina os *midrashim* que a advertência é também para todo aquele que se vinga do cônjuge por meio deste ato, ele diz: “Cometerei adultério para me vingar”. Segundo o *Pesiktá Rabati*, 24, a exegese bíblica do texto nos revela que é proibido até aspirar o perfume de uma pessoa que te é proibido. Baseia-se no fato que a palavra *ni úph*, que significa adultério em hebraico, contém as letras de *aph* – nariz –. “Não adulterarás” significa que não permitas que a ira Divina se manifeste no mundo, pois a palavra *aph* também significa “ira”.

Segundo nossos sábios, não se deve saudar uma mulher casada em nenhuma

circunstância, e é proibido que se envie saudações através de quem quer que seja, porém se pode perguntar a seu marido ou a outra pessoa sobre seu estado de saúde. Tudo isto para ensinar que a pessoa deve ser humilde, comportando-se com modéstia em todo lugar, mesmo quando suas ações não forem visíveis. É um preceito manter a distância de pessoas grosseiras e indecentes para não aprender maus hábitos, pois, aquele que deseja evitar este pecado, deve guardar sua boca de proferir obscenidades, mentiras, difamações, etc. De igual modo deve guardar seus ouvidos de escutar tais barbaridades. Deve ser cuidadoso de cumprir suas promessas, não se preocupar demasiado, e cuidar dos maus pensamentos, aproveitando do tempo antes de dormir, se dedicando ao estudo da *Torá*. Moisés advertiu aos hebreus em nome de Deus: “Se cometerem este pecado, serão exilados de *Erets Israel* e outras nações ali viverão no lugar de vocês”.

3. A Profanação Pelos Olhos

A imoralidade inicia através de um desejo do coração: “E do terraço viu uma mulher que se banhava, e a mulher era muito formosa à vista” (II Sm 11.2b); e depois se manifesta na área física: “E Davi mandou indagar sobre aquela mulher” (II Sm 11.3). Por isso se diz: “Não há maior barreira contra a excitação sexual do que fechar os olhos” (*Sefer Chassidim* 9) porque “não pousarei meus olhos sobre qualquer ação perversa” (Sl 101.3). Os olhos levam a contemplação visual da imoralidade, por isso “não cobices sua beleza em teu coração” (Pv 6.25a). Eles buscam cenas como meio de satisfazer a concupiscência e desejo pelo prazer pervertido, se acaso consentimos: “Entregou-se com eles à luxúria, ansiando por sua carne” (Ez 23.20a).

Comentava o santo rebe Nachman Mi Bresslov^{ZT^L}: “O desejo sexual está sujeito aos olhos. Quando os olhos perambulam, o desejo incrementa”. Não é absolutamente apropriado que uma pessoa que tenha bom senso saia por aí correndo em busca dos desejos que a natureza lhe proporciona, porque aquele que se chama “homem” é formado pelo “alento da vida” (*n^eshāmá*), que é “o espírito da vida” (Gn 2.7), a “centelha divina”, que ascende aos céus e não de um animal irracional que desce para baixo da terra (Gn 1.24). Qualquer pessoa que usa o bom senso sabe o que é apropriado para que ele se diferencie de um cavalo ou de um cão em seus desejos (*Shaar há Tefilah por Beer mayin Chayim*).

Há uma grande diferença entre o ser humano e o animal:

“Lembre-mos que o que difere o ser humano do animal irracional não é a carcaça que um dia se perderá no pó da terra, senão o campo mental. O ser

humano não come porque o alimento lhe dá prazer simplesmente, senão por fazer-lhe bem. O mesmo deve ser com todas suas demais ações, como o sexo, por exemplo. O animal irracional por seu instinto nasce e cresce para comer, beber, dormir e relacionar-se sexualmente, sem outras finalidades. O ser humano que quer ser reconhecido como humano, não pode assemelhar-se ao animal. Mas a opção do que fazer de si está em suas mãos, e pode optar por ser animal irracional, que sabe somente o que é desejo e prazer físico, se este glúteo ou qualquer outro, e é desprovido do raciocínio e da moralidade” (Disponível em: http://www.judaismo-iberico.org/arco_iris/7.htm. Acesso: 29 jan 2014).

É pelos olhos que a imoralidade penetra no coração do homem, e seu desejo é tão poderoso que o entrelaça a obscenidade e através disso o derramamento em vão do seu sêmen, o que é um pecado abominável que provoca a ira de Deus, porque profana vários mandamentos, tais como “*Sede fecundos, multiplicai-vos*” (Gn 1.28a); e “*Tornando-se os dois em uma só carne*” (Gn 2.24b).

3.1. Onanismo

O onanismo é o pecado do derramamento de sêmen em vão. O termo “onanismo” é oriundo da palavra hebraica ‘*Onán*, que era um dos filhos de Judá com *Shúa*, que após a morte de seu irmão, *Er*, deu sua cunhada, *Tamar*, com esposa para que ele cumprisse a lei do levirato, o costume da época. “O exegeta Rashi atribui a morte de Er e Onán, filhos de Judá, ao pecado de terem estes evitado a procriação, propositalmente. Conforme Melamed (2001, p. 111), o Rabino Ben Azai (princípio do século II) predicava, dizendo: “O homem casado que trata de não ter filhos é considerado um assassino”.

Hoje, diante do avanço tecnológico, muitas pessoas, várias casadas, procuram *sites* de relacionamento para encontros sexuais que manipulados por *webcam* se iludem, não passam de intimidades virtuais, outros buscam *sites pornográficos* onde se deliciam com as práticas imorais dos outros; em ambos os casos muitos acabam praticando a masturbação, por isso muitos deixam seus cônjuges insatisfeitos sexualmente.

Esta é a razão que se deve desencorajar a masturbação. É uma ação solitária e injusta, pois compromete o espírito através do desperdício da semente; esta forma de gratificação sexual sem parceiro compromete o relacionamento social, não aproxima a pessoa da outra, o que se torna um abuso sexual. Observando melhor, é uma maneira de autogratificação sexual em que a pessoa se realiza sem um parceiro. O sexo é uma atividade suprema do ser humano, que gera uma ardente interdependência com o sexo oposto e, por conseguinte, com os seres humanos, o que a masturbação é contrária a todas essas questões básicas.

4. As Consequências do Adultério

Em nossa sociedade, a discussão sobre o adultério é algo que sempre gera grande discussão. Mas, esse ato tem gerado transtornos às vítimas e aos familiares. Por exemplo, o adultério era considerado crime há algum tempo atrás, estava classificado como ilícito penal, prática que leva ao dano social. Desde 2005 não é considerado crime no Brasil, mas como “ilícito civil”, prática que leva ao dano privado, ou seja, o ato que causa dano moral ou material à pessoa ofendida. Muitas são as ações judiciais ingressadas por vítimas de adultério, cujo principal objetivo é o recebimento de indenizações por danos morais dos causadores do adultério, tanto o adúltero como da terceira pessoa envolvida, no caso, o amante.

A base do casamento é a fidelidade e ela contínua em vigor, pois a infidelidade causa transtornos de natureza moral, o que gera angústia, constrangimento, sofrimento, entre outros males à pessoa traída.

“No caso da união estável, entre os companheiros deve haver o dever de lealdade, que em muito se assemelha com o de fidelidade recíproca entre os cônjuges, entretanto não há adultério em seu descumprimento. Na união estável deve existir o respeito e considerações mútuas entre os companheiros, sendo leais um com o outro. A quebra desse dever de lealdade, por infidelidade do companheiro, em tese, é o mesmo que cometer adultério no casamento, apesar de não existir esse instituto no âmbito da união estável. Assim, dentro da união estável, quando o companheiro é desleal (infiel), o correto é dizer que houve uma traição ao invés de adultério” (CARVALHO, 2009, p.9).

A advogada Sylvia Maria, especialista em indenizações, faz o seguinte comentário:

“O Código Civil de 2002 estabelece quais são os deveres que decorrem do casamento: fidelidade, vida em comum no domicílio conjugal, assistência, respeito e consideração mútuos, além do sustento, guarda e educação dos filhos. Mas, na realidade, o que mais tem sido levado em conta não é o fato de ter sido cometido o adultério e, sim, os prejuízos psíquicos e morais que ele tenha imposto à vítima da traição. A análise é feita caso a caso, como se vê nas últimas decisões do Judiciário brasileiro” (Disponível em: http://www.conjur.com.br/2008-out-30/contexto_adulterio. Acesso: 26 jan 2014.).

No contexto da *Lei Maria da Penha*, o adultério pode ser considerado como violência doméstica, mesmo não sendo tipificado no Código Penal, mas configura-se como violência psicológica e/ou patrimonial, conforme a Lei 11.340/06, no Art. 7º, incisos II e IV, que diz:

São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o

pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e a autodeterminação; – a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; Violência Moral - a violência moral, entendida como qualquer conduta configure calúnia, difamação e injúria.

Dentro da esfera civil há outros ilícitos que podem afetar as vítimas e que são também considerados adultério, como no caso de um cônjuge que obtenha satisfação fora do seu relacionamento, mesmo que não tenha realizado o ato, como, por exemplo, o adultério virtual na internet. Juridicamente, a consequência imediata é a separação judicial culposa, podendo o causador perder o direito à pensão alimentícia. Mas, caso não tenha parentes que possam alimentá-lo, ou não tenha aptidão para o trabalho, terá apenas o direito à alimentação indispensável a sua sobrevivência, além de perder o sobrenome marital (CARVALHO, 2009).

A grande maioria de vítimas de adultério quando procuram os serviços de saúde apresenta os sintomas variados que vão desde uma enxaqueca até outros problemas mais sérios, pois a pressão psicológica que atinge a alma é grande. Atualmente, a prática e a saúde são mais claras, mesmo que as vítimas façam de tudo para não demonstrarem que sofrem ou sofreram. Diante desse fato, os profissionais de saúde cada vez mais se especializam para melhor atender e tratar os pacientes, vítimas desse ato.

4.1. Infidelidade Virtual

De acordo com o Art. 1566 do Código Civil Brasileiro, quando se realiza troca de mensagens virtuais em que haja um envolvimento amoroso com terceiros, fica evidenciado a quebra do pacto de fidelidade, o qual dá todo o direito do cônjuge o encarar como traição e entrar com o pedido de separação e reparação judicial.

Segundo Abreu & Young (2011, p.199), “a privacidade do cyberspaço permite que a uma pessoa a dividir reservadamente pensamentos, desejos e sentimentos, podendo assim abrir caminhos para uma paquera, o que pode, muitas vezes, conduzir para um adultério virtual”. A infidelidade virtual para algumas pessoas se tornou um meio de entretenimento no cyberspaço, já para outras um verdadeiro pesadelo, que pode levar ao extremo que compromete o casamento ou a união estável.

Conforme o Art. 1572 do Código Civil, a infidelidade pode ser comprovada por cópias de mensagens que estavam gravadas e disponíveis no computador de uso comum da família, que não precise de senha pessoal para o seu acesso (caso tenha senha e precise da autorização do outro para ter acesso fica inválida a ação, pois se torna invasão de privacidade). Mas, para que haja adultério tem que ser consumado o ato carnal, caso contrário a ação deve ser perpetrada como traição.

4.2. Transtornos na Saúde Decorrentes da Imoralidade

A quebra desenfreada do sétimo mandamento transforma o pecador em uma pessoa clinicamente doente, que carrega consigo um transtorno psicológico que é denominado de “comportamento sexual compulsivo”. O sexo ilícito é um vício, diferentemente de qualquer outro vício, pois o prejuízo que dele advém não afeta só a quem o pratica, atinge ao cônjuge, aos familiares e à sociedade em geral. De uma simples olhadela ao fato consumado de uma cópula, transporta do céu do desejo ao inferno da angústia, da culpa, da vergonha.

Essa prevalência pode estar, ainda, subestimada, devido às limitações impostas à indagação epidemiológica desses comportamentos por embaraço, vergonha e sigilo dos envolvidos. Inúmeros conceitos têm sido usados pelos autores para referir estes comportamentos, incluindo hipersexualidade, impulsividade sexual, compulsividade sexual, comportamento hipersexual e adição sexual. Não existe ainda uma terminologia consensual; contudo, para o presente artigo será usado o termo compulsividade sexual. Este é geralmente utilizado para indicar uma síndrome clínica caracterizada por fantasias, impulsos e comportamentos sexuais recorrentes e intensos, que interferem de forma significativa e causam prejuízo em várias áreas do funcionamento diário.

O comportamento sexual compulsivo é o ato e o desejo excessivo pela atividade sexual, ou seja, é um procedimento patológico que leva o indivíduo a total dependência do sexo, tornando-o um viciado em sexo e, conseqüentemente, levando-o ao rompimento de relacionamentos e prejudicando todo o seu convívio social. Pode ser reflexo de um aspecto hereditário, de um aspecto médico, cultural, circunstancial, etário e pessoal. É muito complexa a questão sexual, seja do ponto de vista qualitativo ou quantitativo. Este tipo de compulsão é caracterizado por um grande número de fantasias sexuais que a pessoa vai imaginando ao longo do dia, e isto, ao ocupar sua mente, acaba deixando-a inquieta e a impede de realizar seus compromissos de maneira tranquila e normal: “As obsessões sexuais consistem em pensamentos, ideias ou imagens que vêm à mente da pessoa contra a sua

vontade. Normalmente, esses pensamentos compulsivos não ficam apenas no imaginário do indivíduo, pois o leva a cometer atos sexuais exagerados”. Segundo Torres, Shavitt & Miguel (2013, p.127), “isso costuma ser desagradável, trazendo ansiedade e/ou culpa. As obsessões podem levar a rituais ou atos repetitivos, como, por exemplo, rezar, se lavar e se benzer, na tentativa de diminuir ou neutralizar a ansiedade que causam. As obsessões sexuais são sintomas do tipo obsessivo-compulsivo e podem ocorrer em portadores de TOC”.

Em ambiente de trabalho, o descontrole pode levar à demissão. Com a constante troca de parceiros sexuais, o paciente fica suscetível a contrair doenças sexualmente transmissíveis, como a AIDS. Uma pessoa que não consegue ter uma vida normal devido seus impulsos sexuais necessita fazer um tratamento adequado para que possa ter uma vida sexual saudável.

Conclusão

De acordo com o que foi apresentado neste estudo, podemos chegar, portanto, a algumas conclusões. O casamento é a instituição aprovada por Deus onde se é permitida a relação sexual entre um homem e uma mulher, fora disso, é fornicação e outras imoralidades. Quem busca a satisfação sexual por conta própria e por meios fora da vontade de Deus está cometendo um pecado tão grave que é digno de punição.

O Sétimo Mandamento foi instituído por Deus para que o ser humano controle suas tendências à imoralidade e para que tivesse conhecimento que o ato sexual foi criado para o propósito divino da procriação.

Referências

- AMARAL, Sylvia Maria Mendonça do. **Contexto do adultério é o que determina a obrigação de indenizar**. 30 de outubro de 2008. Revista Consultor Jurídico. Disponível em: http://www.conjur.com.br/2008-out-30/contexto_adulterio_determina_indenizacao. Acesso em: 26 jan 2014.
- ASSOCIAÇÃO TORRE DE VIGIA DE BÍBLIAS E TRATADOS. **O Segredo de Uma Família Feliz**. Cesário Lange-SP, 2012.
- BÍBLIA. Português. **Bíblia de Estudo Almeida**. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2006. 172p.
- BRAZ, Priscilla Lopez. **EXCESSO NA LEGÍTIMA DEFESA**. 2010. 42f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito). Universidade Veiga de Almeida – UVA. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.uva.br/sites/all/themes/uva/files/pdf/excesso-na-legitima-defesa.pdf>. Acesso: 20 jan 2014.
- CANO, M.A.T.; FERRIANI, M. das G.C. **Sexualidade na adolescência: Um estudo bibliográfico**. Rev. Latino-am de enfermagem. Ribeirão Preto, v. 8, p. 18-24. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v8n2/12413.pdf>. Acesso em: 08 fev 2014.

- CARVALHO, Jean Alan de Araújo. **Dano moral no adultério**. 2009. 24f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito). Instituto Superior de Brasília – IESB. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/vdisk3/data/TCCjeandanomoraleadulterio.pdf>. Acesso: 26 jan 2014.
- GLASMAN, Jane Bichmacher. **AMOR, SEXO E CASAMENTO NO JUDAÍSMO**. Nearco: Revista Eletrônica de Antiguidade. Vol. 1, Ano IV, n.2 (2011). Rio de Janeiro: UERJ/NEA, 2011. Disponível em: < <http://www.nea.uerj.br/nearco/arquivos/numero8/nearco%20agosto%202011.pdf>>. Acesso em: 20 jan 2014.
- HELMINIAK, Daniel A. **O que a Bíblia realmente diz sobre a homossexualidade**. Tradução de Eduardo Teixeira Nunes. São Paulo: Sammus, 1998.
- KOSOVISKI, Ester. **O “crime” do adultério**. Rio de Janeiro: Mauad, 1997.
- MORENO, Cláudio. **Sua Língua**. Léxico do Casamento. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/sualingua/2009/04/30/lexico-do-casamento/>>. Acesso em: 01 fev 2014.
- SCHÜLER, Arnaldo. **Dicionário enciclopédico de teologia**. Canoas: Ed. ULBRA, 2002. 512p.
- SCOTTI, Amanda Rosso. **A FIGURA DOS CRIMES PASSIONAIS E SUA ABORDAGEM ATUAL NOS JULGAMENTOS PERANTE O TRIBUNAL DO JÚRI**. 2012. 98f. Trabalho de Conclusão do Curso (Bacharel em Direito). Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma. Disponível em: <<repositorio.unesc.net/bitstream/handle/1/1174/Amanda%20Rosso%20Scotti.pdf?sequence=1>>. Acesso: 20 jan 2014.
- SEDICIAIS, Sheila. **Relação sexual e menstruação**. Disponível em: <<http://www.tuasaude.com/relacao-sexual-e-menstruacao/>>. Acesso em: 03 fev 2014.
- TORRES, Albina Rodrigues, SHAVITT, Roseli Gedanke & MIGUEL, Eurípedes Constantino (Organizadores). **Medos, dúvidas e manias: orientações para pessoas com transtorno obsessivo-compulsivo e seus familiares**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.
- YOUNG, Kimberly S.; ABREU, Cristiano Nabuco de. **Dependência de Internet: Manual e Guia de Avaliação e Tratamento**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- ZIMERMAN, David E. **Etimologia de termos psicanalíticos**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

A IMPORTÂNCIA DO SÉCULO II NA FORMAÇÃO DO CÂNON DO NOVO TESTAMENTO

Enock Correia²

Resumo

O artigo trata da contribuição que o século II teve para a formação do cânon do Novo Testamento. Considera os aspectos político, social, econômico e doutrinal, destacando o papel que cada um deles desempenhou para a formação do cânon do Novo Testamento.

Palavras-chave: Novo Testamento; Cânon; Perseguição; Heresias.

Introdução

Dentre os vários jugos sofridos por Israel, no período neotestamentário, há que se destacar sua condição sob o Império Romano. A época em que o Novo Testamento fora escrito, todo o mundo civilizado, à exceção do pouco conhecido reino do oriente, vivia sob o julgo dos Romanos. Tal domínio estendia-se desde o Oceano Atlântico ao rio Eufrates e Mar Vermelho, a Oriente; e desde o Ródano, Danúbio, mar Negro e montanha do Cáucaso, ao norte, até o Saara, ao sul.

A intervenção de Roma sobre Israel data de 63 a.C., quando o general Romano Pompeu, em fins de 63 a.C., sitiou e apoderou-se de Jerusalém indo celebrar seu triunfo em Roma em 61 a.C. É, porém, com o reinado de Trajano (98 – 117 d.C.) que Roma é marcada por uma nova era. Durante o século I levariam as legiões romanas às autoridades românicas até o Mediterrâneo, transformando este num lago Romano. Havia neste Império grande variedade de grupos étnicos justapostos, os quais preservavam suas tradições nacionais. Salienta-se, no entanto, que os contatos nas esferas econômicas, culturais e religiosas, inclinavam-se a compensar as diferenças.

A língua falada na cidade era o grego Koinê, porém nas áreas rurais persistia a língua nativa. A organização do Império dava-se nas divisões de províncias, as quais quando mais antigas passavam a ser designadas de senatoriais, sendo governadas por um procônsul indicado pelo senado. As demais províncias eram chamadas de imperiais sendo governadas por legado indicado pelo Imperador. No que se refere à palestina, naquele momento era governada por um procurador, sujeito ao legado da Síria.

A província do Império era interligada por uma vasta rede de estradas. Era através destas que viajaram os pregadores da nova fé, opondo-se em pouco tempo àquele poder. A

² Professor de teologia e filosofia na FATIN.

primitiva religião de Roma nos tempos da república era o animismo. Com o crescimento militar e os consequentes contatos com a civilização grega, agrega-se a esta as divindades do panteão grego: Júpiter, deus do céu, foi identificado com Zeus; Juno, sua mulher, como Mera; Netuno, o deus do Mar, com Poseidon; Plutão, o deus dos infernos, com Hades e assim por diante. No reinado de Augusto, foram erguidos templos novos, fundando-se novos sacerdócios.

Nos tempos de Cristo, já começara o culto ao panteão grego a desvanecer. Há três séculos antes de Cristo já houvera Platão sentenciado a extinção dos deuses do estado ideal, uma vez que estes influenciavam negativamente aos jovens nos maus exemplos das grosseiras imoralidades e mesquinhas rixas. É por este motivo que no culto filosófico não havia espaço para deuses, havendo escárnio deles de forma explícita. É inegável, no entanto, que havia muitos devotos adoradores de deuses, porém seu número tendia sempre ao decréscimo.

Os cumprimentos públicos dos ritos religiosos sobreviveram para além do primeiro século. No império, surge então uma nova tendência religiosa: o culto ao estado. A centralização do poder executivo do estado Romano em mãos de um só homem o munira de poderes sem precedentes. O poder de decisão, para o bem do qual usufruía o imperador, criou no imaginário social o sentimento de nele repousar algo divino. O culto ao imperador foi gradualmente se desenvolvendo até o tempo de Domiciano e se estendendo ao fim do primeiro século. Nenhum imperador, até então, houvera usado da força sobre os súditos para que estes prestassem cultos. Mas, com a negação dos cristãos na participação do culto ao imperador, desencadeou-se violenta perseguição. Essa recusa foi traduzida como falta de reconhecimento do próprio imperador e como uma clara atitude de falta de patriotismo. Tenney (1995, p.97) ao retratar sobre este assunto afirma:

não pode haver dúvida, no entanto, de que o culto do imperador tinha um grande valor para o estado. Unificava o patriotismo e o culto e tornava o sustento do estado um dever religioso. Era o totalitarismo do primeiro século.

Os registros documentais desse período retratam os primeiros contatos do mundo cristão com o império romano. No segundo século, a correspondência de Plínio a Trajano é bastante reveladora dos ideais governistas. Plínio segundo, o jovem, governador da Bitínia³, no ano 111, viu-se a frente de difícil situação. Chegara a ele uma acusação anônima, contendo extensa lista de cristãos. Para solucionar tal caso, Plínio resolve tomar uma nova decisão: examinar o assunto. Escreve a Trajano interrogando-lhe sobre o caso. Esta carta dá

³ A Bitínia é a região da atual Turquia.

demonstrações importantes da situação dos cristãos daquela época. Um dos aspectos que traz este escrito ao nosso conhecimento é de existir grande quantidade de cristãos presentes na Bitínia. Esse fato é notório na afirmação de Plínio onde diz que os templos pagãos estavam completamente abandonados. Em uma de suas frases ao imperador, Plínio cita que “o contágio desta superstição penetrou, não só nas cidades, mas também nos povoados e nos campos” (GONZALEZ, 1991, p. 62).

Traz então Plínio a si todos os acusados, requerendo-lhes que invocassem aos deuses e adorassem ao imperador oferecendo holocausto e maldizendo a Cristo. Essa resolução torna-se necessária para a libertação, no que alguns passam a negar que eram cristãos. Entretanto, em seu relato a Trajano, Plínio afirmava: “é impossível obrigar aos verdadeiros cristãos fazerem estas coisas” (GONZALEZ, 1991, p. 62). Anteriormente a tais acusações já houvera Plínio condenado à morte a alguns cristãos persistente em sua fé, dando-se a estes, três oportunidades de rejeitar sua fé. Afirmava Plínio que a pena de morte não fora pelo crime de serem cristãos, mas pelo fato de desobedecerem ao representante do imperador. Com recebimento da lista anônima, passou Plínio a ponderar sobre o assunto uma vez serem muitos os acusados, procura então saber em que consistia verdadeiramente o crime de tais cristãos. O interrogatório aos cristãos suscita-lhe a dúvida sobre o fato de ser ou não ser necessário a punição dos acusados, afinal, o problema não consistia em questão de justiça. Mediante tal problemática resolveu ele escrever ao imperador o qual lhe responde paradoxalmente:

não se deve buscar cristãos, mas quando acusados, deve-se puni-los. No que se refere às denúncias anônimas, em qualquer acusação que seja não se deve levar em consideração; é um procedimento execrável indigno de nosso tempo” (GONZALEZ, 1995, p.62).

A orientação dada por Trajano em não buscar cristãos, mas em castigá-los quando acusados, não foi simples resposta a Plínio, porém, a política que se exerceu em todo o império. Além desta informação, a carta de Plínio, oferece-nos o subsídio para conhecermos os aspectos culturais, ou seja, os costumes e ritos cristãos. Descreve as formas em que os cristãos se reuniam, como oravam, cantavam, além de referir-se aos mandamentos. Através dos documentos do imperador Adriano (117-138 d.c) direcionado a Fundano, procônsul da Ásia, sabe-se como o imperador via as perseguições. Declarava ali que estas deveriam ser pautadas nas formas da lei quando houvesse denúncia por petições e punições de crimes reais. Por outro lado, fixava que as falsificações de acusações deveriam receber severa punição, atentando-se para que o falsário não ficasse impune.

1. Perseguição aos Cristãos

A Igreja, entre os anos 100 e 313, teve que lutar em duas frentes: internamente, tivera que enfrentar os sérios problemas da heresia, sobre o qual falaremos mais adiante; e, externamente, teve que resolver os problemas da perseguição movida pelo estado romano. No período que antecede 250 d.C (século III), a perseguição se deu de forma esporádica e local, sendo mais um fruto de uma ação popular do que resultado de uma política definida. A partir de meados do século III passava ela a ser, por vezes, estratégia consciente de governo imperial romano, o que a tornou algo sistemático com características amplas e violentas. Naquela época, tornara-se uma realidade cotidiana dos cristãos a asserção de Tertuliano de que o sangue dos mártires é a semente da igreja. Dentre as causas da perseguição da igreja neste período poderíamos classificá-las em: a. Política; b. Religiosa; c. Sociais; e d. Econômica.

a) Causas políticas

Passa esta a ser considerada uma “religio illicita”, por ser vista como ameaçadora à segurança do estado romano, o qual era visto como supremo bem em uma união com a religião, sendo proibidas as religiões particulares. A tolerância às religiões tinha como pressuposto a sua contribuição na estabilidade do estado. A religião cristã, no entanto, não vinha gerando essa estabilidade, uma vez ser necessário em alguns momentos que os cristãos optassem entre César ou Cristo. Na negação de César, havia sua transferência ao segundo plano e isto causa temor aos líderes romanos os quais estavam empenhados em defender a preservação da cultura clássica dentro da estrutura do império estatal; neste contracenso, os cristãos apresentavam-se como desleais ao Estado, estando empenhados na fundação de Estado dentro do Estado. A opção pelo cristianismo simbolizava a exclusão do império e vice-versa.

b) Causas religiosas

A religião tinha como característica o culto espiritual e interno, contrapondo-se à religião romana, mecânica e externa. As autoridades romanas habituadas às manifestações materiais simbólicas de seu deus passam a interpretar o cristianismo como sendo nada mais que o puro ateísmo. Outro ponto de ataque concentrou-se nos sigilos dos encontros, sobre os quais afirmavam os romanos ser um antro de práticas vulgares e canibalescas.

c) Causas sociais

A questão social também contribuiu para as perseguições aos cristãos. Estes defendiam a igualdade entre os homens, como se vê em Colossenses capítulo 3 e versículo 11, já a religião pagã defendia uma estrutura aristocrática da sociedade e o escravismo. Retratando sobre este assunto Cairns diz:

“O inconformismo dos cristãos diante os padrões vigentes levou os pagãos a pensarem que eles eram um perigo para a sociedade e o caracterizavam como inimigos da raça humana’, capazes de incitar as massas à revolta” (CAIRNS, 1995, p.72).

d) Causas econômicas

Um dos exemplos desta causa é bem retratado em Atos 19. 27, onde Paulo foi ameaçado pelos falsificadores de ídolos em Éfeso, uma vez terem decaído as vendas da imagem de Diana. Os profissionais que se empenhavam na fabricação da deusa Diana, bem como todos os demais que desta religião tinham seu sustento, logo se mostraram insatisfeitos. Na gênese da igreja em Jerusalém, os judeus foram os perseguidores dos cristãos. A partir do governo de Nero (54-68) as perseguições passaram o vir do estado romano.

1.1. Perseguições até o ano 100

Segundo Tácito, foi Nero o que ordenara o incêndio que destruiu Roma; para se isentar da culpa ele canalizou o ódio do povo para os cristãos. É nesse período que Pedro e Paulo morreram. Em 95, durante o despótico governo de Domiciano, eclodem novas perseguições. Os judeus se recusaram a pagar o imposto público criado para sustento de Capitolinus Júpiter. Os cristãos sendo identificados aos judeus passaram a sofrer também o efeito da fúria do imperador. É durante esta perseguição que João escreve o Apocalipse na ilha de Patmos.

1.2. Perseguição nos anos 100 – 250 d.C

A primeira perseguição neste período se dá sob o regime de Plínio, o moço, por volta de 112. Em meados do segundo século, dá-se a perseguição em Esmirna onde Policarpo foi martirizado. Também esta se desencadeara sob o governo de Marco Aurélio (161-180), onde Justino Mártir, grande apologista, sofreu martírio em Roma.

1.3. Perseguição após 250 d.C

A partir deste período, a perseguição universaliza-se. No tempo do imperador Décio, Roma completava o fim do primeiro milênio de uma história. Estava o império fragilizado devido às calamidades naturais que eram somadas aos ataques internos e externos. Décio então percebe que se a cultura clássica fosse salva, teria ele um forte aliado. É neste contexto que passam os cristãos a serem vistos como seres indesejáveis, perigosos e perturbadores da ordem estatal, e isto devido o seu crescimento rápido e por uma aparente tentativa de se constituírem num estado dentro do estado.

Promulga-se, assim, um edito em 250 onde se estabelece que todos devessem oferecer anualmente sacrifício aos deuses romanos e à figura do imperador. Originando-se assim forte perseguição àqueles que renunciassem tal edito, nesse caso, os cristãos. Os primeiros editos que ordenaram perseguição à igreja do Senhor foram promulgados no mês de março de 303. É sob a ordem de Diocleciano, que ocorrem as proibições das reuniões cristãs, a destruição das igrejas, a prisão daqueles que persistissem em testemunhar sobre o cristo e destruídas as escrituras pelo fogo. Um último edito obrigava os cristãos a sacrificarem aos deuses pagãos sob pena de morte aos que a isto se recusassem.

Segundo relato de Eusébio, as prisões ficaram superlotadas por cristãos, ao ponto de não sobrar vagas aos criminosos comuns. Após períodos de perseguição, Galério promulgou um edito em 311 estabelecendo a tolerância ao cristianismo. No entanto, a perseguição só acabaria totalmente no reino de Constantino que, promulgando o edito de Milão, em 313, garante a liberdade de culto aos cristãos e demais religiões.

2. Registros dos Mártires do Século II

No século segundo as notícias dos mártires aparecem nas atas dos mártires, descrevem estas formas um tanto detalhada sob que condição se processava os mártires. Saliente-se, no entanto, que determinadas atas são de origem duvidosa. Entretanto, no que se refere àquelas dignas de confiança são abundantes em descrições da sociedade do século segundo, possibilitando a compreensão das relações do cristianismo – judaísmo – paganismo. A partir da análise de tais atas, os aspectos das relações pagãos – cristãos - governantes, são compreendidos.

Os registros do martírio ocorrido no século segundo, o de Policarpo de Esmirna, tem possibilitado uma visão da política do império romano do século vigente, bem como a forma

pela qual os cristãos encaravam a perseguição, ou seja, o imaginário formado na comunidade cristã. Tal fato traz à tona as inquietações dos cristãos desse período, uma vez serem constantes os questionamentos de que se era lícito ou não se entregar espontaneamente para sofrer o martírio. Este fato é notório durante o percurso feito por Policarpo antes de se entregar.

Policarpo era bispo de Esmirna quando um grupo de cristãos foi acusado e condenado pelos tribunais. Dentre estes estava o ancião Germânico o qual ao ser incitado a abandonar a sua fé renunciou tal proposta provocando as feras para que o devorasse mais rapidamente. O desprezo dado aos deuses por Germânico provocou a fúria da multidão, solicitando-se a morte de Policarpo.

Os membros da sua Igreja o estimulavam a fugir, o que ele o faz e diante das constantes mudanças que precisava fazer para escapar da morte, os que para traz ficavam eram torturados. Tal fato o leva a aguardar os seus perseguidores. Ante o procônsul diz Policarpo uma frase que até hoje ecoa como ato de fidelidade ao seu Deus: “Faz oitenta e seis anos que o sirvo, e nenhum mal me fez. Como hei de maldizer a meu rei, que me salvou?” (GONZALEZ, 1991, p.71).

A firmeza de Policarpo o levaria a ser queimado vivo. Morrendo ele, glorificava a Deus pelo privilégio de ser parte do cálice de Cristo. Sob o governo de Marco Aurélio, no ano de 161, desencadeou também forte perseguição aos cristãos. Inicialmente Justino sobressai-se sendo vencedor de todo o julgamento. Entretanto, em 163, foi levado junto com seis discípulos à presença do prefeito Júnio Rústico, o qual após tentar convencê-lo da fé que classificava como tolice e sendo-lhe em vão tal tentativa, o prefeito ordenava-lhes a ida ao lugar do suplício, onde após os açoites foram decapitados.

Outro exemplo revelador da sorte dos cristãos neste período refere-se à carta de Lyon e Viena, na Gália, no ano de 177, dirigida pelos “servidores de Cristo que peregrinam em Viena e Lyon na Gália, aos fiéis que estão na Ásia e Frigia” (GONZALEZ, 1991, p. 62).

Esta carta foi conservada, em grande parte, por Eusébio e relata a vida dos mártires na prisão, seu julgamento e martírio. Segundo esta carta, cerca de dez cristãos fraquejaram e saíram da igreja como aborto. Os demais, no entanto, foram firmes. Os relatos mostram que os cárceres estavam tão cheio, que muitos morreram asfixiados, antes de sofrerem a pena de morte. Revela também esta a vida social dos cristãos; em um dos relatos se lê: “Nós somos não somente expulsos da casa, dos banhos, da praça pública, mais ainda, nos interdizem absolutamente de aparecer onde quer que seja” (EUSÉBIO *apud* FIGUEIREDO, 1983, p. 100).

Emerge deste documento fatos reveladores do cotidiano dos cristãos. Há notoriamente uma inter-relação social e política, uma vez ser a praça pública o lugar de encontro, o centro da vida política da cidade. Após a morte de Marco Aurélio no ano 180, Cômodo o sucederia. Este já vinha, na realidade, governando com Marco Aurélio desde 172. Durante seu governo, tudo indica que os martírios foram mais esporádicos. Finalizando o segundo século, Sétimo severo ascende ao poder no ano 193, tendo este também desencadeado perseguição aos cristãos. Através de todo século segundo, vê-se que a posição dos cristãos foi de dificuldades. Apesar das perseguições não serem constantes, a instabilidade destas tornavam-se perturbadoras. A consequência do martírio dependia das circunstâncias e do momento e, acima de tudo, da intenção dos acusadores, pois muitas vezes com o intuito de destruir algum cristão, forjavam-se acusações, levando-o ao tribunal.

Dessa maneira, para defender sua fé os cristãos empenharam-se inicialmente em dissipar as falsas acusações que circulavam acerca das suas práticas e crenças, com o fito de que seus concidadãos, obtendo um conceito positivo da fé cristã não os perseguissem. Alguns hábeis pensadores e escritores surgem então na Igreja, uns destes desencadeando sérios prejuízos ao ideal cristão. Para melhor compreensão faz-se necessário tomar-se conhecimento dos pensamentos filosóficos e heréticos da época bem como as formas pelas quais estes tomaram corpo no seio da Igreja no século segundo.

3. A Contaminação da Fé Cristã

A luta travada pelos cristãos dos segundo e terceiro séculos se deu em duas frentes. Por um lado, empenhava-se na preservação da existência do cristianismo ante as investidas do estado romano em dissipá-lo. Por outro lado, lutava para preservar a pureza da doutrina.

Os novos convertidos à fé cristã traziam grande bagagem cultural proveniente do legalismo judaico ou do ambiente pagão da filosofia grega, transportando, desse modo ao cristianismo, suas próprias experiências e conhecimentos. Preocupavam-se em fazer o cristianismo parecer intelectualmente respeitável diante das classes altas do estado romano.

Novas interpretações do cristianismo surgem, ocorrendo vários desvios que passam a serem ameaçadores à fé cristã. E, sendo a sociedade vigente radicalmente sincretista, a ameaça ressurgiu um tanto quanto maior, sendo esta, do ponto de vista legalista e filosófico, uma realidade cotidiana no seio da Igreja. É neste contexto que alguns líderes super zelosos passam a desenvolver uma interpretação própria com o intuito de corrigir males reais ou

imaginários na Igreja. Esta situação torna-se sobremodo séria no meio dos cristãos, resultando em cismas e daí em novas seitas.

A maior contaminação sofrida pelo cristianismo provém da filosofia grega. É sabido que muito mais gentios converteram-se ao cristianismo do que judeus. Dentre aqueles houve grande parcela de filósofos os quais se empenharam em associar cristianismo e paganismo, ou como diria Cairns (1995, p. 79): “vestir a filosofia pagã com uma roupagem cristã”.

3.1. *Heresias Legalistas – Os Ebionitas*

Após o concílio de Jerusalém, onde se isentou os gentios das exigências cerimoniais e ritualistas da lei judaica, grupos de Ebionitas⁴ prosseguiram na palestina e em regiões próximas por mais de dois séculos após este concílio, enfatizando a unidade de Deus e de sua criação e crendo que a lei judaica era a maior expressão de sua vontade, continuando, por isso, válida para os homens e mulheres. Criam estes que Jesus era um homem que se tornara o messias por ter cumprido fielmente a lei judaica. Dessa forma, seguiam os ensinamentos do evangelho de Mateus, mas rejeitavam os escritos de Paulo. A existência desta seita perde sua influência em 135 com a destruição de Jerusalém pelos romanos. Serve, assim, esta seita como prova de que desde cedo a Igreja precisava lutar pelo princípio de que somente a fé em Cristo justifica o indivíduo diante de Deus. Dentre as variadas interpretações do cristianismo no segundo século o Gnosticismo⁵ foi a maior ameaça filosófica.

3.2. *Gnosticismo*

O desejo humano em criar uma explicação para a origem do mal leva ao surgimento do gnosticismo. Não foi este um grupo ou organização compacta que surgira diante da Igreja, mas um movimento que existiu dentro e fora do cristianismo, tratando da interpretação da fé de forma inaceitável aos cristãos. Foi este na verdade um movimento disforme, sendo por isso impossível assinalar um chefe. Ainda hoje é tarefa difícil a distinção das doutrinas das escolas gnósticas devido ao seu ecletismo.

Os gnósticos identificavam a matéria com o mal, crendo que tudo o que fosse matéria era sinônimo do mal. Formulando assim uma filosofia onde Deus como espírito era livre da influência do mal, identificando o homem pelo lado espiritual de sua natureza com a

⁴ Grupo judaico-cristão que negava a divindade de Jesus.

⁵ O termo Gnosticismo vem do grego *gnosis* que significa conhecimento.

divindade. O ser humano era concebido como um espírito eterno, que de algum modo ficara encarcerado no corpo. A explicação da malignidade do corpo passa então a ser justificada por este ocultar a nossa verdadeira natureza. A meta deste movimento situa-se assim, em buscar um escape deste corpo mau e deste mundo material que é o exílio de todos. Esta identificação de mundo – exílio - passa a ser fundamentada na afirmação de que o mundo não é o nosso verdadeiro lar, é ele na realidade, um obstáculo à nossa salvação.

Era também o gnosticismo um sistema lógico ou racional que defendia a ideia de que o homem trazia em si mesmo uma tendência natural de procurar respostas frente ao grande questionamento da origem do homem. Procurava sintetizar o cristianismo e a filosofia helênica. No livro bíblico do Novo Testamento, I Coríntios , nos dois capítulos iniciais, vê-se os gregos procurando, através da sabedoria humana, a compreensão das relações de Deus com o homem, evitando o que lhes parecia ser o estigma da cruz.

Para contestar esta filosofia, Irineu usou de grande habilidade intelectual, sendo para isto necessário o desenvolvimento de uma regra de fé e um cânon da Bíblia. Sobre a superação desse movimento falaremos mais adiante.

Em 1943 foi descoberta em Nag Hamandi, no Egito, uma documentação que consta de 1000 páginas referentes a este dogma. Está intrínseco aos fundamentos gnóstico, um dualismo defendendo-se a separação entre o mundo material e o mundo espiritual. Deus era demasiado santo para ter criado este mundo, diziam os gnósticos. Partindo desta posição, passa-se a sustentar que à suprema divindade houvera procedido a emanações sucessivas, cada qual um pouco inferior a antecedente, a última destas emanações ou eões, seria o demiurgo. Identificavam este demiurgo com Javé do Velho Testamento, pelo qual nutriam antipatia. Sendo a matéria sinônima do mal, assumem então a postura da renúncia ao mundo material pela busca do invisível, como única forma de salvação.

No que tange à pessoa de Cristo, apoiavam-se na interpretação feita pelo docetismo⁶. A partir dessa ideia concluem que sendo a matéria má, Cristo jamais poderia ter um corpo humano apesar de a afirmação contrariar a Bíblia e, como bem espiritual absoluto, Cristo não se misturava com a matéria. Segundo Cairns (1995, p. 79-80), concluíram o seguinte: “o homem Jesus era ou fantasma com a aparência de corpo material (docetismo) ou Cristo tomou o corpo humano de Jesus apenas por pouco tempo, entre o batismo do homem Jesus e o começo do seu sofrimento na Cruz”.

⁶ O *docetismo* é um grupo herético que afirmava de que o corpo humano de Cristo era um fantasma e de que seus sofrimentos e morte foram meras aparências.

Segundo este ensino, nem todos os seres humanos são possuidores do espírito, alguns deles eram apenas carnis e por isso de antemão condenados à destruição. Ao referir-se aos espíritos encarcerados dentro dos espirituais, afirmava que no fim estes seriam salvos, porque a natureza deles espiritual teria que voltar para o reino do espírito.

Sugeriam duas formas de vida diferenciadas:

1. A primeira partia da proposição de que sendo o corpo o cárcere do espírito, o que deveriam fazer era castigá-lo para debilitar seu poder sobre o espírito, evitando assim de se ser arrastados pelas prisões (ascetismo).
2. A segunda bastava-se na aceitação de que sendo o espírito bom por natureza, sem que nada o pudesse destruir, devia-se dar liberdade total ao corpo e as suas paixões, dando-se grande margem à libertinagem.

Este ensino foi deveras danoso ao cristianismo, no século segundo, tendo os dirigentes cristãos se posicionado veementemente a ele. A forma pela qual se procurou vencer tal ameaça será mais bem discutida no decorrer do trabalho. Adiante-se, porém, que o gnosticismo contribuiu, ainda que involuntariamente, para o avanço da Igreja, pois é nesse momento que Márcion formou seu cânon do Novo Testamento. A Igreja foi assim forçada a preocupar-se com os seguintes problemas: quais livros poderiam ser considerados canônicos e autoritativos para a fé e para a vida? Um pequeno credo para provar a ortodoxia foi elaborado, visando atenderem-se as necessidades práticas. Aumenta-se também o prestígio dos bispos devido à ênfase dada ao seu ofício que tornava como cerne de trabalho, a unidade contra a heresia.

Os ensinamentos gnósticos reaparecem de forma parcial no século VII nas doutrinas Paulacianas e nos séculos XI e XII nas proposições Bogomilas e Albigenses, no sul da França. Em relação à Márcion, sabe-se que era filho Sinope, na região do ponto. Sua tendência é um tanto curiosa, pois nutre um sentimento de forte antipatia tanto contra o mundo quanto pelo judaísmo. No entanto, sua doutrina combina estes dois elementos. Em 144, Márcion conseguia vários seguidores em Roma. Com o tempo, alguns cristãos o abandonam por compreender a contradição a que estava imersa a sua doutrina. Isto gera a criação de uma nova igreja sob a autoridade de Márcion. A visão de mundo era de que sendo o mundo mau, o seu criador deveria ser um Deus mau, no mínimo ignorante. Em sua opinião o Deus do Novo Testamento e pai de Jesus Cristo não seria o mesmo Javé do Antigo Testamento. O primeiro

seria um Deus supremo e o segundo seria um ser inferior. E fora este ser inferior, Javé⁷, que fizera este mundo. O propósito, do pai não era que houvesse um mundo mau e imperfeito, porém um mundo puramente espiritual. Desta forma, Márcion chega às seguintes conclusões: “o Antigo Testamento é palavra de um deus inferior e não do Deus supremo; Acima de Javé estava o pai dos cristãos⁸”. “Não haveria juízo final, já que o Deus supremo era um ser absolutamente amoroso e nos perdoaria totalmente”.

Acreditava Márcion que Jesus não houvera nascido de Maria, uma vez que isto o faria um dos súditos do deus mal, ou seja, Javé, mas teria surgido repentinamente como homem maduro no período do imperador Tibério. As conclusões a que chegou Márcion, radicalizaram-se ao ponto de pregar ele a extinção do Antigo Testamento, compilando uma lista dos livros que deveriam ser, em sua opinião, as escrituras cristãs. Eram estes: o evangelho de Lucas e as epístolas de Paulo. Seria Paulo, em sua interpretação, o único que houvera compreendido a verdadeira mensagem de Jesus? “Os demais eram Judeus demais para entendê-la” (GONZALEZ, 1991, p.100).

A atitude de Márcion soa-nos um tanto preconceituosa, pois ele chega mesmo ao ponto de afirmar que as citações do Antigo Testamento que apareciam no livro de Lucas e Paulo não eram verdadeiras, haviam sido inclusas ali por judaizantes que procuravam adulterar a mensagem destes apóstolos. Outros movimentos surgiram possuidores de pontos semelhantes ao gnosticismo, dentre estes temos o Maniqueísmo e Neoplatonismo. As tendências interpretativas do cristianismo surgido no século segundo, na visão de Cairns (1995, p. 82), prejudicaram o cristianismo, pois o esforço dispensado na contestação destes poderia ter sido dirigido à tarefa da evangelização. Dentre as doutrinas interpretativas do cristianismo menciona-se o Montanismo e Monarquianismo como exemplo do século vigente.

3.3. *Montanismo*

Surge por volta de 155, na Frígia, com Montano, seu fundador, ao tentar resolver os problemas do formalismo na Igreja e dependência desta da liderança humana quando deveria depender do Espírito Santo. Resultando numa concepção fanática, interpretando-se a Bíblia de maneira equivocada. Dentre os aspectos deste pensamento destacamos:

- A inspiração é concebida como imediata e continua;

⁷ Javé segundo Márcion era um Deus ciumento e arbitrário que escolhera um povo acima dos demais e que estava sempre conferindo a conta de quem o desobedece para tomar vingança.

⁸ O pai dos cristãos era um Deus que não requeria nada, antes dava tudo gratuitamente, inclusive a salvação.

- O paracleto ou advogado passa a ser o próprio Montano; através dele o Espírito Santo falaria à Igreja, assim como Paulo falara aos apóstolos;
- Sistema escatológico extravagante: cria-se que em Frígia e Pepuza seria instaurado o reino celestial de Cristo, tendo nele, Montano, um papel proeminente;
- Ascetismo gerado pela espera da instauração do reino – não era permitido casamento aos viúvos além dos jejuns.

Em 381, o movimento montanista é declarado como pagão, no concílio de Constantinopla. Entretanto, Tertuliano, um dos pais da Igreja, torna-se montanista doravante.

Este movimento pode ser lido como um protesto perene que ascende dentro da Igreja no momento em que a instituição aumenta sua força diminuindo a dependência do Espírito de Deus. O malefício de tais movimentos concentra-se, no entanto, no seu afastamento das escrituras sagradas. Ao analisar-se este movimento se vê que é de suma importância que venha esquecer a Igreja que a organização e as doutrinas não devem separar-se da satisfação do lado emocional da natureza do homem e do anseio humano por um contato espiritual imediato com transcendente.

3.4. Monarquianismo

Quanto a este, surgiu no século terceiro, concentrando seu erro no zelo excessivo da unidade de Deus em contraposição a qualquer tentativa de afirmá-lo como três personalidades distintas. Foram duas tendências do Monarquianismo:

- a) O dinâmico – sustentador do monoteísmo, equivalente na Igreja antiga ao moderno Unitarismo;
- b) O modalista – o qual negava uma personalidade separada para Cristo.

4. Os Cristãos na Defensiva

Para defender a sua fé, os cristãos empenhavam-se na dissipação das falsas acusações acerca das suas práticas e crenças, pois se os seus cidadãos obtivessem um elevado conceito da fé cristã a ameaça da perseguição diminuía. A defesa da fé não poderia doravante basear-se apenas na negação dos fatos, pois as burlas e ataques aos cristãos já não mais se

fundamentavam nos rumores absurdos⁹. Necessário tornava-se argumentos plausíveis e substanciais.

No segundo e terceiro século a igreja passa então a exprimir sua autoconsciência numa nova forma literária: as obras dos “Apologistas”, de que Justino Mártir foi o maior expoente e, as obras dos “Polemistas”, que tem como grande nome Irineu.

Ambos enfrentaram um governo hostil a quem procuravam convencer, com os argumentos emitidos em sua literatura. Os apologistas empenharam-se em defender a inocência dos cristãos, não sendo assim merecedores das perseguições que lhes recai. Já os polemistas procuravam enfrentar o desafio dos movimentos heréticos. O diferencial destes para os “Pais Apostólicos” refere-se ao fato de que os apóstolos escreveram apenas para os cristãos, já os literatos escreveram para o estado romano ou para os heréticos num esforço de convencê-los da verdade bíblica através de seus argumentos.

4.1. *Os Apologistas*

Os apologistas tinham um objetivo positivo e um negativo em suas obras. Negativamente queriam refutar as falsas acusações de ateísmo, canibalismo, incesto, preguiça e práticas antissociais atribuídas a eles por vizinhos e escritores pagãos, entre os quais temos o exemplo de Celso. Positivamente, desenvolveram uma perspectiva de representação construtiva, visando demonstrar de modo evidente, que ao contrário do cristianismo, o judaísmo, as religiões pagãs e o culto ao estado, eram loucos e malévolos.

Na análise da situação dos cristãos do império romano, vendo-se a situação de exclusão a que estavam os mesmos imersos compreenderemos os dois rumos assumidos por eles naquele contexto. Alguns se opuseram veementemente à cultura pagã, como foi o caso de Tertuliano o qual acreditava que muitos dos desvios do cristianismo no período vigente deviam-se à combinação do cristianismo com a filosofia pagã. Por outro lado, se vê Justino, o qual afirma ser o cristianismo a verdadeira filosofia.

Justino, antes de tornar-se cristão havia estudado diversas filosofias. Ao se converter ao cristianismo torna-se então um filósofo cristão dedicando-se a explicar as relações entre o cristianismo e a sabedoria clássica.

As obras literárias deste autor foram deveras fecundas, no entanto só temos destas, conhecimento de três: “*Duas apologias*” (150 – 160) e o “*Diálogo com Trifão*” (155 – 165).

⁹ Tais rumores diziam dentre outras coisas que os cristãos praticavam canibalismo e orgias incestuosas.

Seus temas apologéticos podem ser divididos em dois pontos (Cf. FIGUEIREDO, 1984, p. 117): face aos pagãos e face aos judeus.

Ao confrontar-se com o mundo pagão expôs a antiguidade da Bíblia, mostrando entre outras coisas a dependência do filósofo Platão a Moisés, uma vez ter este sido anterior a aquele, sendo que por isto seus registros mais antigos que o de todos os escritores gregos. Argumenta-se aos milagres de Cristo para dar sustentabilidade à sua divindade. Sua preocupação central é a comprovação de ser o cristianismo a revelação do único Deus.

No que tange ao tema face aos judeus, no “*Diálogo com Trifão*”, desenvolve a Cristologia, expondo as profecias da anunciação do messias, bem como, sofredor, do cristo crucificado. Como exemplo, tem-se o salmo 21. Desenvolve a maior seção de capítulos do 9 ao 142, onde dialoga em três ideias:

- A relação entre o declínio da lei do velho concerto e surgimento do evangelho;
- A identificação do logos, Cristo com Deus; e
- A chamada dos gentios como povo de Deus.

Cristo, dessa forma, é apresentado como o cumprimento das profecias do Velho Testamento. Dentre os apologistas mais famosos já citados, têm-se os de menor monta, mas que cumpriram de igual modo seu papel e são os seguintes:

- I. Aristides (140), filósofo cristão ateniense, o qual enviou uma apologia ao imperador Antonino Pero;
- II. Caciano, século segundo, erudito oriental muito viajado e discípulo de Justino Mártir, escreveu o “*Discurso aos Helenos*”;
- III. Atenágoras em 177 escreveu: “*Súplica pelos Cristãos*”;
- IV. Teófilo de Antioquia o qual se convertendo através da leitura bíblica escreve, em 180, a apologia “*A Autolico*” o qual era possivelmente um magistrado pagão.

Todos esses são considerados apologistas orientais. Quanto aos apologistas ocidentais, temos como maior expoente Tertuliano. Desenvolveu uma teologia refutando as falsas forças filosóficas pagãs opositoras do cristianismo. No “*Apologeticum*” afirma ser a perseguição um grande fracasso, pois aumentando esta, aumentava-se também o número de cristãos.

Ao referir-se a este apologista, Cairns (1995, p. 87 – 88) chama atenção para o fato de que é na tentativa de se

“conseguir o beneplácito do mundo pagão através de argumentos morais – racionais como estes resultou num sincretismo que fez do cristianismo

apenas uma filosofia, embora superior. O fato é que, embora sejam filosóficas na forma, as apologias são basicamente cristãs no conteúdo. (...) se atingiram o propósito de seus autores, o fim da perseguição da Igreja cristã, é uma questão ainda em aberto”.

Sem dúvida, através dos registros apologéticos temos um testemunho verídico das tensões que sobrecaíram aos cristãos e seus meios em superá-las nos primeiros séculos depois de Cristo.

4.2. Os Polemistas

Tomam estas outras vias, preocupando-se não com a explanação racional do cristianismo ante as autoridades. Empenhando-se em responder ao desafio dos falsos heréticos, condenando os ensinamentos de seus mestres. Registra-se o diferencial metódico utilizado pelos cristãos do Oriente e do Ocidente. Quanto ao primeiro a teologia pautava nos desvios administrativos da Igreja, formulando uma práxis que visava elucidar os problemas desta esfera. São três as tendências deste grupo: o anti-gnosticismo, a Escola Alexandrina e a Escola Cartaginesa.

a) **Anti-gnosticismo** - como representante desta tendência cita-se Irineu (130 – 200 a.C), fortemente influenciado pela pregação de Policarpo. Sua obra “*Adversus Maeresos*” (182 – 188) empenhava-se na contestação das doutrinas gnósticas pelo uso das escrituras e pelo desenvolvimento de um corpo de tradição. Acreditava-o que a unidade da Igreja seria uma arma contra as heresias.

b) **Escola Alexandrina** – data da metade do século segundo. Originária de Alexandria, onde a fundação de uma escola catequética visava instruir os convertidos de paganismo ao cristianismo. Seu primeiro diretor foi Panteno, seguido por Clemente e Orígenes. Baseava-se, esta escola em um sistema interpretativo alegórico, supondo ter a Bíblia mais sentido. Servia-se da trilogia corpo, alma e espírito do homem, sustentando que a Bíblia possuía um sentido literal e histórico correspondente ao corpo humano no sentido espiritual subjacente e mais profundo e somente os cristãos mais adiantados poderiam compreender. A consequência de tal ideia tem sido desastrosa gerando inclusive dogmas teológicos anti-bíblicos.

Como expoente desta tendência cite-se Clemente de Alexandria (155 – 255), profundo conhecedor da literatura pagã, com seu “*paedagogus*” ou “*Tutor*”, um tratado moral de

instrução para os jovens cristãos. Da análise meticulosa de sua obra emerge uma perigosa posição por ele assumida: ao afirmar ele que se toda a verdade pertence a Deus, tudo que houvesse de verdadeiro na filosofia grega deveria ser empregado no serviço de Deus. Este acerto redundará numa sintetização do cristianismo à filosofia grega, considerando-se assim, o ideal cristão como mero amálgama daquela filosofia com a teologia bíblica.

Orígenes sucessor de Clemente escreve a “*Hexapla*” onde várias versões hebraicas e gregas do Velho Testamento são arrumados em colunas paralelas. Sua maior contribuição à literatura cristã diz respeito ao “*Principus*” (230), sendo este o primeiro grande tratado de leitura sistemática. Um aspecto da interpretação deste autor que deve ser lembrado refere-se à crença dele de que Cristo foi eternamente gerado pelo pai e subordinado a ele. Além de sustentar a preexistência da alma, a restauração final de todos os espíritos, a morte de Cristo como resgate pago a Satanás e a negação da ressurreição física.

c) **Escola Cartaginesa** – a reflexão ocidental ou latina inclinava-se aos problemas da “práxis” organizacional eclesial e da teologia, diferentemente da preocupação de Orígenes, o qual se debruçara numa teologia do tipo especulativa ou teórica. Tertuliano além da sua obra “*apologeticum*” escrevera também assuntos práticos. Nesses exortava a simplicidade da mulher exteriormente, propagando também a separação dos cristãos dos divertimentos da imoralidade e da idolatria. Tais admoestações foram publicadas em panfletos especiais, numa expressão clara de seu puritanismo montanista.

Ao discutir sobre a alma em “*De Anima*”, defende Tertuliano a doutrina traducionista da transmissão dos pais aos filhos através da reprodução. No “*De Baptismate*” afirma que os pecados cometidos após o batismo eram mortais. Por fim, faremos referência a Cipriano, que em “*De Unitate Catholicae Ecclesiae*” direcionada aos seguidores separatista Novaciano, os quais pareciam interessados na destruição da unidade da Igreja. Cipriano considerava os clérigos como sendo sacerdotes do sacrifício ao consagrarem o corpo e o sangue de Cristo na ceia cristã. Esta ideia gerará o conceito da transubstanciação.

A Igreja também sofrera em seu seio alguns cismas os quais foram provocados pelos problemas litúrgicos e de disciplina. Essa situação remonta ao começo da história da Igreja. Dentre as causas das divisões que ocorreram evidenciaremos duas: a controvérsia sobre a páscoa e o Donatismo.

No que tange à controvérsia sobre a páscoa, começa esta em meados do segundo século por causa da data correta de sua celebração. A Igreja do Oriente defendia a celebração da páscoa no calendário judaico e isso não dependia da semana que caísse. Aniceto, bispo de

Roma, em 162 opõe a Policarpo da Ásia, defendendo que a data comemorativa deveria ser o Domingo seguinte ao dia 14 de Nisã. Quando Victor, bispo de Roma, excomungou as igrejas da Àsia em 190, diante da oposição de Polycrates de Éfeso, Irineu contestou suas pretensões de poder. A porção Oriental e Ocidental da Igreja somente chegou a um acordo no concílio de Niceia, em 325, prevalecendo o prisma da igreja ocidental.

A impugnação donatista – iniciou-se no começo do século IV, sendo uma consequência da perseguição movida por Diocleciano. Donato solicitou, em 311, a deposição de Ceciliano, acusando-o de “Traditor”, de seu cargo de bispo de Cartago por ter sido o mesmo consagrado por Felix, que fora “traditor” ao tempo da perseguição movida por Diocleciano.

Em síntese, as consequências dos fatores conjunturais nos primeiros séculos do cristianismo trouxeram à tona a necessidade de se desenvolver um cânon autorizado da Bíblia e um credo que resumisse os principais pontos das escrituras, a fim de estabelecer uma doutrina geral que norteasse a fé cristã. A realidade é que as falsas doutrinas resultantes das ênfases demasiadas fazem equivocadas interpretações de certos trechos da Bíblia que conduzem a entendimentos paradoxais que mais contradiziam os ensinamentos apostólicos do que contribuía.

Referências

- CAIRNS, E.E. **O Cristianismo Através dos Séculos**: uma história da igreja cristã. 2. ed. São Paulo: Editora Vida Nova. 1995.
- CESARÉIA, Eusébio de. **História Eclesiástica**. Rio de Janeiro: CPAD. 1999.
- FIGUEIREDO, A. F. **Curso de Teologia Patrística I**: a vida da igreja primitiva I e II séculos. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1983.
- GONZALES, J. I. **A Era dos Mártires**: uma história ilustrada do cristianismo. Vol. I Trad. de Key Yuasa. 3. ed. São Paulo: Editora Vida Nova. 1991.
- GUIMARÃES, D. **Esboço de História do Cristianismo**: do ambiente nascedouro da igreja até a reforma protestante. Recife. Instituto Teológico Trindade.
- HINSON, E.; SIEPIERSKI, P.D. **Vozes do Cristianismo Primitivo**. São Paulo: Ed. Sepal.
- LANE, Tony. **Pensamento Cristão**. São Paulo: ABBA, 2000. vol. I.
- MACHADO, A.L. **Os apologistas**. Núcleo Anglicano de Estudos Teológicos. Recife, 1997.
- TENEY, M.C. **O Novo Testamento**: sua origem e análise. 3e. ed. São Paulo: Ed. Vida Nova, 1988.
- WALKER, Willinston. **História da Igreja Cristã**. Rio de Janeiro: Juerp, 1980.

OS PRESSUPOSTOS DO NATURALISMO CONTEMPORÂNEO: um “desafio” à fé cristã?¹⁰

Gerson Francisco de Arruda Júnior¹¹

Resumo

Os pressupostos assumidos pela cosmovisão naturalista são radicalmente opostos ao conjunto das crenças cristãs. Por isso, as premissas fundamentais do naturalismo contemporâneo se constituem um desafio à fé cristã. O presente texto objetiva descrever o que é o naturalismo, identificando as suas principais raízes filosóficas. Depois disso, discorre-se sobre algumas das mais relevantes implicações dessa cosmovisão e as contrasta com o que professa a fé cristã. O artigo termina com uma série de desafios e questões lançados ao naturalismo.

Palavras-chave: Naturalismo; Cosmovisão; Fé Cristã.

Introdução

A fé cristã sempre foi desafiada por diferentes cosmovisões que tinham por objetivos: (1) tentar mostrar a falsidade das verdades bíblicas e, conseqüentemente, (2) tornar o cristianismo desacreditado. Já nos primeiros séculos de nossa era, os judaizantes e os gnósticos tentaram sufocar a fé cristã, propondo um cristianismo diferente daquele ensinado e vivido por Cristo e seus apóstolos. Na Idade Medieval, período no qual ocorreram grandes sistematizações e consolidação das doutrinas bíblicas, o cristianismo apostólico continuou sendo desafiado por várias ideias heréticas advindas do neoplatonismo, do pelagianismo, do maniqueísmo, do islamismo, do arianismo, etc. Na Idade Moderna, momento histórico em que ocorreram as primeiras grandes descobertas científicas, a batalha da apolética cristã foi travada contra a racionalização da fé e contra a sua conseqüente descrença no sobrenatural.

Na pós-modernidade, os desafios persistem. Hoje se vive num contexto bastante relutante contra as verdades da fé cristã. A negação das verdades absolutas, o crescente relativismo epistemológico e ético, a superficialidade das relações humanas, o hedonismo, o feminismo, o naturalismo, etc. são alguns dos movimentos que se encontram no campo de batalha contra as doutrinas cristãs. Dentre eles, o naturalismo tem recebido grande aceitação. O pensamento naturalista tem uma longa história, mas ele tem sido amplamente afirmado nas últimas décadas, principalmente por parte daqueles que de alguma forma fazem parte das academias e dos grandes centros universitários.

Para muitos, o naturalismo é o maior antagonista da fé cristã na pós-modernidade. Essa constatação deve inquietar e preocupar todos os verdadeiros cristãos, pois, todos são chamados a darem razão da esperança que há neles (I Pedro: 3.15). Sendo assim, o presente

¹⁰ Este texto é uma ampliação de um artigo já publicado na Revista Teologia Brasileira (Cf. <http://www.teologiabrasileira.com.br/teologiadet.asp?codigo=406>).

¹¹ Doutorando em Filosofia pela Universidade de Lisboa. Professor de filosofia na Faculdade de Teologia Integrada (FATIN) e na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP).

artigo tem como objetivo mostrar em que medida as premissas fundamentais do naturalismo contemporâneo constituem um desafio à fé cristã. Para tanto, ele inicia com uma breve, mas objetiva, descrição do que é o naturalismo, seguido de uma exposição das suas raízes filosóficas, que é o atomismo grego na versão de Demócrito e de Epicuro. Depois disso, discorre-se sobre algumas das principais implicações do naturalismo e as contrasta com o que professa a fé cristã. O texto termina com uma série de desafios e questões lançados ao naturalismo.

1. O Que é o Naturalismo?

O naturalismo pode ser definido de várias maneiras. Aqui não iremos abordar essa ou aquela corrente específica. Para os propósitos que perseguimos neste texto, tal abordagem seria até irrelevante. Para o que de fato nos interessa, importa apenas sabermos que todas as correntes de naturalismo giram em torno de uma tese central, a saber, a tese de que nada existe ou tem sua causa fora da ordem natural e material.

A ideia que caracteriza a cosmovisão naturalista é constituída de dois componentes específicos: o componente metafísico e o componente metodológico. O componente metafísico está ligado ao fato de o naturalismo pressupor certa ontologia sobre a estrutura do mundo. Ou seja: ao afirmar que toda a realidade tem sua causa no mundo natural, o naturalismo assume um inegável compromisso metafísico. Por outro lado, há também o componente metodológico, qualificado por exigir um *método* científico capaz de dar conta do materialismo pressuposto pelos naturalistas. Por isso mesmo, admite-se um realismo científico na caracterização do objeto das ciências naturais¹², isto é, a ideia de que a ciência é capaz de explicar o mundo tal como ele é. Convém notar que, embora da perspectiva moderna qualquer ramo científico pressupõe esse aspecto metodológico, obviamente o aspecto metafísico do naturalismo não é necessário. Tal aspecto é independente; por isso, é possível fazer ciência sem assumir a metafísica naturalista.

O “naturalismo”, portanto, é um termo utilizado para denominar as cosmovisões que assumem a natureza como o princípio único de tudo aquilo que é real, ou seja, que não há nada além da natureza e de suas leis intrínsecas. Embora concordem essencialmente com esta tese, os naturalistas diferem em alguns pontos. Fundamentalmente, o naturalismo pode ser dividido em dois grupos. O primeiro deles é o “naturalismo fisicalista”, considerado radical

¹² Quanto a isso, Cf. MORELAND, J. P.; CRAIG, Willian Lane. **Filosofia e cosmovisão cristã**. Trad. de Odayr Olivet. São Paulo: Vida Nova, 2005, p. 442 – 445.

por defender que tudo pode (e deve) ser reduzido a entidades materiais. Seu pressuposto básico é a rejeição de tudo o que possa ser caracterizado de sobrenatural ou espiritual. Quer dizer, se de fato existem coisas como almas, espíritos, pensamentos, anjos etc., tais coisas seriam reduzidas a entidades materiais.

Por outro lado, existe um tipo de naturalismo mais moderado, chamado de “naturalismo não-fisicalista”. Os proponentes deste tipo de naturalismo rejeitam o fisicalismo, mas admitem (como eles) que o mundo natural é independente e autorregulado. Por negarem o tipo de fisicalismo acima descrito, pode-se pensar que os proponentes deste tipo de naturalismo não são naturalistas. Contudo, ser ou não ser fisicalista não é uma condição necessária para que alguém seja naturalista. Os naturalistas não-fisicalistas permanecem como naturalistas porque, mesmo acreditando na existência de seres ou elementos não materiais, admitem peremptoriamente que tais elementos ou seres não podem jamais causar ou interferir na realidade material. Para eles, o mundo material é, de fato, independente e autorregulado.

Uma forma de pensar que exemplifica bem o naturalismo moderado tal como está aqui exposto é o Deísmo do século 18. Para os deístas modernos, Deus criou o mundo e o dotou de leis autorreguladoras. Deus, como um grande relojoeiro, deu corda na grande máquina chamada “natureza” e a deixou independente. Assim, a natureza não sofre nenhuma interferência de Deus nem de qualquer outra criatura ou elemento fora dela mesma.

Na tentativa de melhor explicar a tese central do naturalismo, podemos utilizar uma analogia bastante simples. A natureza, para os naturalistas, é entendida como uma *caixa selada* em que tudo que ela contém não é apenas de ordem natural e material, mas também é causado ou explicado por leis intrínsecas. Tudo seria, então, explicado pelas próprias estruturas e relações existentes no mundo material. Não há nada fora da caixa (naturalismo fisicalista); e, mesmo que houvesse o que quer que seja fora da caixa (como acreditam os naturalistas não-fisicalistas), tais elementos não seriam capazes de interferir no funcionamento natural e material da natureza. Convém notar que, para que isso seja afirmado, os proponentes do naturalismo devem pressupor que tudo aquilo que ocorre dentro da *caixa* é causado por algo natural.

2. As Premissas Fundamentais do Naturalismo

Uma condição necessária para respaldar o naturalismo é a admissão sem reservas de um conjunto de premissas fundamentais.

- (a) A primeira delas é a de que a única realidade existente é a natureza. Por realidade existente quer-se dizer aqui aquilo que pode, em princípio, ser observado e estudado pelos seres humanos. Existir, portanto, é fazer parte da *caixa selada*. É poder ser observado empiricamente, investigado, estudado e sistematizado pelos métodos científicos utilizados nas ciências naturais. A natureza seria, assim, a soma total de todos os elementos e eventos que ocorrem dentro da *caixa*. Repare-se que isto não elimina a possibilidade de que haja algo fora da caixa. Se houver algo fora da caixa, não é *natureza* e, por isso, não pode ser considerado como sendo uma realidade existente. Desta forma, a natureza é entendida como sendo o princípio de vida e do movimento de todas as coisas existentes, que garante a ordem e a necessidade do suposto sistema material.
- (b) A segunda premissa fundamental do naturalismo é a de que a natureza é contida por um complexo sistema materialista, ou seja, os componentes constituintes de todas as coisas existentes na natureza são entidades materiais. A matéria é, neste caso, um tipo elemento primário, fundamental, essencial. É um tipo de substância comum a todas as coisas, tal qual foi defendida pelos atomistas gregos. A matéria, então, antecede todos os seres e é a causa deles. Assim concebida, a natureza é um sistema que se autoexplica, ou seja, tudo é explicado em termos materiais. Para evitar qualquer mal-entendido, importa destacar que isso não significa que os naturalistas neguem a existências de coisas como pensamento, memória, crença etc. Para eles, o que quer que sejam todas estas coisas (que *prima face* são encaradas como não possuindo materialidade), elas são, de fato, coisas materiais e, portanto, podem ser reduzidas ou explicadas em termos materiais. Desta perspectiva, o papel das ciências é o de explicar os fenômenos contingentes em termos de outros fenômenos contingentes. Tais ciências devem buscar o conhecimento das propriedades físicas que constituem a matéria. Não é necessário buscar explicações fora da ordem natural. Tanto as partes da *caixa selada* da natureza como a *caixa* como um todo não tem sua explicação fora dela mesma. Convém notar que, para fazerem tal afirmação, os naturalistas têm de pressupor que a natureza seja eterna. Defendem, portanto, ou que ela sempre existiu de alguma maneira, ou que ela passou a existir sem ser causada.

- (c) A terceira premissa é a de que a natureza é totalmente uniforme. Isso quer dizer que é suposto que a ordem natural seja regular e que suas leis sejam leis fixas. Esta é a suposição sobre a qual toda a ciência natural está alicerçada. Sem esta normatividade natural era impossível a descoberta das leis que regulam o mundo material e o estabelecimento de regras padrões na análise científica. A radical afirmação dessa premissa é o que tem levado muito a inferirem que a crença em milagres seja incompatível com a ordem natural. Este é, por exemplo, o caso de David Hume¹³.
- (d) A quarta premissa básica do naturalismo é a de que a natureza é um sistema determinista. Esta premissa é, na verdade, a consequência imediata das premissas anteriores. Determinismo é a crença de que todo fato ocorre, física e necessariamente, em razão de uma ou mais causas antecedentes. É, portanto, o reflexo imediato de crer que tudo é governado e dirigido por leis estritamente mecânicas e nada mais. Não há margem para alteração ou mesmo liberdade. Isso tem implicações éticas sérias.

3. Formas Antigas de Naturalismo

O naturalismo metafísico não é coisa nova. Suas premissas fundamentais já podem ser encontradas no pensamento dos chamados atomistas gregos, que podem ser considerados como os reais sistematizadores do naturalismo. Dentre eles, Demócrito e Epicuro merecem uma atenção mais específica.

3.1. O atomismo de Demócrito e de Epicuro

Demócrito é a expressão clássica do atomismo grego. O ponto de partida de todo o seu sistema materialista é a existência de dois princípios que, para ele, explica todas as coisas: os *átomos* e o espaço vazio.

¹³ Cf. HUME, David. **Investigação sobre o entendimento humano**. Trad. de Leonel Vallandro. 2. ed. São Paulo, Abril Cultural, 1980. (Coleção *Os pensadores*); _____. **Diálogo sobre a religião natural**. Trad. de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Martins Fontes, 1997. Para uma análise interessante das posições de Hume sobre a religião, Cf. NASH, Ronald. **Faith and reason**. Grand Rapids: Zondervan, 1988. E ainda para uma análise do naturalismo de Hume, Cf. SALLES, João Carlos. Naturalismo e filosofia em David Hume. **Caderno de história e filosofia da ciência**. Capinas, série 3, v. 17, nº 2, p. 177 – 197, jul/dez. 2007.

Os *átomos* (a-tomo = algo não divisível), que não são os átomos que são definidos hoje pela física, são os elementos mais básicos da realidade. São entidades materiais minúsculas, indivisíveis, não criadas, indestrutíveis, quantitativamente diferentes (tamanhos e formas), mas qualitativamente iguais. Assim definidos, os *átomos* de Demócrito não teriam nenhuma propriedade externa, ou seja, não teriam em si mesmos quaisquer qualidades específicas como: cor, odor, gosto, quente, frio, etc.

São exatamente os modos como estes átomos se juntam nessas combinações que dão as propriedades externas de tudo o que podemos observar nos objetos materiais. A diferença entre essas propriedades se daria pelas diferenças de quantidade entre os *átomos* e as diversas combinações entre eles. A conjunção de *átomos* individuais produz muitas formas diferentes. Quando a combinação se desfaz a coisa deixa de existir. É, portanto, a consistência do modo como os *átomos* se configuram que faz com que algo pareça doce, molhado, seco etc.

Em outras palavras, Demócrito explicava a realidade material como sendo combinações variadas destas partículas chamadas *átomos*, que se movem de uma determinada maneira no espaço vazio. Para ele, o *átomo* é o elemento que fundamenta um número infinito de especulações complexas, sendo que sua existência pressupõe a manifestação do vazio, onde eles se movimentam. O espaço vazio pressuposto por Demócrito é indispensável no seu sistema porque, dado que os *átomos* se movimentam, todo movimento pressupõe o vazio. Aliás, a própria existência dos *átomos* também é indispensável como condição necessária no sistema de Demócrito, uma vez que, para ele, a divisão da matéria não pode se estender ao infinito. Se o fundamento da realidade material se dividisse em partes de modo infinito, ela não teria qualquer consistência, pois nada poderia se formar ou surgir das partes sempre cada vez mais menores da matéria no vazio. Assim, tem que haver um limite indivisível. Daí, *átomos*.

Pelo que se tem indicado nas fontes de obtenção dessas informações¹⁴, é muito provável que Demócrito não tenha sido original nesse pensamento, mas tenha herdado esse modo de pensar atomista de seu mestre Leucipo de Mileto. Até onde sabemos, Leucipo desenvolveu a sua teoria dos *átomos* como uma contraposição à escola eleática, cuja característica principal era a inexistência dos movimentos. Se original ou não, o certo é que Demócrito foi um grande sistematizador da doutrina atomista, elaborando muitas das suas pormenorizadas explicações.

¹⁴ Um resumo crítico sobre este tema e uma excelente bibliografia de apoio podem ser encontrados em: KIRK, G.S.; RAVEN, J.E.; SCHOFIELD, M. **Os filósofos pré-socráticos**. Trad. de Carlos Alberto Louro Fonseca. 7. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 425 – 458.

Mais especificamente, a realidade material é formada, para Demócrito, por um turbilhão de infinitas partículas indivisíveis, jogadas no vazio, que se chocam constantemente, que se unem, que se separam, e que se encaixam como peças de um grande quebra-cabeça. Toda essa rede de relações entre os átomos estão submetidas a um processo determinado. Ou seja, a reunião desses átomos era feita de forma necessária, por leis intrínsecas à própria constituição material. Ele tinha uma visão *radicalmente* mecanicista da natureza. Esse será precisamente um dos pontos de divergência de Epicuro em relação à Demócrito.

Se pode ser resumido, o tema principal da filosofia de Epicuro é: libertar os seres humanos do medo da morte e dos deuses¹⁵. Para isso, ele propunha a busca pelos prazeres moderados, cujo objetivo era alcançar um estado de paz, tranquilidade e de libertação total do medo. Tal estado era caracterizado pela ausência de sofrimento corporal, obtido pelo conhecimento do funcionamento da realidade material e da limitação dos desejos. A implicação mais significativa dessa ideia era a de que não precisamos temer a morte, pois “quando ela está nós não estamos”. Ou seja, enquanto houver consciência não há morte.

Para garantir isso, Epicuro recorre ao atomismo que, conforme ele acreditava, era a única maneira de pensar que não apresentava uma visão vulgar da realidade. Na proposta epicurista, os *átomos* também são concebidos como partículas minúsculas, indivisíveis, eternas, sem quaisquer qualificações externas, que estão num circuito de movimentos fortuitos e se encontram e se juntam por uma pequena inclinação em sua trajetória. Tal inclinação faria os *átomos* chocarem uns com os outros formando a matéria. Nisto reside a diferença crucial entre Epicuro e Demócrito: enquanto para este o encontro dos *átomos* é necessário, para aquele a inclinação dos *átomos* é radicalmente aleatória, fortuita.

Ao que tudo indica, esse é o ponto mais obscuro da filosofia de Epicuro: como é que os átomos se juntam aleatoriamente? Este rompimento com a filosofia de Demócrito faz do sistema do epicurismo um sistema materialista menos mecanicista do que o sistema proposto do Demócrito. A razão disto é porque para ele o sistema mecanicista democritiano era uma ameaça à felicidade humana. Por isso, Epicuro propõe um tipo de indeterminismo no movimento dos *átomos*, para assim resguardar a liberdade humana. O que ele faz na verdade é mudar toda a metafísica atomista de Demócrito.

Essa grande ênfase na busca pelo prazer fez com que a doutrina epicurista fosse muitas vezes confundida com o hedonismo, dado que este também defende o prazer como o único e

¹⁵ Cf. EPICURO. *Carta sobre a felicidade (a Meneceu)*. Trad. e apresent. de Álvaro Lorencini e Enzo Del Carratore. São Paulo: UNESP, 1997; FARRINGTON, Benjamin. *A doutrina de Epicuro*. Trad. de Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968; SPINELLI, Miguel. *Os Caminhos de Epicuro*. São Paulo: Loyola, 2009; ULLMANN, Reinholdo A. *Epicuro o filósofo da alegria*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

supremo valor. Contudo, há diferenças entre o epicurismo e o hedonismo. Um ponto central que distingue os dois é o fato de que, na doutrina epicurista, o prazer desempenha um papel passivo, ou seja, é na ausência de paixões e na eliminação de qualquer fator que cause o sofrimento ou temor, como a morte, que encontramos a felicidade. Por outro lado, no hedonismo, o prazer possui papel ativo, pois, além de dar grande ênfase aos prazeres sexuais, incentiva o prazer intensamente. Epicuro acreditava que o maior bem era a procura de prazeres moderados de forma a atingir um estado de tranquilidade, chamado de *ataraxia* e a total ausência de sofrimento corporal, estado esse conhecido como a *aponia*. A conjunção da *ataraxia* e da *aponia* constituiria a felicidade na sua forma mais elevada.

4. Implicações da Cosmovisão Naturalista e seus Desafios à Fé Cristã

Várias são as implicações teóricas e práticas decorrentes da cosmovisão naturalista e muitas delas contradizem direta e claramente os fundamentos da cosmovisão cristã. Neste tópico, nos ocuparemos das principais e mais relevantes dessas implicações e tentaremos mostrar as razões pelas quais elas se constituem um desafio à fé cristã histórica.

4.1. Ateísmo Declarado

A primeira e mais nítida das implicações desta cosmovisão é o ateísmo, que subjaz a toda e qualquer concepção naturalista. Seja em sua versão clássica (tal qual expressa pelos atomistas gregos), seja ela em suas versões mais sofisticadas (tal qual defendida pelo naturalismo metafísico contemporâneo), todos os naturalistas negam a existência de um Deus tal qual creem os verdadeiros cristãos, a saber, um Deus eterno, pessoal, completamente espiritual e imaterial, criador de todas as coisas, e que mantém toda a sua criação pela sua providência. Ao negarem a existência de Deus, os naturalistas negam também seus atributos.

Para os naturalistas, a natureza não foi criada e, por isso mesmo, não há nenhum Deus criador. Se os elementos básicos que constituem a realidade natural (sejam os *átomos* ou outro elemento qualquer) são incriados e, portanto, eternos, não faz nenhum sentido falar de um Deus criador. A única exceção a isso talvez sejam os deístas do séc. XVIII que, mesmo sendo defensores de um tipo de naturalismo – no sentido que já indicamos acima – acreditam na criação.

Para os naturalistas, não há também qualquer coisa como um Deus pessoal que governe a sua criação por meio da providência. A providência divina é a doutrina cristã

caracterizada por defender que Deus, sendo pessoal, não só criou todas as coisas como também ainda mantém, de modo sábio e soberando, relação com toda a sua criação. Porém, para os naturalistas, a natureza é autorreguladora; é independente, dado que só depende dela mesma e de suas leis intrínsecas. Se for assim, não pode haver qualquer providência: nada externo pode interferir na caixa selada. Daí que, embora acreditem na criação, os deístas esbarram neste ponto, uma vez que nega a pessoalidade e a providência de Deus, acreditando apenas na existência de um criador, mas considerando-o como sendo não pessoal e não ativo em sua criação. De igual modo, o naturalismo indeterminista de Epicuro nega a existência da pessoalidade e da providência divinas, ao afirmar a existência dos deuses, mas negar a sua espiritualidade e sua imaterialidade. Para Epicuro, se há algum deus ele não é criador nem pessoal e deve estar dentro da caixa, como todos os outros objetos materiais.

Diferentemente do Deus cristão, que criou todas as coisas com um propósito e com uma finalidade, toda a realidade material é regida por leis determinísticas e mecânicas, desprovidas de qualquer propósito ou finalidade. Na cosmovisão naturalista não há *telos* na natureza. A ordem natural é cega! Deste modo, nem os homens agem teleologicamente, posto que até mesmo eles estejam sujeitos a tais leis naturais. Isso, como já foi dito, contraria os postulados fundamentais da fé cristã.

4.2. Antropologia Reduccionista

A segunda das implicações do naturalismo é a sua concepção de ser humano. De um modo mais direto, para os naturalistas, o homem não passa de uma coleção de *átomos*. Esse entendimento pode ser muito bem compreendido nas palavras de dois grandes representantes do naturalismo metafísico contemporâneo. Para o sociólogo naturalista americano Corliss Lamont, “o humanismo, delineado especialmente sobre as leis e fatos da ciência, crê que o homem é um produto evolucionário da natureza da qual é parte”¹⁶. Como qualquer outro ser existente na natureza, o ser humano é um resultado de ajuntamento de *átomos*. Isso fica mais claro quando consideramos as palavras de um também naturalista e grande filósofo do século XX. Em seu livro *Mysticism and Logic*, Bertrand Russell afirma que “o homem é um produto de causas que não têm previsão do fim que estão promovendo; sua origem, suas esperanças e medos, seus amores e crenças são apenas resultados de colisões acidentais de átomos”¹⁷.

¹⁶ LAMONT, Corliss. **The philosophy of humanism**. 6. ed. New York: Frederick Ungar, 1982, p. 12.

¹⁷ RUSSELL, Bertrand. **Mysticism and Logic**. Londres: Longmans, 1925, p. 47.

A consequência imediata desta cosmovisão é a negação de qualquer parte imaterial no homem. Neste caso, coisas como alma, consciência, mente, pensamento, crenças, desejos, vontades, emoções, etc., não estariam ligadas a algo imaterial ou espiritual, mas seriam todas entidades que podem ser reduzidas a relações de interdependência com forças e causas naturais. Haveria, portanto, uma relação de superveniência, isto é, uma relação de dependência entre as propriedades de tais entidades e as propriedades materiais. Além disso, admitindo que os seres humanos não passem de um ajuntamento de átomos, os naturalistas são decisivos em admitir que os homens não vivem conscientes após a morte. Não há vida após a morte. A mente humana “é indivisivelmente conjunta com o funcionamento de seu cérebro, e que, como unidade inseparável de corpo e personalidade, ele não pode ter sobrevivência consciente após a morte”¹⁸.

Certamente, tudo isto contraria a fé cristã. De acordo com a antropologia cristã, o homem é um ser criado à imagem e semelhança de Deus (Gênesis: 1.26; 2.7). É um ser composto por uma parte material, o corpo, por meio do qual ele tem contato com o mundo exterior a ele e por meio do qual manifesta a sua sensibilidade, e por uma parte imaterial, a alma/espírito, que é a sede de sua racionalidade, emoções, sentimentos, desejos, vontade etc. De acordo com a cosmovisão cristã, essa unidade composta de corpo e alma é separada temporariamente com a morte (Ec: 12.7) e juntada novamente na ressurreição (Jo: 11; I Cor: 15).

4.3. Ética

Outra área que o naturalismo tem implicações sérias é a ética. Sendo o homem um produto da natureza evolutiva, os fatos moralmente relevantes são, em última instância, apenas os fatos naturais. Quer isto dizer que para os naturalistas os valores morais podem ser identificados com uma dada propriedade natural ou reduzidos a ela. Neste caso, propriedades morais tais como bondade e justiça são idênticas a propriedades que figuram nas descrições e explicações biológicas e científicas das coisas¹⁹. Na prática, a ética naturalista se traduz como uma ética hedonista ou utilitarista. Se um indivíduo, ou seja, um determinado aglomerado de

¹⁸ LAMONT, 1982, p. 13.

¹⁹ Cf., por exemplo: PIDGEN, Charles. *Naturalism*. In: SINGER, Peter. (org.). **A Companion to Ethics**. Oxford: Blackwell, 1993; e, também: BOYD, Richard. *How to be a moral realist*. In: SAYRE-MCCORD, G. (org.). **Essays on Moral Realism**. Ithaca and Londres: Cornell University Press, 1988. Um crítico severo das concepções naturalistas da ética é G. E. Moore. Confira: MOORE, G. E. **Principia Ethica**. Trad. de Maria Manuela Rocheta Santos e Isabel Pedro dos Santos. Lisboa: F. C. Gulbenkian, 1999.

átomos, define “bom” como aquilo que produzirá felicidade ou prazer para o maior número de pessoas, isso pode passar a ser o padrão de bondade.

Por mais uma vez, fica claro a oposição dessa implicação naturalista para a fé cristã. A ética cristã está baseada na revelação inspirada da vontade de Deus para o seu povo pactual e está resumidamente exposta nos dez mandamentos da Lei, também chamados das “dez palavras de aliança” (Êxodo: 20.1-17; Dt: 5.1-21). Todo o restante do ensinamento moral da Antiga Aliança bem como os princípios éticos estabelecidos por Cristo nos Evangelho e pelos apóstolos nas cartas neotestamentárias têm como base a lei moral do decálogo. Assim, a ética cristã esta alicerçada na manifestação da vontade de Deus. Deus é quem determina o que é bom ou o que é mau e todas as coisas boas ou más são boas ou más simplesmente porque Ele assim as designou. A ética cristã, portanto, não é um construto humano, nem é algo temporal, transitório, passageiro, cultural; mas é algo permanente, eterno, perene, transcendente.

4.4. *Epistemologia Limitada*

Quanto à epistemologia, o naturalismo também impõe algumas limitações. Dado que a única realidade existente é a ordem natural e suas muitas relações internas, não é muito difícil de se perceber que os naturalistas são empiristas. Para eles, todo conhecimento depende unicamente da sensação e é adquirido através da observação e do contato com tal ordem natural material. Neste caso, o conhecimento nada mais é do que percepções de arrajamento de *átomos*. Para Epicuro, por exemplo, constantemente o mundo está enviando correntes de átomos que atingem nossos órgãos sensoriais (eles mesmos constituídos por átomos) e geram na consciência (também ela material) tal conhecimento do objeto observado²⁰.

Embora possua elementos empíricos, a fé cristã discorda da posição naturalista de que todo o conhecimento provém da experiência e admite, além do conhecimento proveniente da razão, o conhecimento proveniente da revelação. Por exemplo, tudo o que sabemos de Deus sabemos porque ele nos revelou, ou em sua criação (Rm: 1.18 – 20), ou em sua palavra revelada, a bíblia (II Tim: 3. 14 – 17).

²⁰ Sobre isso, Cf. NASH, Ronald. **Questões últimas da vida:** uma introdução à filosofia. Trad. de Wadislau Martins Gomes. São Paulo: Cultura Cristã, 2008, p. 52 – 53.

Conclusão: questões não respondidas pelo naturalismo

Como pode ser visto, os principais postulados do naturalismo metafísico contemporâneo estão em quase que completa e total oposição aos postulados da fé cristã. Pelo menos no modo como se compreende Deus, o homem, a ética e o conhecimento eles não se concordam. Ao contrário do que se poderia pensar, o naturalismo não está imune à críticas. A maioria delas se concentra no fato de termos várias questões não respondidas pelos naturalistas. Todo naturalista que se julgue mestre da formulação de perguntas para as quais não existem respostas será constrangido por questões para as quais ele mesmo não será capaz de oferecer respostas. As questões mais comuns estão associadas à clássica pergunta “Por que existe alguma coisa em vez de nada?”.

Na cosmovisão cristã, essa pergunta é distintamente respondida pela certeza da existência de um Deus soberano, que é criador do céu e da terra e fez tudo para sua glória. Na cosmovisão naturalista, porém, o que predomina é um ensurdecido silêncio, uma vez que os pressupostos por ela admitidos não fornecem nenhuma resposta para essas questões. Os naturalistas também não respondem a questões como: “Por que há a realidade material? Por que há a natureza? Qual a razão de ela existir?”. Pode-se perguntar também: “Por que os átomos se movem em vez de permanecer imóveis? Por que se juntam? Por que se separam? Sem finalidade, sem projeto, sem *telos*, como explicar a ordem da realidade material?”. Sendo muito otimista, o máximo que pode sair da boca de um naturalista é algo associado ao acaso, o que é insuficiente e incapaz de convencer.

No que se refere à antropologia, pode-se perguntar a um naturalista se a volição humana, seus desejos, suas crenças e seus pensamentos, pode mesmo ser reduzida a entidades materiais. A realidade do cotidiano parece confirmar que não. Será possível admitir que processos mentais sejam reduzidos à leis mecânicas? É possível que processos racionais, como o raciocínio lógico, sejam reduzidos a entidades materiais? Isso é muito improvável. Aliás, por falar em lógica, parece que até mesmo os naturalistas têm de admitir que há algo fora da *caixa selada: as leis da lógica* ou, pelo menos, as leis fundamentais do pensamento. Sem essas leis — por exemplo, a da não contradição —, nem os próprios naturalistas poderiam distinguir sua cosmovisão de outras existentes ou ainda argumentar que a realidade natural como eles a concebem seja verdadeira. Repare, contudo, que as leis da lógica não são deduzidas do mesmo jeito que as leis da ordem natural que governa a realidade material. As leis da lógica não são materiais, nem mecânicas, nem cegas. Então, onde, na caixa selada, somos capazes de encontrar essas leis? Em lugar algum!

Quanto à ética, o naturalismo se encurrala gravemente. Se todas as ações éticas são resultado de um ajuntamento de *átomos*, como se pode exigir que haja ação ética responsável? Como, por exemplo, responsabilizar um assassino, se sua ação de matar foi o produto de meras instâncias biológicas? Como definir o bem ou o mal a partir de elementos materiais e mecânicos? Quer dizer que a mentira é simplesmente uma configuração de átomos? É impossível obter respostas convincentes de um naturalista.

Quanto ao processo de conhecimento, é mais do que evidente que o empirismo defendido pelos naturalistas é, por causa do seu limite, incapaz de provar a verdade. Temos muitas verdades que não são produtos de um processo sensitivo ou empírico. As leis da lógica, da matemática, da geometria etc. são leis que não podem ser derivadas da experiência. Há, portanto, outras fontes de conhecimento além da experiência.

Em síntese, embora não se possa negar a influência maciça do naturalismo hoje em dia, se cuidadosamente analisadas, as premissas fundamentais dessa cosmovisão padecem de certa fragilidade conceitual, pois elas não são capazes de proporcionar uma explicação ou mesmo uma descrição adequada da realidade. Importa notar que, uma vez que a fé cristã tem as respostas para essas constrangedoras perguntas, o cristianismo se apresenta, sem qualquer dúvida, como uma cosmovisão bastante superior ao naturalismo.

Referências

- BOYD, Richard. How to Be a Moral Realist. In: SAYRE-MCCORD, G. (org.). **Essays on Moral Realism**. Ithaca and Londres: Cornell University Press, 1988.
- EPICURO. **Carta sobre a felicidade (a Meneceu)**. Trad. e apresent. de Álvaro Lorencini e Enzo Del Carratore. São Paulo: UNESP, 1997.
- FARRINGTON, Benjamin. **A doutrina de Epicuro**. Trad. de Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- HUME, David. **Diálogo sobre a religião natural**. Trad. de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. **Investigação sobre o entendimento humano**. Trad. de Leonel Vallandro. 2. ed. São Paulo, Abril Cultural, 1980. (Coleção Os pensadores).
- KIRK, G.S; RAVEN, J.E; SCHOFIELD, M. **Os filósofos pré-socráticos**. Trad. de Carlos Alberto Louro Fonseca. 7. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.
- LAMONT, Corliss. **The philosophy of humanism**. 6. ed. New York: Frederick Ungar, 1982.
- MOORE, G. E. **Principia Ethica**. Trad. de Maria Manuela Rocheta Santos e Isabel Pedro dos Santos. Lisboa: F. C. Gulbenkian, 1999.
- MORELAND, J. P.; CRAIG, Willian Lane. **Filosofia e cosmovisão cristã**. Trad. de Odayr Olivet. São Paulo: Vida Nova, 2005.
- NASH, Ronald. **Faith and reason**. Grand Rapids: Zondervan, 1988.
- _____. **Questões últimas da vida: uma introdução à filosofia**. Trad. de Wadislau Martins Gomes. São Paulo: Cultura Cristã, 2008.
- PIDGEN, Charles. Naturalism. In: SINGER, Peter. (org.). **A Companion to Ethics**. Oxford: Blackwell, 1993
- RUSSELL, Bertrand. **Mysticism and Logic**. Londres: Longmans, 1925.

- SALLES, João Carlos. Naturalismo e filosofia em David Hume. **Caderno de história e filosofia da ciência**. Capinas, série 3, v. 17, n° 2, p. 177 – 197, jul/dez. 2007.
- SPINELLI, Miguel. **Os Caminhos de Epicuro**. São Paulo: Loyola, 2009.
- ULLMANN, Reinholdo A. **Epicuro o filósofo da alegria**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

TEÓLOGOS QUE TRANSFORMAM

Inácio Strieder²¹

Resumo

A Teologia não é inofensiva. Ela chega aos homens através dos teólogos. Os verdadeiros teólogos tentam explicitar, por seus escritos e por sua palavra, o que Deus diz e significa para a existência humana. Mas, estes teólogos são pessoas situadas histórica e culturalmente. Falam com a linguagem ideológica de suas filosofias. Desta forma, podem-se identificar “teologias fracas” e “teologias fortes”; teólogos europeus e teólogos americanos, africanos e asiáticos; teólogos pré-modernos e teólogos modernos. A linguagem teológica nos oferece uma síntese de reflexão que tem a função de fortificar a fé dos fiéis. No caso da teologia cristã, os teólogos falam de quem é o ser humano e qual o verdadeiro sentido da vida, a partir dos ensinamentos de Jesus Cristo, a Palavra de Deus que se fez carne.

Palavras-chave: Teologia; “Teologias Fracas”; “Teologias Fortes”; Vida Cristã.

Introdução

O tema, referente ao título deste texto, no meu entender, pode ser abordado de diversas formas. Uma possibilidade seria, por exemplo, tomar o livro de Batista Mondin: *Os grandes teólogos do século XX* e selecionar aqueles cujas obras são as mais mencionadas e debatidas. Mas isto, ao que parece, não significaria necessariamente que são estes os teólogos que mais contribuíram para uma orientação teológica dos fiéis e uma transformação cultural, social e individual. Assim, com certeza, seríamos injustos ante o grande número de teólogos da Igreja de Cristo nestes dois mil anos de sua existência.

Existem diversas listas de teólogos na Internet. Listas, geralmente, organizadas a partir daqueles teólogos que mais publicaram e foram considerados mais sábios, virtuosos, polêmicos, ou cujas ideias deram origem a alguma nova forma de organização da vida cristã. Geralmente, estas listas são pouco objetivas, pois foram organizadas com interesses confessionais ou ideológicos. Por isso mesmo, os organizadores destas listas destacam a importância daqueles com os quais simpatizam e descartam os que divergem de seus pontos de vista. Mas há também algumas listas que são um pouco mais objetivas, procurando destacar, de fato, aqueles sábios cristãos que mais contribuíram para uma melhor compreensão de todo o conteúdo da teologia e da práxis cristã.

Se aqui falo em teologia e vida cristã, isto não significa que a teologia seja uma atividade separada da vida. A vida cristã abrange todas as dimensões da vida do ser humano.

²¹ Inácio Reinaldo Strieder é doutor em Teologia pela Universidade de Münster – Alemanha. Foi professor titular na Unisinos – RS, na Universidade Católica de Pernambuco e professor associado de Filosofia, na Universidade Federal de Pernambuco/Recife (1988-2010). Atualmente, é coordenador do Curso de Teologia da Faculdade de Teologia Integrada (FATIN). Escreveu diversos livros e publica em diversas revistas da área de Filosofia e Teologia e artigos em Jornais do Recife.

A teologia não é um estudo abstrato, separado da prática. A teologia acontece a partir da Igreja, isto é, a partir da vida nas comunidades cristãs. Por isso, a teologia em suas reflexões, em sua linguagem, está situada histórica e culturalmente.

Como a teologia é um conhecimento e a humanidade age e se organiza a partir de seus conhecimentos, as comunidades cristãs se organizam, agem e transformam a partir daquilo que os teólogos lhes propõem. Dali, a importância da qualidade dos teólogos e da teologia que se articula nas comunidades. Dali, também o motivo dos diversos enfoques teológicos na história e nos diversos ambientes culturais.

Basta olharmos para a nossa época histórica para repararmos na diversidade cultural e ideológica do nosso tempo, para entendermos a pluralidade teológica em nossa época. Isto não significa que todos os que hoje se apresentam como teólogos cristãos, propondo uma nova compreensão cristã, devam ser considerados ortodoxamente teólogos cristãos. Isto faz com que nem todos os teólogos concordem entre si, e, muitas vezes, encontramos alguns condenando aos seus pares. Podemos até dizer que nosso tempo se caracteriza por “teologias fracas” e “teologias fortes”.

As “teologias fracas” seriam aquelas que simplesmente repetem o passado e procuram conservar o sistema de vida cristã tradicional; as “teologias fortes”, por sua vez, procurariam avançar, tornar o cristianismo compatível com nossa realidade histórica e cultural. Para conseguir isto, os teólogos “fortes” exigem rupturas com tradições, modos de pensar e agir do passado. Os teólogos “fracos” temem que as considerações dos teólogos “fortes” causem transformações na forma de pensar, viver e organizar a vida cristã, o que, não em poucos casos, deturparia a mensagem cristã.

Vejamos alguns encaminhamentos teológicos de nosso tempo.

1. Teologias e Teólogos em Nosso Tempo

Depois de uma certa paralisação teológica no século XIX, as reflexões e debates teológicos criaram novo fôlego no século XX. Situação que perdura até hoje. No século passado, o Ocidente mergulhou em diversas situações dramáticas e a nova compreensão científica da natureza repercutiu profundamente na cosmovisão e nas culturas da humanidade.

As duas guerras mundiais, os progressos científicos, a nova autocompreensão dos homens nas diversas culturas e os novos meios de comunicação não podiam deixar indiferentes os teólogos. O mundo esperava ansiosamente explicações e orientações espirituais viáveis e com sentido, nesta nova realidade histórica. Surgem, então, teólogos que

se sentem inspirados para dialogar com o homem neste mundo novo. Eles se perguntaram a respeito do que sua fé cristã tinha a dizer ao homem de nosso tempo. Dali, a pluralidade das reflexões teológicas no século XX e que perdurarão, com certeza, no decorrer de todo o século XXI.

1.1. De que Teologias se Fala Hoje?

De um lado, perduram as teologias confessionais, com seus correspondentes teólogos; de outro, cresce o número de teólogos transconfessionais, que procuram fazer uma teologia simplesmente cristã, sem adjetivações confessionais. Frente a esta realidade, grande parte dos teólogos podem ser classificados como “teólogos fracos”, tradicionais, conservadores, que procuram se orientar pela teologia dos fundadores de suas confissões, procurando preservar a sua identidade confessional. Mas, em grande parte das instituições religiosas surgem, cada vez mais, “teólogos fortes”, que se propõem ir além das fronteiras confessionais e fazer uma teologia sem os compromissos ideológicos e históricos com um passado, em que os cristãos se separavam como inimigos. Estes querem a Palavra de Deus, o *Logos* Divino, encarnado na humanidade para todos os tempos, com sua mensagem significativa para todos os homens e em todas as épocas históricas.

Os “teólogos fortes” compreendem a encarnação de Cristo como uma Boa Nova a ser inculturada na diversidade das línguas e dos modos de vida da humanidade toda. Neste sentido, encontra-se no Evangelho segundo Mateus (cf. Mt: 28. 19-20) o mandato missionário: “Ide, a todas as nações, ensinando a guardar todas as coisas que vos tenho ordenado”.

Jesus não manda destruir a cultura de nenhum povo. Mas Ele quer que se acrescente algo novo a esta cultura, que se enriqueça a vida destes povos, para que eles vivam de acordo com os ensinamentos de Jesus. E estes ensinamentos falam de justiça, de paz, de fraternidade, de esperança, de fé... Dali, a necessidade de os teólogos orientarem suas compreensões para os valores cristãos e o sentido destes valores nas diversas culturas e épocas históricas.

Muitos teólogos, dos últimos tempos, demonstram uma intensa sensibilidade por todos os valores que fluem da mensagem cristã. Isto os leva a elaborarem teologias que nascem da vida real das comunidades eclesiais, situadas nos diversos continentes, acentuando ali os valores cristãos que necessitam de maior incentivo para que as pessoas possam viver de acordo com eles. Resulta desta pastoral que muitas elaborações teológicas deixaram de ser tão

abstratas e se tornaram existenciais, com o poder de transformar formas de vida que não se adéquam à mensagem dos evangelhos.

As teologias “fortes” de hoje não deixam as pessoas indiferentes. Isto incomoda e intranquiliza os conservadores e acomodados. Mas, a verdadeira mensagem de Jesus não permite que os fiéis se acomodem. Ela transforma mentes, corações e culturas.

Vejamos os encaminhamentos teológicos de alguns teólogos.

1.2. Teólogos Europeus Protestantes:

a) **Karl Barth (1886-1968)** – com sua “teologia dialética”, se contrapôs, sob muitos aspectos, ao liberalismo teológico, afirmando a Teologia Bíblica como referencial fundamental para a Teologia e a legitimação para a própria existência da Igreja cristã. Para Barth, a Igreja deve ser fiel à sua missão. Dizia que, “se a Igreja for Igreja o mundo notará que a Igreja existe”.

Para Barth, a Teologia nada significa se o teólogo não souber responder às questões vivas da comunidade onde atua. Nós não vivemos no tempo de Cristo, por isto, antes de qualquer pregação, o pregador deve responder a si mesmo as perguntas: “O que devo pregar neste domingo? O que tenho a dizer às pessoas que têm sede da Palavra de Deus?” O homem é visto como um “Ouvinte da Palavra”.

Além de sua proposta dialética da teologia, Barth também é conhecido por sua “Teologia Negativa” e por sua “Teologia Pietista”. No mundo teológico, Karl Barth é considerado como um dos teólogos mais influentes do séc. XX.

b) **Paul Tillich (1885-1965)** – com sua Teologia Apologética, que, em última análise, é uma “Teologia da Cultura”, defende que a Teologia precisa entrar em diálogo com a situação presente, para identificar o sentido religioso que se expressa em todas as formas culturais. O sentido último e incondicionado, oculto nas culturas, se identifica com o próprio Deus.

Para Tillich, a Teologia Apologética é uma “teologia de resposta” às perguntas implicadas na situação, isto é, perguntas que se encontram na existência humana e são expressas através da cultura. Aí o ser humano revela-se como um ser questionador, interrogativo, sempre em busca de sentido para sua existência. A Teologia, por isto, deve estar em diálogo constante com a situação presente, isto é, com as ciências, as artes, a economia, a política e as éticas, onde os seres humanos expressam a sua interpretação criativa da

existência. Para Tillich, somente a Teologia tem condições de superar as contradições na cultura do espírito, produzindo uma síntese cultural, com novo conteúdo e sentido espiritual.

c) **Rudolf Bultmann (1884-1976)**, com sua proposta de uma “Teologia Existencialista” e desmitificadora dos dogmas da Bíblia, se tornou, talvez, o teólogo mais controverso do século XX. Até hoje, principalmente os fundamentalistas, tentam denegri-lo. Bultmann considera que a visão de mundo, nos tempos bíblicos, também do Novo Testamento, era mítica. Os escritores sacros não tinham a intenção de documentar fatos. Em sua linguagem não podiam deixar de se orientar pela imagem mítica do mundo de seu tempo. Imagem que não era a do homem do séc. XX.

A intenção de Bultmann, como Pastor luterano, era transmitir o centro da mensagem cristã de uma forma que fosse compreensível ao homem de sua época. Por isso, Bultmann considera necessário desmitificar a representação do mundo do Novo Testamento e distinguir entre o Jesus histórico e o Cristo da fé. Para Bultmann, sabemos muito pouco sobre o Jesus Histórico e somente com a proclamação da mensagem de Jesus, o homem é desafiado a dizer “sim” ou “não” à pessoa de Jesus Cristo. Somente assim sua Palavra se torna um acontecimento salvífico para nós, recebendo-a com fé.

Bultmann chegou à conclusão de que a vida humana é desprovida de sentido. Tal sentido só se manifestaria no contato direto com Deus, que seria obtido somente pela fé em Jesus Cristo. A fé não se deveria apoiar em qualquer outro meio que não fosse Cristo. Segundo sua teologia, a fé verdadeira não se apoia em uma imagem de Deus, mas ela é a disposição do homem de estar disponível para Deus se encontrar conosco nas situações mais variadas da vida. Diante de seu esforço teológico de tornar a mensagem cristã significativa para o homem de seu tempo, muitas vezes Bultmann é criticado e rejeitado injustamente. Com certeza, ele ainda merece ser analisado e avaliado pelos teólogos de hoje.

d) **Dietrich Bonhoeffer (1905-1945)** – é tipicamente um teólogo engajado, que vive numa época conturbada. E, como todos sabem, ele foi executado em 1945 por sua cumplicidade em um plano para matar Hitler.

Bonhoeffer dialogou com diversas igrejas cristãs. Por isso, ele é visto como um precursor dos diálogos ecumênicos. É visto como um teólogo que busca voltar para um cristianismo genuíno, livre de individualismos e supernaturalismos metafísicos. Dizia: Deus deve ser conhecido neste mundo como Ele opera e interage com os homens na vida diária. O Deus abstrato da especulação filosófica e teológica é inútil ao homem comum na rua. São

estes os homens que mais necessitam ouvir o Evangelho. Claro, é necessário situar cada teólogo em seu tempo. Mas a leitura das obras de Bonhoeffer ainda hoje é útil a qualquer cristão, também aos teólogos.

e) **Jürgen Moltmann (1926 -)** – é conhecido por sua “Teologia da Esperança”.

f) **Oscar Cullmann (1902 - 1999)**. Cullmann, de certa forma, se contrapôs à proposta de Bultmann, por ter separado o Jesus histórico do Cristo da fé. Como exegeta da Sagrada Escritura, Cullmann sempre procurou harmonizar a busca filológica com a historiográfica na reflexão teológica. Foi ele que vulgarizou a expressão de que o Reino de Deus já é uma realidade presente, mas ainda não plenamente manifesta. Isto originou a expressão em relação ao Reino de “já agora, mas ainda não”.

g) **Wolfhart Pannenberg (1928 -)**. Este é mais um teólogo luterano alemão com grande destaque. Para Pannenberg, há uma estreita união entre teologia e filosofia. O Cristo crucificado e ressuscitado é o acontecimento histórico central, que permite assegurar o sentido da história universal do homem e do mundo. Para ele a revelação de Deus é história, e a perda deste horizonte é a fonte de muitas crises contemporâneas.

Pannenberg, de certa forma, é um teólogo moralmente rigorista. Contrapõe-se à permissividade nas sociedades secularizadas e em membros de algumas das igrejas evangélicas alemãs, especialmente em questões de sexualidade.

1.3. Teólogos Europeus Católicos:

Saindo do mundo teológico protestante europeu, especialmente luterano, que polarizou a teologia cristã do séc. XX, seguem agora referências a alguns teólogos católicos, que se destacaram na reflexão teológica dos últimos tempos.

Começemos por **Karl Rahner (1904-1984)**. No mundo teológico católico, sem dúvida, o jesuíta Karl Rahner foi o teólogo mais influente no séc. XX. Ele foi um dos peritos do Concílio Vaticano II e concordava plenamente com o Papa João XXIII, desejoso que “novos ventos soprassem na Igreja, para limpar a poeira acumulada através dos séculos”.

Rahner considerava o ser humano essencialmente como um “Ouvinte da Palavra”. Assim, para ele, o cristão deveria ser um exemplar ouvinte do “*Verbum Dei*”, isto é, do *Logos* (Palavra) de Deus encarnado, Jesus Cristo. Do Deus que entrou na história da humanidade,

assumindo plenamente a natureza humana, dignificando-a em todas as suas dimensões. Como consequência desta compreensão, todas as potencialidades, verdadeiramente humanas, devem ser valorizadas e dignificadas. Mas, como o teólogo cristão deve contribuir para isto? Rahner responde: dialogando com a história, as culturas, as ciências, as religiões e as diversas ideologias. Rahner havia aprendido muito com as ideias de **Teilhard de Chardin (1881-1955)**, um cientista, filósofo e teólogo jesuíta que buscou o diálogo entre a fé e as ciências. Chardin queria uma “Teologia da Criação”, em sentido pleno e cósmico. Dali, a ideia do Cristo Cósmico, da atuação de Deus em todas as criaturas e da presença do Espírito Santo junto a todos os homens de boa vontade. A partir desta teologia, Rahner criou a expressão “cristãos anônimos”.

Rahner dialogou com todas as propostas teológicas de seu tempo e estava a par de toda a tradição filosófica e teológica do Ocidente. Sem formalizar qualquer escola neste sentido, pode-se, contudo, afirmar que Rahner, ainda hoje, tem um séquito de teólogos que seguem seu modo de fazer teologia. E não apenas entre os teólogos católicos.

Outros teólogos, na Igreja católica, que de certa forma se emparelham com Rahner, são os franceses **Yves Congar (1904-1995)** e **Henri de Lubac (1896-1991)**. Grande repercussão na teologia da Igreja católica também tiveram, no séc. XX, os incentivos que recebeu a Teologia Bíblica, especialmente através do Instituto Bíblico de Roma e da Escola Bíblica de Jerusalém. Neste campo da Teologia Bíblica se poderia enumerar um grande elenco de teólogos significativos. De certa forma, somos injustos com eles não os mencionando aqui.

Antes de finalizar a referência a teólogos, que fizeram e fazem teologia na Europa, não poderia deixar de mencionar **Hans Küng (1928 -)** e **Johann Baptist Metz (1928 -)**. Estes são dois apaixonados teólogos, muitas vezes incompreendidos, mas ainda hoje ativos, buscando a “verdadeira” Igreja de Cristo.

Hans Küng, liderando propostas de uma ética cristã para o mundo, realiza diálogos interconfessionais e interreligiosos, convicto de que a paz mundial depende da paz entre as religiões. Além disto, Küng tem sérias restrições em relação a certas práticas institucionais na Igreja Católica, como, por exemplo, a falta de participação da mulher na Igreja e a forma de exercício do poder eclesiástico. O que ele busca, fundamentalmente, é definir como poderíamos, verdadeiramente, “Ser Cristão”.

O teólogo Johann Baptist Metz é amplamente conhecido com a sua proposta de uma “Teologia Política”. Para ele, toda a atitude religiosa tem consequências políticas. Isto é, repercute na sociedade. Neste sentido, a teologia repercute na sociedade.

A teologia não é inofensiva. Ela exige atitudes das pessoas. Ela transforma o homem. Por isso mesmo, o cristianismo, com sua teologia, transformou a civilização pagã greco-romana. Ainda hoje o cristianismo continua tendo o poder de orientar e transformar os encaminhamentos políticos de nosso tempo. Para isso, a memória histórica nos deve auxiliar. Acontece, porém, que, muitas vezes, não se tem a coragem de examinar esta memória. Pois ela, certamente, traria lembranças perigosas dos pecados da humanidade. Neste sentido, a crucificação de Cristo é uma “memória perigosa” para a humanidade. Denuncia os abusos de poder, as intolerâncias religiosas, as injustiças, as ideologias opressoras... A “Teologia Política” de Metz, de alguma forma, estimulou a “Teologia da Libertação” latino-americana.

2. Para Além da Teologia Europeia

Até aqui me ative, praticamente, aos teólogos europeus. Mas é preciso dar um salto para outros continentes. Hoje já não se pode ignorar que há teólogos nas Américas do Norte e do Sul, na África e na Ásia. Novamente poderíamos classificar estas teologias em “fracas” e “fortes”.

Como “fracas” poderíamos classificar aquelas teologias que, nestes continentes, simplesmente repetem as teologias produzidas na Europa; e “fortes”, aquelas que partem, nas suas análises, da vida concreta das comunidades locais.

Sem dúvida, há teólogos que, aos poucos, se destacam em suas características de fazer teologia. Por exemplo, as teologias europeias são mais especulativas, questionadoras, críticas. Isto, de certa forma, tende a produzir perguntas, inquietudes, angústias e dúvidas na consciência dos fieis. Diferentemente a isto, as teologias, especificamente provindas da América do Norte, procuram dar respostas. É uma teologia mais pragmática, sem grandes questionamentos, nem bases filosóficas. É uma teologia que busca resultados.

Nesta teologia norte-americana, existe o perigo de “Deus” apenas ter o tamanho da cabeça do teólogo; a toda hora Deus pode ser chamado a resolver os problemas dos homens, fazendo milagres; na política, Ele legitima guerras; Ele é o Deus das vitórias, da prosperidade e assim por diante. Isto, evidentemente, leva os fieis a desejarem um Deus concreto, sem as abstrações teológicas europeias. Para a teologia europeia, Deus não é um deus que magicamente está a nosso dispor, resolvendo milagrosamente os problemas dos homens, que os próprios homens podem resolver.

Nos limites deste texto, não podemos entrar no mérito de todos os teólogos de nossos continentes. Contudo, nossa reflexão estaria demasiadamente incompleta se não nos

detivéssemos em alguns aspectos das Teologias presentes na América Latina, em parte produzidas aqui, e cujo método tem repercussão nas teologias africana e asiática.

2.1. *A Teologia da Libertação e as Teologias na América Latina*

Se quisermos enraizar os precedentes da Teologia da Libertação fora do continente latino-americano, poderíamos indicar quatro frentes de pensamento:

- a) Os ensinamentos sociais dos profetas bíblicos, dos evangelhos e de diversas filosofias. Na tentativa de incorporar pragmaticamente estes ensinamentos na teologia pastoral, esteve no Brasil, em 1952, o missionário presbiteriano norte-americano Richard Shaull, que já havia atuado no Caribe. Aqui estabeleceu uma estreita relação com o teólogo Rubem Alves;
- b) Em 1964, o teólogo reformado Jürgen Moltmann publica sua obra *Teologia da Esperança*;
- c) Em 1965, o teólogo batista Harvey Cox publica o livro *A Cidade Secular*;
- d) Em 1967, o teólogo católico Johann Baptist Metz fala, numa conferência, sobre a *Teologia do Mundo* e, posteriormente, elabora sua *Teologia Política*.

Os teólogos da libertação não veem a origem da *Teologia da Libertação* com estes precedentes, mas consideram que a *Teologia da Libertação* nasceu exclusivamente pela consciência cristã de teólogos latino-americanos, que não aceitavam mais a situação de pobreza, de injustiças, opressões e miséria das populações latino-americanas, grande parte dominadas por ditaduras militares, insensíveis ao sofrimento da miséria e repressoras em relação às reivindicações de justiça dos oprimidos. Assim, a Teologia da Libertação teria sua origem na reação moral à pobreza causada pela injustiça social institucionalizada no continente latino-americano.

A consciência libertadora se acentuou principalmente com as reuniões do Concílio Vaticano II e o esforço de adaptar estes ensinamentos a uma pastoral junto às populações cristãs (católicas) na América Latina, na reunião dos bispos em Medellín, Colômbia, em 1968. A denominação de Teologia da Libertação, como um modo de fazer teologia, foi assumida oficialmente com a publicação do livro *A Teologia da Libertação* do teólogo peruano Gustavo Gutiérrez, em 1971. Depois disto, entraram em cena os outros teólogos, considerados os principais divulgadores desta Teologia.

Citarei apenas alguns dos teólogos da libertação. Selecciono alguns com os quais tive um contato direto, ou cujos escritos examinei mais detalhadamente. Isto não significa que muitos outros não merecessem ser mencionados e estudados. Mas, contento-me com os seguintes: Hugo Assmann, Leonardo Boff, Juan Luis Segundo, Juan Carlos Scannone, Marcelo Barros, José Comblin, João Batista Libânio, Helder Câmara, Pedro Casaldáliga, Ivone Gebara, Rubem Alves, Carlos Mesters, Enrique Dussel, Jon Sobrino, Camilo Torres, Ernesto Cardenal. Estes teólogos, mesmo se agrupando sob o título da *Teologia da Libertação*, são identificados por seus enfoques teológicos diversos.

Hugo Assmann, durante muitos anos, teve um intenso envolvimento político, engajando-se positivamente na derrubada do ditador Somoza na Nicarágua, ao lado de Ernesto Cardenal e dos sandinistas. José Comblin se preocupou com uma *Teologia da Revolução* e esteve muito tempo empenhado na renovação teológica em diversos países da América Latina. No Estado da Paraíba/Brasil criou um centro de formação teológica de agentes de pastoral com um método teológico, que ele denominou de “*Teologia da Enxada*”. Marcelo Barros se dedica especialmente ao diálogo inter-religioso e a uma teologia que vê em organizações sociais, como as Comunidades de Base e na fraternidade entre os povos a superação do capitalismo selvagem, injusto e opressor, que domina na maioria dos países latino-americanos. Ivone Gebara é especialmente conhecida por sua *Teologia de Gênero* (Teologia Feminista). Leonardo Boff, atualmente, está mais voltado para uma *Ecoteologia*, que poderíamos também denominar de *Teologia da Criação* ou *Teologia das Realidades Terrestres*. Camilo Torres, neste contexto das denúncias das injustiças, em nome da mensagem cristã, assumiu uma atitude rebelde contra as conivências históricas da Igreja com as estruturas de injustiça. Radicalizou e entrou ativamente na luta armada contra esta situação na Colômbia, em nome de sua indignação cristã. Esta opção de Camilo Torres não é um caminho comumente sugerido pelos teólogos da libertação.

A *Teologia da Libertação*, que nasceu na América Latina, como um novo método de fazer teologia, atualmente está presente em muitas outras regiões marginalizadas do Terceiro Mundo. Em todos estes lugares defende uma maior inculturação do cristianismo. Por isto já não se pode mais deixar de falar na Teologia da Libertação africana; na Teologia da Libertação sul-africana; na Teologia da Libertação árabe; na Teologia da Libertação negra nos Estados Unidos; na Teologia da Libertação na Ásia.

Como se pode constatar, embora as igrejas institucionalizadas, por diversas vezes, tenham se distanciado da *Teologia da Libertação*, os teólogos, que tomam em consideração a preocupação deste movimento de libertação cristã dos homens, continuam ativos em suas

pastorais. Estão convencidos de que a Teologia possui uma dimensão profética em nosso tempo, de acordo com as características dos profetas bíblicos, que é anunciar e denunciar.

Para cumprir este profetismo, o Teólogo tem à sua disposição a Palavra. A Palavra de Deus encarnada em Jesus Cristo. Em contato com o poder da Palavra de Deus, que é o instrumento principal de ação do teólogo, as instituições e os indivíduos humanos se transformam.

Claro, na América Latina não temos apenas os teólogos da libertação. É também forte a *Teologia Pentecostal*. Com certeza, é difícil dizer: esta é a teologia certa e a outra está errada ou é herética. Mas podemos avaliar certos aspectos das diversas teologias e descobrir quais as mais, e quais as menos adequadas. Pois, a fonte de inspiração de toda teologia cristã deve ser a Palavra de Deus viva. Não se pode cair num biblicismo, onde a palavra de Deus está fossilizada. Em Jesus Cristo a Palavra de Deus (o *Logos*) se tornou homem e não livro. A Palavra de Deus, para o homem, é Jesus Cristo, vivo e ressuscitado e não um livro, mesmo que ele se denomine Bíblia.

Teologicamente, é fundamental ter a consciência de que a mensagem de saúde espiritual (salvação) em Jesus Cristo nos é mediada pela palavra e pelo testemunho de homens concretos e situados. E tudo o que é humano deve ser interpretado e adequado à compreensão daqueles que hoje entram em contato com esta Palavra Divina. Como o teólogo trabalha com a Palavra de Deus, ele tem a responsabilidade de não trair o conteúdo e o sentido desta Palavra, para que o homem de hoje a receba com o poder inerente a ela. E isto nem sempre é fácil no mundo em que vivemos. Um mundo com outra cosmovisão, do que muitas das cosmovisões do passado. Por isso, a necessidade de identificar a função do teólogo e o que fazer para que o teólogo possa cumprir a sua missão entre os homens de nosso tempo, fazendo com que este homem oriente a sua vida de acordo com o sentido que ela deveria ter na visão de Deus.

3. Função e Vocação do Teólogo

A Teologia significa a realização da vocação pensante da fé e começa no ser humano que se arrisca a dizer algo do que lhe é gratuitamente comunicado por Deus. Esta comunicação de Deus é possível porque o ser humano é um ser aberto ao divino. Ele, por natureza, é “Ouvinte da Palavra”. Esta fé pensada precisa ser comunicada e vivida nas condições próprias do ser humano, histórica e culturalmente situado. Um ser pensante e racional, que, em nosso tempo, vive num mundo científico e plural. Então, qual é o lugar do

teólogo em um tal mundo, em que o homem, muitas vezes, não sabe mais o sentido último de sua existência? Com certeza, o teólogo não seria teólogo se não falasse da Palavra de Deus, mostrando aos homens o caminho de sua saúde espiritual. Mas, para que sua teologia seja cristãmente legitimada, que cuidados o teólogo de hoje deve ter?

Vejam os:

- a) deve proteger as narrativas teológicas de distorções;
- b) deve saber que toda nova decodificação dos dogmas possui riscos;
- c) deve usar métodos de pesquisa que mostrem a relevância “política” da teologia.

Ser fiel às narrativas históricas e bíblicas implica em diferentes facetas. Para falar honestamente do Jesus Histórico, é necessário entender o contexto em que os textos bíblicos foram escritos. Isto tem como consequência um entendimento sobre o Jesus Histórico e o Cristo da Fé, de quem falam os relatos da Igreja Primitiva.

Outra faceta que o teólogo não pode esquecer é a preservação viva da memória dos ensinamentos daqueles que viveram sua fé antes de nós. A narração memorial, às vezes, nos adverte com relação a perigos que podem reorientar a nossa fé. O teólogo deve ser capaz de interpretar estas memórias como advertência para o mundo de hoje. Recordando, por exemplo, que os sofrimentos de muitos cristãos do passado podem prevenir as gerações de hoje para evitar uma religião burguesa. Se a sociedade não estiver consciente de seus erros do passado, quem poderá preveni-la de novamente cair nos mesmos erros?

É função da teologia na sociedade sugerir constantes transformações na busca de uma vida com mais sentido. Mas há uma tendência humana muito comum em fazer com que a religião se transforme em justificação do *status quo* dos valores da sociedade, sem, no entanto, empenhar-se em transformar o povo, para que viva de acordo com valores verdadeiros. O teólogo deve ser guardião dos valores de dignidade humana, sem se tornar complacente com tudo. Isto inclui valores sociais, econômicos, culturais e científicos ativos na vida política dos cidadãos. Para poder agir em relação a estes valores, o teólogo deve estar informado sobre eles.

Uma outra preocupação do teólogo deve ser a decodificação do dogma. Por dogma entendo a verdade comum aos membros de uma mesma comunidade de fé. Na decodificação do dogma, o teólogo deve contribuir para que este dogma tenha um significado para a experiência e a situação na vida do ser humano. O teólogo também deve saber qual foi a importância deste dogma no passado, além de fazer crescer a esperança no futuro.

Outra função importante do teólogo é incentivar aos outros a viverem sua fé autenticamente. Pois, se alguém tem uma fé fundamentada, conseqüentemente deverá vivê-la integralmente, não se acomodando, nem sendo apático ao que acontece em seu redor. Isto implica em solidarizar-se com o sofrimento e as alegrias dos contemporâneos, mostrando aos homens de seu tempo “as razões de sua esperança” (cf. I Ped: 3.15).

Conclusão

O teólogo tem a seu dispor, como instrumento de transformação, a Palavra de Deus. E toda palavra tem poder. Deus criou o mundo com sua palavra. E a Palavra de Deus, Jesus Cristo, se fez homem. Jesus, por sua vez, deixou sua palavra para dar saúde espiritual aos homens, encarregando a homens para que levassem esta sua palavra até o fim dos tempos e para todos os povos e a transformassem em um acontecimento significativo para a vida dos homens.

Desde o início da pregação cristã, a Palavra de Deus encarnada, Jesus Cristo, de fato, transforma as civilizações e a vida das pessoas. Justamente os teólogos têm a função de contribuir com a obra de Jesus Cristo, para que sua Palavra continue transformando os homens e suas civilizações.

Para finalizar, faço minhas as palavras que o físico e matemático Carl Friedrich Von Weizsäcker deixou dito aos teólogos. Citando: “Gostaria de dizer aos teólogos o que eles já sabem, e os não teólogos deveriam saber. Os teólogos preservam a única verdade, muito mais profunda do que a verdade das ciências, que fundamenta a ciência atômica. Eles preservam um saber sobre a essência do homem, que é mais profundo do que a racionalidade moderna. O homem sempre perguntará por esta verdade, quando seus planejamentos falharem. A situação burguesa da Igreja de hoje não mostra que os homens, de fato, ainda perguntam por esta verdade. Mas esta verdade continua convencendo quando ela é vivida”.

A ATUAL INFLUÊNCIA DO ENSINO RELIGIOSO PROTESTANTE NA EDUCAÇÃO DO COLÉGIO AMERICANO BATISTA

Rosely Pereira Pontes de Oliveira²²

Resumo

Propomos investigar como o Ensino Religioso Protestante tem influenciado a educação no Colégio Americano Batista desde as suas origens à atualidade sem excluir a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9.394/96 e com a estrutura do Ensino Religioso mediante produção dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs. Utilizamos como material empírico os depoimentos de docentes, discentes e da equipe técnica e pedagógica dessa instituição. Pretendemos com tal metodologia assegurar a dimensão da influência do Ensino Religioso na educação como agente transformador na sociedade. Compreendemos a relevância desta pesquisa, à medida que observamos a interação do diálogo inter-religioso e o avanço obtido quanto à concepção catequética numa passagem para uma nova concepção de Ensino Religioso, à concepção do sentido para a vida.

Palavras-chave: Educação; Ensino Religioso; Transcendência; Diálogo Inter-religioso.

Introdução

Muitas são as especulações a respeito do Ensino Religioso na Sociedade Brasileira, pois enquanto uns consideram-no indispensável, outros não concebem sua vivência, visto idealizarem a religião inserida somente numa única instituição, a igreja. Um dos fatores que levam a essa contestação seja o fato da influência da eclesiologia no Ensino Religioso, por esse ter sido totalmente ligado ao dogmatismo da Igreja Católica e das outras denominações inclusas nas igrejas evangélicas, segundo nos conta a história.

Enquanto nesse ideário muitos se delineiam, outros, entretanto, consideram uma discrepância, visto compreenderem que a integração dessa disciplina no âmbito educacional significa buscar uma solução para resolver, senão minimizar a problemática da grave crise cultural que se desencadeia pela ausência de valores cristãos e segundo Graça (2002, p.51), “consequente desencanto social”. Nessa perspectiva, o Ensino Religioso define-se na conquista de “uma cosmovisão cristã que informe e forme seres íntegros, dando ênfase à capacidade de superação das diferenças” conforme assegura Graça (2002, p. 77).

A complexidade que abrange o processo de educação no que se refere à disciplina Ensino Religioso é desafiadora. Barreiras, à primeira vista intransponíveis, no percurso educacional, são inúmeras; dentre elas aponta-se a exigência da mudança quanto aos fins eclesiásticos, saindo do casulo da fronteira denominacional, buscando alçar voo com novas leituras, com novas fontes do saber, abrangendo desde o mundo transcendental à esfera científica e cultural.

²² Mestra em Educação. Diretora da FATIN.

Surgem novas perspectivas educacionais e novos paradigmas inseridos numa realidade de um Ensino Religioso com uma abordagem confessional catequética pululando para uma dimensão antropológico-social e transcendente, abrindo espaço no mundo religioso, aonde questões consideradas relevantes dizem respeito à vida humana em seus âmbitos familiares, ampliando seu papel na organização da sociedade e na formação do cidadão. Contudo, muitos indivíduos questionam a competência do Ensino Religioso como âncora na vida da sociedade. Como essa disciplina na grade curricular poderá trazer saúde emocional e intelectual a um povo? Será que esse ensino conduzirá a sociedade para um abismo mais intenso ou estar-se-á cerceando o equilíbrio, pautando caminhos que concluirão num universo tranquilo, onde impere o amor, a verdade e a justiça?

Diante de tais conjecturas, decidimos pesquisar um dos grandes colégios confessionais do Recife, acompanhando-o durante o ano letivo de 2010. Elaboramos uma pesquisa qualitativa, cujo propósito foi investigar a veracidade da influência do Ensino Religioso na Educação Básica, numa instituição de ensino privado confessional que é o Colégio Americano Batista, com 105 anos de existência, colaborando com o progresso da sociedade em que está inserido.

E de que maneira o Ensino Religioso Protestante, numa escola confessional, pode participar desse processo?

Segundo Meneghetti (2003, p. 98), “um sujeito é capaz de perceber que, ao se construir, constrói o outro, ao caminhar, traz consigo outros caminhantes, ao aprender, ensina outros, ao ensinar, aprende com os outros”. Dessa forma, vemos que em relação ao profissional da educação, o docente tem uma grande responsabilidade quando a disciplina é Ensino Religioso, não só na transmissão dos conteúdos; mas, sobretudo, na construção das relações interpessoais que transitam desde a direção, desde os colegas, o corpo técnico em geral, culminando com os alunos e pais.

Outro ponto importante a ser desenvolvido é quanto à relevância do Ensino Religioso como disciplina facultativa, parecendo aos docentes e discentes, que destituída de valor acadêmico pode ser representativa numa vida estudantil?

Assim, buscamos evidenciar a validade ou não do Ensino Religioso como um espaço profícuo à construção das inter-relações sociais e culturais, como afirma a Dr^a. Targélia de Sousa Albuquerque (2006, p. 161), “com o ensino religioso, os estudantes e as estudantes, com seus professores e professoras se revelam, se aceitam ou rejeitam, em síntese, um ‘lócus’ humanizado e humanizante”.

Cumpra o Projeto Pedagógico da disciplina ‘Ensino Religioso’ oferecer à sociedade um caminho que se desmembre num novo iluminismo, redescobrimo-se como uma esperança em crise de valores espirituais, éticos e morais? Esse trabalho, portanto, propõe trazer elementos teóricos e experiências obtidas na pesquisa de campo e na abrangência de um estudo de caso, que auxiliem na reflexão e compreensão das implicações dessa disciplina no cenário escolar.

1. A Educação Religiosa como fomentadora da integralização do homem no contexto psicossocial e religioso

Conhecer a riqueza de valores que os Protestantes têm trazido em seu bojo foi de grande valia para o Projeto Educativo do Colégio Americano Batista – C.A.B. Inicialmente, nos reportaremos ao contexto religioso protestante recifense, onde nasceu o C.A.B. atentando para o que de fato repercutiu na cultura desta cidade em épocas passadas; e sendo a “Sociedade o solo de toda forma da existência humana” (SEVERINO, 1994, p. 69), em que tem contribuído, portanto, a Educação e o Ensino Religioso para a sociedade recifense no momento de fundação e como tem ainda contribuído no mundo contemporâneo.

A proposta educacional protestante ocorreu a partir de uma visão missiológica e de combate ao analfabetismo. Em face do movimento da Reforma Protestante cujo princípio era “a livre competência da alma” que faculta o livre acesso à leitura da Bíblia, que só seria possível através da educação.

Na visão dos missionários protestantes, o estudo da Bíblia era tido como pressuposto indissociável para uma vida cristã em profundidade e também de contestação, estando ligado a uma proposta de liberdade. Assim, o desenvolvimento intelectual precisava tornar-se uma realidade. A âncora do trabalho batista em Pernambuco seria – a educação.

Como afirmava William Cannada que “a educação deve favorecer a independência de investigação e de pensamento, deve dar ampla oportunidade à pesquisa pessoal. Sem esta o progresso científico será insignificante”

Segundo Oliveira (2002. p. 39), o Colégio Americano Batista vem se constituindo historicamente, desde o início do século XX e, nessa época, afigurava-se um cenário Nordeste ainda muito pobre, numa grande instância de analfabetismo. Face à constatada dificuldade, foi implantado na cidade de Recife, a instituição através do missionário William Henry Cannada.

De início, Cannada (1903, p. 339), assumira a Educação Teológica do Seminário do Norte. Seus alunos, mesmo sendo de famílias nobres do sertão, não sabiam ler, eram totalmente analfabetos. Como ensinar homilética, exegese, entre outras disciplinas sem saberem ler? Como prepará-los academicamente, teologicamente se nem sequer sabem decodificar os sinais gráficos? Educá-los, alfabetizá-los, portanto, não seria irrelevante, mas uma grande necessidade. Assim, como esclarece Machado (1999, p. 67 – 68), citando Langston: “os protestantes batistas estabeleceram-se no Brasil, não por motivos interesseiros, mas para auxiliar a extensão dos ensinamentos de Jesus Cristo” e, conseqüentemente, promovendo uma mudança cultural e educacional.

Ainda que houvesse muitas instituições de ensino privado em Recife, essa expansão educacional não atingiu todos os segmentos da sociedade pela abrangência do analfabetismo que se alastrava consideravelmente; de forma que os batistas protestantes contribuíram em trazer instrução a um povo que ainda em grande parte era analfabeto, conseqüentemente criou-se que indivíduos analfabetos são cegos e ignorantes e só através da educação teriam acesso a uma visão crítica de mundo e ao conhecimento de Deus. (CANNADA, 1903, p. 35); de modo que a opção de seguir determinada religião ou não seguir seria com consciência e não por manipulação.

Nessa visão, os batistas brasileiros consideraram as relações Igreja-Escola e Escola-Igreja com o compromisso de atuarem na educação, sem perderem de vista o sentido da missão e a importância das práticas religiosas no cotidiano das instituições de ensino; sem contudo haver pressão, imposição, nem tão pouco preconceitos religiosos. Nos “Prospectos do Collegio” defendem claramente a sua visão:

O collegio não tem preconceitos religiosos. Não se procura impor qualquer religião. Entretanto, tendo a convicção que a base da boa moral é a religião e não compreendendo educação sem moral, o seu ensino e a sua prática não são menosprezados por esta instituição. Ensinamos a liberdade de consciência e a responsabilidade pessoal de cada indivíduo para com o seu Salvador. Não procuramos obrigar, por meio de prêmios ou ameaças qualquer pessoa a concordar conosco. Praticamos a tolerância, respeitamos o pensamento alheio e mantemos o nosso ponto de vista de obediência e homenagem às leis do país.

A mudança cultural e educacional começa a acontecer com rapidez. Os alunos dirigem-se à aula Literária como assim era chamada, não por obrigatoriedade, mas voluntariamente em busca do que aspiravam que era ler e adquirir conhecimento. Grande contribuição à instituição prestou o Dr. Alfredo Freyre, juiz e catedrático de Economia Política da Faculdade de Direito do Recife.

A experiência e influência que tinha na sociedade recifense contribuiu para que o Colégio adquirisse mais credibilidade no meio social. Este nobre homem, ainda que não fosse protestante, mas católico praticante, acreditava nessa obra educacional de maneira que além de nela investir seu tempo, sua capacidade, entregou aos cuidados pedagógicos do C.A.B o seu filho, o conhecido sociólogo Gilberto Freyre. Ainda que tenham uma visão distinta no mundo religioso, nunca houve entre eles a falta de respeito com suas decisões, mas a liberdade de pensamento sempre foi mantida.

Um olhar atento para a Educação nos possibilita compreender que embora ela não seja a única alavanca que atua na transformação social, em seu processo educacional tem grande representação e, nessa esfera, tanto pode reforçar os processos de dominação como desmembrar “um estabelecimento de relações político-sociais com menor força de opressão”(SEVERINO, 1941, p.73), conduzindo o corpo discente a adquirir criticidade, obtendo um lugar de autonomia como cidadão e, nessa tônica, caminha a vida educacional do C.A.B defendendo que todo “*systema de educação deve favorecer a independência de investigação e de pensamento. O progresso humano depende desse princípio*” (PERRUCCI, 2006,p.36).

Machado (1999, p.51) ao citar o Jornal Batista, (OJB, 10-11-27), enfatiza a respeito da prática pedagógica batista que “*Educar é desenvolver o physico, cultivar o intellecto e formar o caráter no indivíduo; e qualquer instituição que não cuida das três coisas perde o direito de ser chamada instituição educativa*”. Na intenção de mobilizar-se em prol de tornar realidade essa ideologia, o Colégio Americano Batista permeava seu projeto educativo com práticas pedagógicas inovadoras.

O discurso curricular era direcionado para uma nova adequação da teoria à prática. Os conteúdos programáticos tinham que estar adequados ao cotidiano da sociedade; como bem define Ronca (1995, p.27)

assim todos os educadores devem fazer um preocupado esforço para sempre estabelecer possíveis relações entre os respectivos conteúdos a serem discutidos, em sala, com a existência humana, com a sociedade em geral, e com aquela comunidade em particular.

Nessa mesma dimensão, o Ensino Religioso era delineado em sala de aula. A Bíblia Sagrada, livro didático do Ensino Religioso, era estudada através de temas que estivessem em linha com a vida. Não eram impostos os dogmas denominacionais, mas Deus era apresentado de maneira que os alunos eram conduzidos a refletir a mensagem numa abertura de um incentivo a uma dimensão de vida espiritual elevada, como também ao despertar à criticidade, formando cidadãos com opção de serem cristãos não por manipulação, ou mesmo por

persuasão, mas com autonomia, com poder de decisão, inclusive de negação ao cristianismo sem constrangimento, “*respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos conceder uns aos outros*”(FREIRE, 1996, p. 28).

2. A religião e a Criticidade

Há muitas denúncias contra a religião profética, cuja base fixa na magia, no medo, na ignorância, fixação infantil e como mecanismo de opressão das classes dominantes (STRIEDER, 2003).

Não é sem fundamentação que homens como Freud, Nietzsche, Feuerbach, Marx entre outros criticaram a religião.

Nietzsche tornou-se famoso por anunciar a morte de Deus e o surgimento do super-homem. Faz-se necessário para que esse homem surja, que se rompa com todos os movimentos atávicos que ameaçam o agir do homem com autenticidade. Com a morte de Deus, a ascendência humana e a racionalidade realizam-se.

Diante de tais nuances, interpretamos o assassinato de Nietzsche como uma necessidade, pois o Deus que castra a liberdade, aprisiona, provoca o medo; esse se entende que precisa realmente morrer.

A partir dessa concepção, o caminho da solução parece ser, a princípio, a dessacralização, a ruptura com a religião. Mas, um paradoxo mencionaremos: Deus jamais será morto pelo homem, pois ele sente a necessidade de explicar-se como ser vivente no mundo, e as questões tais como: de onde vim, para onde vou e quem sou, ainda não foram plenamente respondidas, apesar do progresso das ciências e das ilimitadas descobertas científicas, que ainda não conseguiram detonar Deus da mente humana.

Ao narrar parte do texto de Nietzsche, Strieder (2003), fala que o fim da religião não está em decretar a morte de Deus e dá como exemplo a morte de Buda, cuja sombra da caverna ainda continuou por um período. Assim, a religião, porque há sombra ainda se perpetuará, apesar de ver as igrejas como sepulcros da religião. Para tanto, é preciso destruir as sombras.

Concordamos com Strieder (2003), ao citar Nietzsche, como sendo aquele que fez uma crítica pertinente a uma religião engessada, cujo linguajar não atingia as necessidades dos indivíduos inaptos para combater de forma realista os percalços de sua existência. Nesse sentido, Nietzsche assinala uma religião morta, cujo Deus está morto, reflexo de sua

inoperância efetiva. Cristo jamais seria aquele que ficaria pregado numa cruz, mas o único que ressuscitaria para dominar o mundo através da religião.

É salutar a busca do equilíbrio. Em vez de cognominarmos Nietzsche de doido como tantos assim o fazem, quando este chama a atenção para a realidade alienante da religião, talvez não seja essa uma boa opção, **entretanto**, jogar na lixeira ou mesmo matar, enterrar tantos ensinamentos atroz, aberrantes que não se concebem registrar como divinos talvez seja esta a solução. Lembrando-se de que na profundidade do mistério Divino possamos encontrar a pureza da religião. Não será esse o equilíbrio?

3. Avançando na Educação

Os anos passam, as conquistas avançam e se constroem momentos novos na história do Ensino Religioso no Brasil e, conseqüentemente, no C.A.B. Nessa construção, perfis são mudados e a escola cresce moldando-se às novas diretrizes educacionais. Sempre empenhado no aperfeiçoamento, embora sendo uma escola confessional, procura não se restringir ao proselitismo; tem, entretanto, como parâmetros estabelecer *“um diálogo que parte da fé, mas transcende o aspecto dogmático e doutrinário das instituições religiosas [...] respeitando as crenças, criando-se nas escolas um espaço para a reflexão sobre a religiosidade humana como algo intrínseco à vida, independente do seguimento ou não de uma religião”*, como menciona Scussel (2007, p. 252).

A educação do C.A.B não tem como premissa um simples processo de aprendizagem, mas projetar uma perspectiva em que o Ensino Religioso Protestante seja um elemento integrante da educação, influenciando positivamente no desenvolvimento da autonomia do aluno, na formação de seu caráter e como acentua Graça (2002, p.77), *“pretende o ensino religioso desenvolver as habilidades dos alunos, como pessoas que buscam a felicidade em valores solidários e justos”*.

As desigualdades são normalmente geratrizes de conflitos que levam a um mundo de desencontros e violência. A ausência do amor, a falta de respeito à individualidade de cada um nas diversas diferenças de pensamento têm contribuído a estarmos inseridos em um mundo sem encanto, sem harmonia, sem paz.

Embora o Cristianismo professe uma fé que demarque uma antítese às demais religiões e não comungue com elas nos seus aspectos doutrinários, o que marca como essência o líder do Cristianismo, Jesus Cristo, é preponderantemente o amor. A presença de Cristo traz o resplandecer do amor, da paz e justiça.

Em Mt.26.52²³ nos reporta a Jesus no Getsêmane ordenando a Pedro que ele devolvesse a espada, pois todos os que dela fizessem uso, com ela pereceriam. Em outro momento, no mesmo livro Mt.5.9²⁴, no Sermão do Monte, pôs o Mestre os que promovem a paz num patamar de filiação, vê-se claramente a expressão do puro amor contido em seu ser como bem define Boff a seguir

A singularidade do Cristianismo está na transparência desse homem concreto Jesus de Nazaré, homem como nós, que morreu não num acidente de estrada na Palestina, mas morreu na cruz, num processo de insurgência, porque tomou partido dos pobres, dos humildes, transparência que permite captar a transcendência divina. Ele internalizou a experiência ao dizer: “Você é filho, você é filha de Deus”. “Em você se encontra o absoluto, e por isso ao amar o outro, você ama a Deus, e o amor a Deus e o amor ao próximo são um amor só, são um movimento só”. (BOFF, 2000, p.30).

A essência é poder contemplar o amor de Deus nascendo e transbordando em cada coração, enchendo a terra com essa semente inigualável, pois como ainda afirma Boff (2000, p.30), *“essa é a singularidade do cristianismo, não raro obnubilado pelo excesso de doutrinas e de dogmas que se agregaram a essa experiência originária”*.

Portanto, como menciona (JOÃO 1:13) todos os que receberem Jesus, Ele lhes dará o poder de se tornarem filhos de Deus e com a natureza de filho, buscarão promover a paz, o amor, a vida e totalmente não à violência.

4. A Educação e a Transcendência

Concordamos com Boff quando aborda na perspectiva da transcendência e imanência, a singularidade com que Deus expressou sua encarnação, essa é a hora em que o Cristianismo transcende ao “mergulhar dentro da fragilidade humana”; pois diante de seus atributos divinos, Cristo emergiu envolto em simplicidade ao habitar entre nós, em circunstâncias inóspitas, ausente do mínimo de conforto “Para eliminar as distâncias entre os seres humanos se fez o último dos homens [...] Se ele desceu até lá foi para nos dizer que mesmo que você vá até o inferno, Ele estará com você. Você não vai sozinho, eu vou junto. Tanto descer até nós, quanto subir aos céus, isso é transcendência. Esta ação nos leva vergar-se como o bom samaritano sobre o outro caído. É o amor que desce”.²⁵ E é nessa dialógica que permeia o

²³ “então, Jesus lhe disse: Embainha a tua espada, pois todos os que lançam mão da espada à espada perecerão”.

²⁴ “Bem-aventurados os pacificadores, porque serão chamados filhos de Deus”.

²⁵ Nisto conhecereis que sois meus discípulos se vos amardes uns aos outros” disse Jesus relata o evangelho de João. “Pois se dissermos que amamos a Deus e odiarmos a nosso irmão somos mentirosos, pois aquele que não ama a seu irmão, a quem não vê, não pode amar a Deus, a quem não vê. (1JOÃO 4.20).

Ensino Religioso pautado no currículo do Colégio Americano Batista. Assim, nessa assertiva, tem o C.A.B a perspectiva de que na interação do processo pedagógico, essa ideologia cristã repercute nas vivências sociais positivamente. Como afirma Cabanas in Scussel (2007, p.252), *“essa interação que acontece no processo pedagógico não é neutra. É muito difícil educar um indivíduo sem influenciá-lo; no limite diríamos que é impossível, [...] o educador corre sempre o risco de dar algo de si ao seu educando”*.

Como nos incentiva o Psiquiatra Augusto Cury a treinar o homem para vivenciar essa dimensão de transcendência, coaduna-se o Ensino religioso, de maneira que princípios do cristianismo como o amor que é sua marca, sejam transmitidos como um conhecimento religioso que *“ganha, na escola, um espaço de estudo científico, onde não se centra a discussão na fé, mas nas manifestações desta cultura e na vida do povo”* (SCUSSEL, 2007, p.257).

As desigualdades são normalmente geratrizes de conflitos que levam a um mundo de desencontros e violência. A ausência do amor, a falta de respeito à individualidade de cada um nas diversas diferenças de pensamento têm contribuído a estarmos inseridos em um mundo sem encanto, sem harmonia, sem paz.

Na sabedoria dos princípios cristãos delineados no percurso estudantil da instituição, traça-se um Projeto Pedagógico cujo paradigma constitui o desenvolvimento humano em:

Educar para a cidadania requer que os educadores, em sua reflexão ética, incluam conteúdos que levem ao desenvolvimento da personalidade [...] à formação para a não violência [...] e que façam dialogar a prática educativa com os desejos humanos e as necessidades desse tempo”. (BRASIL, MEC, 2000, v. 8, p. 93)

O século XX caracterizou-se pelo avanço científico-tecnológico transformando usos, costumes, pensamentos; permeando a cada dia uma nova cosmovisão. Tal abrangência de avanço trouxe significativas contribuições a cada habitante do globo terrestre. Concomitantemente, porém, afloram-se as desvantagens ainda, na atualidade, causando muitos transtornos em nosso planeta. Mediante tais questões caóticas encontra-se o homem conforme Aranha (1996, p. 235), *“homem contemporâneo perplexo a respeito de seus valores e das categorias que utiliza para compreender o mundo e a si mesmo, alterando-lhe de forma contundente as maneiras de pensar, sentir e agir”*.

As mudanças estabelecidas em função de um mundo moderno provocaram situações de *“crise do século, a crise do vazio, a crise do desencanto”*. Aranha (1996) afirma *“que poucas vezes na história os homens se defrontaram com uma crise de paradigma”*.

Com a superação do modelo da ciência Aristotélica, a modernidade desponta com paradigmas cujos valores estabelecem a razão como a única capaz de trazer uma direção precisa para nortear o homem perante o mundo e a si mesmo. A razão que delinea o cérebro da ciência e da técnica traça seu progresso na busca de saber o que fazer e como fazer assim comenta Aranha (1996). E, nessa perspectiva, avança de início transformando o mundo, proporcionando-lhe grandes benefícios. O “*saber o que fazer*” aliado ao “*como fazer*”, faz com que a ciência caminhe velozmente de tal forma que o avanço do fazer tapa os olhos para perceber o valor da reflexão sobre o “*para que fazer*”, qual a finalidade do tanto fazer?

O avanço científico usufrui da natureza com tanta ênfase, que não se dá conta que seus objetivos nem sempre são tão nobres. Fazer com que intencionalidade? Está na pauta dos objetivos da ciência e da tecnologia voltar-se para o sentido da vida? Ou tem o progresso técnico-científico se detido em fins práticos e lucrativos à mercê do capital e da fama e do poder? O que terá acontecido que o predomínio da razão tornou-se uma irracionalidade nos parâmetros de vida no mundo moderno? O “*para que fazer*” tem sido ignorado na maioria das vezes, e os objetivos já não se alargam com pureza em benefício do bem estar da sociedade.

No dizer de Habermas em Aranha (1996, p. 236-237), a razão quando deixa de ser meio para ser princípio e fim, difunde-se no meio ambiente contaminando-o, em vez de marcar a humanidade pela sociabilidade, afeto, reciprocidade e solidariedade.

Conseqüentemente predomina a competição, o egoísmo e a exploração, atingindo assim as relações humanas. Estabelecida, portanto, a crise da modernidade, assim fala Habermas “*que o projeto da modernidade está incompleto, tendo de realizar as promessas não cumpridas*”.

Olhar o outro mediante as nossas competições, crescimento industrial, tecnológico, segundo as nossas ideologias nos torna insensíveis para perceber o outro tal qual ele é, sem respeitar a diferenças, tem provocado muitos equívocos e tragédias.

Diante de tais intempéries a educação no C.A.B não passa despercebida, comprometida com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) formando vidas para vencer todo tipo de violência, formando o indivíduo em sua personalidade segundo as necessidades de seu tempo, concorda com o psiquiatra Augusto Cury (2010), em ser imprescindível que busquemos alternativas para solidificar as relações, proporcionando solidariedade, respeito, amor e, conseqüentemente, paz e justiça.

Um processo educacional que componha essa demanda possibilita uma explicitação de uma nova percepção de realidade, como diz Freire (1996, p. 82) “*é uma dimensão de psicanálise histórico-político-social*”. Desenvolver um ensino que trabalhe com o

desenvolvimento do caráter requer um treinamento contínuo para que não se transforme esse ensino numa leitura de normas e lei; mas que no exercício da autonomia e reflexão perceba-se o valor da conquista num treinamento que o leve a ver o outro numa posição do outro como menciona Cury (2010, p.29): “*enxergar os outros com nossos olhos é uma tarefa superficial, não exige treinamento, mas enxergá-los com os olhos deles, exige refinado treinamento*”.

Ainda que compreender o outro seja um exercício de grande profundidade, entende-se que voltar-se para olhar o outro em respeito, em amor, não é uma opção, mas uma veemente necessidade, como afirma Tracy apud Teixeira (1997, p. 47):

“[...] compreender o outro é antes de tudo, uma “arte” que exige uma atitude de grande abertura e despojamento, e, sobretudo uma sensibilidade hermenêutica, na medida em que a relação com o outro envolve sempre a possibilidade efetiva de uma apropriação de outras possibilidades”.

Uma educação que esteja em confluência com os parâmetros dos PCNs faz parte do projeto pedagógico que delinea o C.A. B não só no que concerne o currículo do Ensino Religioso Protestante, como também das demais disciplinas; reportar-se para o sentido ético das relações humanas é “*dialogar a prática educativa com os desejos humanos e as necessidades deste tempo*” (BRASIL. MEC, 2000, v.8, p. 93).

As necessidades de um tempo em que os ideais que permeiam concentram sua verdade no fascínio pelo lucro, de maneira que a consciência ética perdeu a sensibilidade, acarretando no âmago do homem um caráter gélido, desumano, frio e insensível. É “*A confiança no Homo Sapiens-sujeito racional esvaziado de toda afetividade [...]*” (MORIN, 1998, p. 161)”.

Evidencia-se uma razão que perde todo consenso no afã da industrialização. É uma ideologia de emancipação e de progresso cujo caráter transforma todas as relações em mercadorias. É a razão que comete o devaneio de tornar obsoletos valores como a solidariedade, o amor, a justiça; como declara Morin (1998, p. 161), é “*a crise moderna da racionalização é a detecção da desrazão dentro da razão sábia*”.

Por conseguinte, a direção pedagógica do C.A.B, com mais evidência nos meios operacionais do Ensino Religioso Protestante, propicia uma educação religiosa na base dos princípios cristãos colaborando com o núcleo central da educação que compila no ser humano o desenvolvimento das quatro competências básicas²⁶ que objetivam nos seus parâmetros dimensionar o fluxo da prática educacional para esse fim.

²⁶1. Aprender a ser (Pessoal); 2. Aprender a conviver (Relacional); 3. Aprender a fazer (Produtiva); 4. Aprender a conhecer (Cognitiva).

E nessa necessidade da construção de novas realidades, além dos limites de sistemas de instituições dogmáticas de significado culturais e religiosos existentes. A carreira pedagógica que o Ensino Religioso no C.A.B se propõe é influenciar gerações ao diálogo com pessoas religiosas de características religiosas diferentes como afirma Harpprecht (2011, p. 35):

“É preciso que, nesse caso, compreensão intercultural inicie, obrigatoriamente, no desenvolvimento, pois é somente quando esse distúrbio for trabalhado por meio da diferença que pode acontecer comunicado com sentido”.

Dessa forma, o Ensino Religioso Protestante trabalha com os princípios do cristianismo como o amor que é sua marca, como um conhecimento religioso que *“ganha, na escola, um espaço de estudo científico, onde não se centra a discussão na fé, mas nas manifestações desta cultura e na vida do povo”* (SCUSSEL, 2007, p.257).

A partir desses princípios, a escola delinea, numa proposta pedagógica interdisciplinar, um conteúdo programático do Ensino Religioso, que permita trabalhar como observa Jacirema Maria dos Santos (2007, p. 208): *“a sua religião, em cima de valores que são considerados universais em todas as outras religiões (amor, perdão, cidadania, ética, solidariedade e outros). No Cristianismo, Jesus; no Hinduísmo, Gandhi, no Budismo, Buda são exemplos encarnados desses valores”*.

Diante dessa perspectiva, espera-se que o corpo docente esteja imbuído da competência necessária para intervir na sua gestão pedagógica de maneira que *“venha respeitar a dignidade do educando, sua autonomia, sua identidade em processo”*, conforme Freire (1996, p.64).

Faz-se pertinente aos professores que partilham a disciplina de Ensino Religioso ter consciência sobre os aspectos religiosos em relação a si mesmos e que rumo da fé se encaminham. A maturidade adquirida quanto a essas nuances contribuirá, certamente, *“em construir um espaço de partilha e estudo do fenômeno religioso”* (SCUSSEL, 2007, p. 260).

O fato da visão cristã quanto a ter Deus como divindade absoluta, divergindo do relativismo quanto aos valores estabelecidos pela fé cristã, não significa que não haja como proposta pedagógica a valorização dos diferentes grupos religiosos, diferentes etnias e culturas reconhecendo a diversidade como direito dos povos e convívio com as diferenças em contraposição à discriminação e ao preconceito.

A escola procura na instância do processo educacional, no que concerne ao respeito às demais religiões, a explanação dessa diversidade ressaltar o que porventura haja de unidade. É

um fato que a escola confessional no Cristianismo Protestante não abrace a noção de que todas as crenças religiosas sejam verdadeiras. Na compreensão de que se o Cristianismo é verdadeiro, então, “*não ser cristão é arriscar seu destino eterno; do mesmo modo, se o Islã é verdadeiro, então é perigoso não ser muçulmano se o assunto é o seu destino final*” como acentua Geisler e Turek.

Nas questões sobre o processo educacional religioso prioriza-se a comunhão com Deus e seus princípios de uma vida conduzida pelo Espírito Santo, conseqüentemente, uma vida transbordante de amor²⁷ e, quanto às demais religiões, acentuam-se também as articulações dos valores de amor, respeito, solidariedade, paciência e todas as formas que possam transmitir o incentivo a se viver em contínua harmonia. Essa é a pauta do Ensino Religioso no Colégio Americano Batista.

A educação não é só para a ciência, para o desenvolvimento intelectual, mas, sobretudo, para o amor, pois a cada dia que passa é uma necessidade da humanidade. É o mundo da lógica dando lugar ao amor, em todas as suas dimensões. Fugir da lógica é amar a quem não nos ama, é esquecer-se de si mesmo para pensar na dor do outro; totalmente ilógico, é insano, mas totalmente coerente com o amor. A fonte do amor transcenderá “*os limites das leis da matemática, no indecifrável e imprevisível mundo da mente humana*” (CURY, 2010, p.35).

O Colégio Americano Batista desde sua fundação desenvolve, entretanto, um projeto de educação no Brasil, cujos educadores, na qualidade de cristãos, acentuam uma educação com via de mão dupla, que trabalha o desenvolvimento acadêmico cultural e fortalece o caráter. A matriz curricular deveria assegurar essa formação ao estudante.²⁸

Alicerçado cognitivamente mediante o conhecimento adquirido, não sendo mais sujeito à passividade sem crítica, adquire a condição de discernir tanto as credices, superstições, com o que possa ser considerado o Divino ou não divino. Na compreensão do mandato cultural, o educador cristão compreende que Deus é a fonte de todo saber, sabedoria em plenitude e perfeição. As atividades científicas devem existir resultando da racionalidade compartilhada por Deus com o homem.

²⁷Deus é amor e importa que seus seguidores amem o próximo como a si mesmo [...], pois quem diz que ama a Deus e não ama ao seu irmão é mentiroso.

^{28c}Na nossa educação precisamos apontar claramente um ideal mais alto. Ao mesmo tempo não podemos deixar se queremos sobressair com o nosso trabalho de educação de providenciar para satisfazermos as exigências actuais [...] Precisamos esclarecer bem o facto de que o nosso fim na educação, é a vida mais abundante por meio da edificação do verdadeiro carácter. “[...] O sábio da Galiléia resumiu todo o processo naquella memorável palavra: ‘Eu vim para que tivésseis vida e vida mais abundante’. A vida mais abundante é o fim verdadeiro na educação. O modo de atingir esta vida mais abundante é pela edificação de carácter”. (Relatório sobre Educação, na 13 reunião anual da CBB, realizada de 21 a 25-6-22, p. 89). SIC

Deverá, também, esse docente abrir caminho numa nova dimensão vencendo as obscuridades dos dogmas e, até mesmo parâmetros teológico-doutrinários, centrando-se na essência do cristianismo que é adotar o pressuposto da unidade e da conexão entre Deus e o ser humano.

Ruedell comenta sobre a Lei n. 9.475/97, onde o relator Roque Zimmermann descreve as novas pontuações:

Pela primeira vez no Brasil se criam oportunidades de sistematizar o Ensino Religioso como disciplina escolar que não seja doutrinação religiosa e nem se confunda com o ensino de uma ou mais religiões. Tem como objeto a compreensão da busca do transcendente e do sentido da vida, que dão critérios e segurança ao exercício responsável de valores universais, base da cidadania. Este processo antecede qualquer opção por uma religião. (RUEDELL, 2007, p. 34).

Na visão da Lei citada, segundo Ruedell (2007, p.59), todo ser humano vive a busca pelo sentido da vida. O homem com sua natureza expressa questionamentos e indagações que permeiam seu interior. Seu ser clama por querer saber a origem de sua existência. Anseia por descobrir o mistério além da morte. O porquê de estar no planeta terra, como obter a plena felicidade? Qual o sentido do viver? Indagações como estas se centralizam numa dimensão religiosa. Conforme Tillich, comentado por Ruedell (p. 41): *“Ser religioso significa perguntar-se de modo apaixonado pelo sentido da vida e estar aberto à resposta, ainda que nos abale profundamente”*.

Para Tillich (2005, p. 568), a busca do sentido da vida consiste na experiência da presença Espiritual, é o transcendente divino envolvendo o espírito humano. Um espírito que representa fragilidade, limite, finitude, impactado pelo infinito, pelo ilimitado, pelo poderoso. Como menciona, *“uma dimensão de vida finita, levado a uma autotranscendência efetiva”*.

Nessa experiência do transcendente envolvendo o espírito humano, este, sem descaracterizar-se, “sai de si mesmo” para se deixar ser impactado pela Presença Espiritual do Divino. É nessa compreensão que o Colégio Americano Batista, na atualidade, procura demarcar um ensino religioso que se alicerce numa dimensão referente ao envolvimento do divino com o ser humano.

A implementação desse ensino religioso cumpre ser participante na construção da formação do corpo discente, numa ação educativa que, segundo Pedro Ruedell (2007, p .55), *“expurgue suas expressões de desvirtuamentos e, sobretudo, direcione a força construtiva da verdadeira religião para o pleno desenvolvimento de indivíduos e a edificação de sociedades solidárias”*. Segundo esse mesmo autor, o processo da nova dimensão religiosa é conduzir o

ser humano na primeira instância a autotranscendência, de maneira que nessa dimensão conseguirá ir além de si mesmo e vencerá a sua finitude projetando-se *“rumo ao ser último e infinito, para o Transcendente divino”* (ibid, p.55).

O Apóstolo João delinea sua narrativa na perspectiva de que o Transcendente divino tem como atributo “ser amor”. O espírito humano ao se relacionar com a presença desse ser divino cognominado de amor e se amalgamar com ele, a essência do amor de Deus interiorizar-se-á no âmago do indivíduo e, conseqüentemente, transbordante do amor divino exalará amor à humanidade, fortalecendo a solidariedade e promovendo a paz. Acontecerá um dar-se em totalidade de si mesmo em direção ao outro. Como menciona Tillich (2000, p.234): *“Amor é o movimento da totalidade do ser em direção ao outro ser para superar a separação existencial”*.

E, tratando-se da limitação do homem em amar, ele busca superar essa instância de finitude quando o *“coração humano procura o infinito porque o finito quer repousar no Infinito. No infinito ele vê a sua própria realização”* (TILLICH,1996, p.13). Segundo Ruedell (2007, p. 55), no Novo Testamento da Bíblia, o amor divino é cognominado de Ágape de forma que o finito (*homem*) ao achar o infinito (*amor ágape*) estará se realizando enquanto *“maximiza-se em uma relação de amor, não um amor limitado a um círculo restrito de pessoas, mas abrangendo a todos, o mundo inteiro, instaurando a justiça, fortalecendo a solidariedade e promovendo a paz, por meio de um processo de conhecimento e confiança recíprocos.”*

Ferreira (1993, p. 221-4), concorda com Ruedell quando aborda que *“o sentimento de solidariedade, integração, respeito mútuo, amor é indispensável à sociedade para que ela seja solidificada”*.

É, nesse amanhecer, que o protestantismo, nas salas de aula do C.A. B se manifesta como revelação dos mistérios da existência. O projeto pedagógico, em vigor, é comprometido em penetrar no profundo do indivíduo e promover o suporte que o subsidie de maneira que através da educação recebida possa alcançar um desenvolvimento pleno. Como declara Braslavsky, em Ruedell (2007, p. 13), *“o ensino religioso é um meio de ajudar os alunos a se encaminharem para uma vida com sentido”*. Para Braslavsky o mundo se encontra numa avalanche de conflitos que repercute acirradamente em todo universo. Diante de tais intempéries, percebe-se que mudanças positivas só poderão acontecer com a mobilização que conduza uma formação de caráter, onde valores como o respeito, a paz, a solidariedade, o amor sejam interiorizados no ser humano.

Os educadores do C.A.B, conscientes do papel que a educação representa e da necessidade veemente em que se encontra a humanidade, se valem de tal coluna da sociedade para gerar essas estruturas e valores que estabeleçam relações onde o amor e a fraternidade sejam plenos na sociedade.

Ferreira (1993, p. 221-224), aponta para a relevância desse ensino religioso que abre perspectivas para a solidez de relacionamentos que permitam à sociedade viver princípios que expressem a sinceridade e abominem a mentira, valorizem a justiça, a fraternidade, assim como a solidariedade e o amor.

Ainda Ferreira (idem), afirma que é salutar a reflexão quanto a questão de que adquirir conhecimento é estar se nutrindo de uma arma muito poderosa. E o que se vai fazer com essa arma é a questão. O mau uso dela poderá acarretar consequências desastrosas. Gênios sem caráter, cientistas sem ética, cidadãos que objetivem o poder, sem serem constituídos do amor, conquistarão um poder elevado; tornando, porém, a cada despontar do sol num mundo de trevas em lugar do luminoso.

Na pós-modernidade a vida do ser é encarada sob o olhar dos interesses individuais e postos acima de qualquer coisa. Reflexo da redução do homem à imagem de uma máquina, desprovido de emoções, como descreve Descartes (1979, p. 151): “*imaginarmos homens em tudo a nós semelhantes, mas consideraremos, inicialmente, neles esperar uma máquina, sem alma, sendo esta, como se sabe, realmente distinta do corpo*”. É tempo de mudar essa realidade e a educação é um fundamento que pode alicerçar a humanidade.

E é nessa perspectiva que o Projeto Educativo Religioso elucidado por protestantes cristãos, pretende favorecer a influência da vivência com valores morais que são decisivos para uma vida com justiça, amor e paz é a tônica principal. A implementação desse ensino religioso na dimensão antropológica foge do monopólio das inúmeras religiões ou mesmo igrejas. Sua visão é iniciar os alunos numa experiência espiritual, conferindo um sentido transcendente à história do ser humano e do universo. É do Divino que emanará a fonte de valores que podem enriquecer o viver do ser humano. Como afirma Leonardo Boff: “*não é pensar e saber sobre Deus, mas senti-lo no coração*”²⁹ (BOFF, 2002), entendemos, usando uma linguagem antropomórfica, que Deus deseja que esteja no ser humano, e este, por sua vez, desfrutar de sua presença inigualável. É o transcendente conferindo ao ser humano a sua natureza.

²⁹ BOFF, Leonardo. (2002). A teologia da libertação como uma prática pedagógica. FOLHA DIRIGIDA; Entrevista com Leonardo Boff, no dia do professor. Disponível no site: <http://www.folhadirigida.com.br/professor/Cad03/EntLeonardoBoff.html> 2002, alínea 14. 20.10.2011, às 22 hs.22 min.

A narrativa do Evangelho de João 15.5 aponta para essa relação de intimidade ao colocar Jesus como a videira verdadeira e seus discípulos os ramos e que somente ligado à videira é que os ramos poderiam dar os frutos. A seiva que corre na videira passa para os ramos. Cristo habitando no ser humano, inserindo e fortalecendo valores morais, espirituais e relacionais, como afirma o apóstolo Paulo em Gl. 2.20: “... *Já não vivo eu, mas Cristo vive em mim...*”.

Há um texto antigo nos Vedas da Índia que descreve uma árvore da cabeça para baixo, não porque esteja desenraizada, mas porque suas raízes estão no céu e seus galhos se espalham por sobre a terra, provendo frutos para a humanidade. E, ainda por cima, o tronco da árvore de cabeça para baixo tem uma abertura e se pode ver que a seiva que flui através dele é como sangue e serve para curar a humanidade. Don Richardson menciona esse fato como uma analogia redentiva em que Jesus é a árvore que de sua seiva se derrama a cura da alma, do corpo, que tanto o ser humano necessita e é esse ensino religioso que se compreende um bem estar para a humanidade, Jesus e o seu amor, seu ensino de amor, sua presença inundando o ser eleva-o a viver o amor, a longanimidade, a mansidão, a paz, a vida como fruto do Espírito agindo no ser.

Ter respeito mútuo, viver o amor, “viver essa realidade não se concebe por parte da maioria”. Lewis (2009) comenta que um bom número de pessoas pode até discursar sobre a palavra moral, mas na verdade, a ideia que se faz da palavra ‘*Moral*’ é algo inconveniente, que chega para interromper momentos agradáveis. Normalmente se tem dificuldade em assimilar a importância de validar regras morais como prevenção de situações desagradáveis. Nesses momentos, não é fácil colaborar.

O mundo discute sobre moralidade, clama pela paz, solidariedade, respeito. Não é uma etnia, uma nação; mas o grito tem sido, praticamente, de todas as nações de que devemos ser honestos, que é uma necessidade vencer a cobiça, o desejo de poder, mas na prática a realidade não tem sido condizente com o que se almeja. Em meio, porém, a uma situação deprimente, o grito permanece; e será que aos poucos vai sendo ouvido?

A respeito desses fatores, Lewis comenta que a lei pode ser boa e perfeita, mas não dispõe de poder para transformar homens egocêntricos que só pensam em si mesmos, tomando continuamente medidas arbitrárias em relação a homens solidários com o bem estar da humanidade. Segundo seu pensamento:

“De que vale pôr no papel regras de conduta social, se sabemos que, na verdade, nossa cobiça, covardia, destempero e vaidade vão nos impedir de cumpri-la? [...] Não quero de maneira alguma dizer que não devemos pensar, e nos esforçar, para melhorar nosso sistema social e econômico. Quero

apenas salientar que todo esse planejamento não passará de conversa fiada se não dermos conta de que só a coragem e o altruísmo dos indivíduos poderão fazer com que o sistema funcione de maneira apropriada”. (LEWIS, 2009, p. 96-97)

A situação de moral, coragem, altruísmo somente acontecerá quando o interior do ser humano estiver envolvido de todos esses valores. Lewis chamaria dessa realidade “*de organização ou harmonização das coisas dentro de cada indivíduo*”, (2009, p. 95). Quem organizará o interior de cada indivíduo? Segundo os parâmetros do ensino religioso no Colégio Americano Batista “*não é por força nem por violência*”, Zac.4.6, que o ser humano assimilará em seu íntimo valores que o conduzam a uma grande dimensão de altruísmo; pois há situações que mesmo que o homem queira não conseguirá, como expressa o Apóstolo Paulo ao desabafar em Rm 7.24, “*...miserável homem que sou, quando penso em fazer o bem, já faço o mal que não quero*”.

A situação da natureza humana é tão complexa que, mesmo desejando viver de maneira que se faça o bem para o outro e também para si, nem sempre se consegue tal altruísmo. A esperança consiste na experiência do divino perfazendo nosso ser essencial. O Apóstolo nos aponta que onde houver o pecado superabunda a graça. É o transcendente divino, a graça de Cristo que agirá no espírito humano finito. A vida de Cristo plena, envolvendo todo espírito humano é que cumprirá os valores tão almejados pela sociedade.

Ruedell (2007, p. 57) exemplifica essa relação do divino no espírito humano com a experiência do amor ágape (amor de Deus) envolvendo todo pensar, todo falar, todo sentir, todo agir. Esse amor dentro de nosso ser fluirá e exalará como cheiro suave à humanidade. Ruedell comenta que Tillich é categórico e claro na afirmação de que, como seres humanos, somos estruturalmente tocados pelo Incondicionado, ou como se expressam os pensadores contemporâneos, abertos ao Transcendente.

Há indivíduos que têm dificuldades no relacionamento interpessoal, incluindo nestes itens, o perdão, o amor, o cuidar do outro sem esperar nada em troca, e que são capazes de morrer por uma causa, do que por outro ser humano. Desta maneira, os valores morais existem no indivíduo, mas a experiência com o Transcendente leva-o ao êxtase, tornando-os capazes de desenvolver e superar essas dificuldades. Há outros, no entanto, que não têm uma experiência com o Transcendente, mas os valores morais estão intrínsecos em sua personalidade.

Quando o Transcendente envolve todo ser humano, inclusive o cognitivo, é o Espírito Divino realizando algo que o espírito humano “*não poderia fazer por si mesmo*”.

Entretanto, essa dimensão de ocorrência não afeta de forma nenhuma a razão humana nem tão pouco como diz Tillich “*o êxtase não destrói a centralidade do eu integrado*”.

De acordo com o pensar desse teólogo e filósofo, estas são experiências com que o ser humano não é possuído, de forma que a sua estrutura racional seja comprometida, a centralidade do *eu* não é destruída e o ser humano não perde toda consciência do ser para ser dominado por outros transcendentais espirituais, mas articula-se nessa instância como mencionava os apóstolos “*que nEle nos movemos e existimos*”, Atos 17.28.

Contudo, ao expressar essa relação do Espírito com o ser finito, o homem, é posta como uma experiência de vivência dentro dos parâmetros do Cristianismo, enfocando o aspecto em que a razão não é comprometida, sendo o ser humano fortalecido em seu interior para vivenciar práticas de amor, solidariedade.

Nessa conjectura, o professor assume um papel de grande responsabilidade. Diante de um professo de fé que a escola confessional mantém e o deslumbrar de novos parâmetros que circulam a nova história do ensino religioso em nossa cultura que abrange a dimensão pluridimensional. Constitui-se num grande desafio para o corpo docente assim como para a equipe pedagógica perante também a equipe técnica. Como aborda Junqueira citado por Scussel (2007, p. 253), “*A discussão na organização escolar não era apenas quanto ao modelo do Ensino Religioso, mas também da concepção de educação como um todo, revelando uma oscilação entre a influência humanista clássica e a realista, ou científica*”. Mais que uma questão religiosa há uma mudança de paradigma em discussão.

E como desenvolver uma pedagogia que conviva com esse novo paradigma sem, contudo, ignorar a fé no absoluto? Como enfrentar o desafio do pluralismo religioso e cultural numa escola confessional?

“o professor de Ensino Religioso não é aquele que dá respostas doutrinárias às perguntas aos alunos, mas aquele que os questiona e os ajuda na construção de suas verdades de fé, nas suas crenças e nas convicções religiosas e os auxilia a construir um sentido para sua vida”. (SCUSSEL,2007, p. 259).

Seehaber e Longhi (2007), citando Catão, afirmam que a educação ao objetivar a transcendência objetiva educar com a visão de estabelecer sentido à vida. Não se cogita diante dessa perspectiva dimensionar um aprendizado através de transmissão de conhecimentos, nem tão pouco a partir de uma religião em particular. A escola deve propor direcionar o ensino a partir da própria vida e dos valores abrangentes da cultura. Assim, propõe a direção pedagógica do C.A.B.

A instituição compactua com o pensamento de Cortella citado por Scussel (2007), quando se reporta para a relevância da *“solidez pedagógica”*. Se a seleção dos conteúdos são de grande valor para se ter um ensino de critério, a metodologia empregada pelo professor é de suma importância. Os professores que se voltam para essa visão compreendem essa relevância e se reportam a métodos que lhes permitam construir o conhecimento com inúmeras atividades *“desenvolvidas de forma dinâmica, criativa, envolvente, cativante e participativa”*.

5. Análise sobre a validade do ensino religioso na visão da direção, coordenação, alunos e seus pais

O Diretor Geral Ildibas afirma que *“a postura pedagógica do CAB não é de proselitismo, porém a de liberdade de pensamento, sem, contudo omitir-se da defesa de princípios cristãos”*. Na mesma visão acompanha a diretora Pedagógica.

Alicerçando esta epistemologia pedagógica, o psicólogo e coordenador do Ensino Médio afirma que *“o colégio não deve levantar a bandeira da religião como a certa e a melhor. E acredita ainda ser muito importante permitir o diálogo com os vários credos religiosos. Contudo, por se tratar de um colégio confessional, deixamos clara a orientação cristã.”*

Professores deixam claro que *“a orientação deve ser conduzida de forma que sejam assimilados os princípios básicos do cristianismo, sem necessariamente doutrinar para essa ou aquela religião”*.

Na abordagem quanto à orientação metodológica empregada no projeto do Ensino Religioso no CAB, com base na Constituição Federal de 1988 e LDBEN- 1996, o Diretor deixa bem claro que a instituição apesar de ser uma escola confessional, não se opõe permear o Ensino Religioso na base da Constituição. Como Junqueira (2007, p. 14) declara *“que o desenvolvimento do Ensino Religioso brasileiro a grande fonte é a legislação”*. Nessa concepção, a direção do Colégio Americano estabelece como objetivo caminhar através de objetivos propostos nos parâmetros curriculares da LDBEN: *“... facilitando a compreensão das formas que exprimem o Transcendente na superação da finitude humana e que determinam subjacente, o processo histórico da humanidade”*.

Cumprir o papel de possibilitar aos alunos a compreensão dos princípios cristãos e sua aplicabilidade no cotidiano, compreende-se a essência do Ensino Religioso que está acima da religião institucionalizada, conforme afirma Paul Tillich (2005, p.588), que em vez de

“*transcender o finito na direção do infinito, a religião institucionalizada se torna uma realidade finita em si mesma*”, os princípios cristãos são um indicativo da possibilidade de desfrutar uma vida em harmonia, em paz, em justiça, em solidariedade, em amor. Paul Tillich (2005, p.588) comenta a respeito de um dos princípios como o amor, afirmando que “*o amor e o estado de ser integrado pela Presença Espiritual na unidade transcendente da vida sem ambiguidade*”.

Ainda Tillich (2005, p.568) descreve o homem como um ser finito, com limitações que são superadas com a Presença Espiritual. Essa Presença não anula a consciência do homem, não “destrói a centralidade do eu integrado”. Tal experiência está longe de ter semelhança com a chamada possessão demoníaca que deixa o possuído fora da razão, sem poder de autonomia, nem de decisão. Quando, porém, a Presença do Espírito envolve todo o ser humano “Embora o caráter extático da experiência da Presença Espiritual não destrua a estrutura racional do espírito humano, ela realiza algo no espírito humano que este não poderia fazer por si mesmo”.

Tillich (2005, p.603, 591) explana que a Presença do Espírito veio agir na vida de um dos discípulos de Jesus, concedendo-lhe a condição de “*reconhecer o Espírito em Jesus, Espírito que faz dele o Cristo*”. Pedro, discípulo de Cristo, ao declarar que Jesus é o Cristo, o fez por ser imbuído pela Presença do Espírito que lhe revelou. Assim, nessa perspectiva, os valores morais, princípios éticos serão vivenciados numa plena integridade se o espírito humano for transbordante da Presença Espiritual. Quanto ao amor, o homem superará a sua finitude, sua limitação em amar incondicionalmente, seja amar a quem considere digno desse amor, seja ao outro que venha receber esse amor imerecidamente. Para aplicabilidade na vida cotidiana, portanto, faz-se necessário do “*amor como ágape que é uma criação da Presença Espiritual e supera as ambiguidades de todos os outros tipos de amor*”. Os princípios cristãos são o fundamento do Ensino Religioso, não ignorando possibilitar o contato com as diferentes religiões, mantendo respeito ao pluralismo vigente como aborda Ferreira (1999 p.15-16) “*O Ensino Religioso assume um duplo papel na escola: por um lado o de portador de valores humanos num mundo em crise e, por outro, o despertar o aspecto da transcendência num espaço de pluralidade religiosa*”.

Na abordagem da direção, professores e equipe técnica, a escola mantém o diálogo com os vários credos, sem deixar de fundamentar a educação religiosa nos parâmetros cristãos. Não se concerne, porém, um Ensino Religioso disciplinador de catequese. Delineia a proposta pedagógica do Ensino Religioso no C.A.B conforme o Fórum se propõe a ser um:

...Espaço pedagógico, centrado no atendimento ao direito do educando de ter garantida a educação de sua busca do transcendente; e um espaço aberto para refletir e propor encaminhamentos pertinentes ao Ensino Religioso, sem discriminação de qualquer natureza.

Lucas Guimarães, aluno do CAB, confirma essa vivência, apontando que “os princípios adotados pelo C.A.B fazem com que eu tenha a possibilidade de me tornar uma pessoa mais completa, ou seja, tanto no conhecimento científico quanto nas áreas citadas acima”. Com base na verbalização do aluno, percebe-se que o resultado da formação religiosa repercutiu no desenvolvimento de um caráter eminentemente social, emocional e espiritual. Foram-lhe inferidos, na prática pedagógica, princípios éticos, orais e espirituais que permitem ao aluno sentir-se completo como menciona.

Kerolayne enfatiza a visão dos alunos acima quando responde “*Ele nos ajuda a viver no mundo de hoje, com todas as suas dificuldades, misérias e violência. O CAB, por sua ética Cristã, nos mostra como aproveitar o melhor da vida, como viver bem uns com os outros, cada um com suas diferenças*”. Filipe de Barros é contundente ao afirmar que “*a educação proporcionada pelo C.A.B nos impulsiona, a no futuro nos tornarmos cidadãos éticos e com caráter definido*”.

Gabriel Chalita (2008, p.142) comenta “*de vítimas a vilões acuados e isolados, os alunos vítimas de bullying passam a ter pensamentos destrutivos alimentados pela raiva reprimida nasce o desejo de matar, de destruir a escola. O registro da dor de tornar-se importante e lembrado de alguma forma. Em dramas como esse, apagam-se as linhas divisórias que classificam autores vítimas e expectadores. Todos passam a integrar um único grupo: vítimas de violência.*”

O bullying é uma realidade atroz que precisamos confrontar, e, nessa perspectiva de confronto a busca de solução, contamos com a educação, inserindo o Ensino Religioso dentro desse parâmetro, numa perspectiva de profundo respeito.

Conclusão

A sacralização e a dessacralização parecem caminhar numa contínua luta para conquistarem seu espaço na sociedade. As nossas origens estão embargadas de uma interpretação sacral em tudo que faça parte de nossa vida. Suas raízes estão bem arraigadas como menciona Strieder (2003, p.25): “*Esta transcendência influenciava ativamente, de todos os lados, a esfera empírica da existência humana*”.

Era o sagrado para muitos um personagem protagonista bem conceituado na narrativa do cidadão brasileiro. Passa, porém, a ser visto como um terrível personagem antagonista; na sociedade moderna, clama-se pela sua ruptura para dar lugar à dessacralização. Na sociedade industrial, o encanto está no desenvolvimento científico, na ênfase da razão. A epistemologia teocêntrica onde Deus é o Senhor absoluto não mais se concebe à luz do racionalismo.

O fato de a razão questionar a sacralidade no sol, na lua, nos montes, árvores, concebendo-os como espíritos, tal delírio da religiosidade traz credibilidade à ciência ocupar um espaço de grande relevância, enquanto a religião na visão de Freud é percebida como *“uma neurose obsessiva, pois é fruto da imaginação e quem fica imaginando coisas é neurótico”* (STRIEDER 2003, p. 25). Mudanças significativas, porém, ocorreram após a 2ª Guerra Mundial e com elas o surgimento de novos paradigmas. Tais mudanças repercutiram no Campo religioso e é no profundo das religiões, a partir de uma nova visão que se pode assinalar a afinidade de compreensão da religião e do Ensino Religioso com o pensamento de P. Tillich comentado por Ruedell *“religião e laicidade coabitam na profundidade do ser humano”*.

A idade moderna ascendeu com o desenvolvimento técnico-científico. Esse fora um momento muito significativo; momento de ascensão, de instauração que traria à humanidade uma consciência do que é real em detrimento de fantasias, ilusionismo místico tão evidenciado na Idade Média, por ela ser considerada um *“período de fixismo intelectual”*, pois o conhecimento está ao alcance de uma minoria privilegiada, submissa ao controle rigoroso de uma classe que tem domínio religioso, econômico e político.

Assim, o surgir do cientificismo fora um período de júbilo, em que a razão se interpôs, vencendo o dogmatismo exacerbado, desfazendo o engano místico que acorrentava a humanidade, levando-a cometer arbitrariedades em nome do sagrado, como aborda Cherétien (1994), *“a ciência substituiu a religião e eliminou o obscurantismo sobre os fenômenos mitológicos da história, colocando-se no lugar da religião e da história, ou seja, pregando a sua mística e a sua mitologia”*.

Verificou-se, no entanto, no processo histórico que a ciência não substituiu a religião; ela está presente na humanidade pós-moderna e de forma pluralista.

Dessa feita, o Iluminismo continua perpetuando-se na economia, na filosofia, em liberdade política, enraizando-se na cultura, trazendo-lhe considerável contribuição. O fato, porém, da razão ter autonomia de dissipar a escuridão enclausurada no despotismo religioso não significa que no início do desenvolvimento científico Deus tenha sido rejeitado. A razão

era uma protagonista que declarava indisposição com as arbitrariedades da religião, com os abusos de poder que existiam por parte de muitos líderes religiosos.

Entretanto, as descobertas científicas e tecnológicas não dissociavam o transcendente divino. Caminhavam juntos Deus e a ciência conforme aborda Morin (1999 b, p.21), “[...] durante muito tempo o fundamento em filosofia era Deus e, mesmo nas ciências, pois Newton ainda se referia a Deus. Foi Laplace que excluiu Deus do cosmos e do domínio científico”. Gilberto Schoereder (2011) declara que ao se falar da relação entre Albert Einstein e a religião é inevitável lembrar-se de uma de suas frases mais famosas “A ciência sem a religião é manca; a religião sem a ciência é cega”.

Sabedora de que a ruptura do Sagrado vence o misticismo e o desequilíbrio religioso, mas com o avanço da intelectualidade, constrói sua própria gaiola de ferro. A busca do progresso torna o homem insensível. Caminha este tendo a sua frente a calculabilidade própria do capitalismo.

Uma geração que inserida nesse contexto de insensibilidade e desencanto não precisa do abuso de autoritarismo religioso, doutrinas humanas farisaicas e hipócritas; necessita, sim, tocar o amor que discorre em simplicidade, em veracidade. Amor demonstrado na cruz do calvário como ápice da profundidade do amor Divino, como também do amor que ao ser tocado, derrama-se em completude conforme as inúmeras necessidades.

O Currículo Pedagógico da Instituição abrange a visão de Edgar Morin na compreensão do Homo Demens, como também, no olhar psicanalítico de Augusto Cury, buscando e treinando o Homo-Bios para que este não interrompa o desempenho do Homo Sapiens. O mundo acadêmico, porém, não propicia uma educação que prime por essa perspectiva. Entretanto, a proposta do Ensino Religioso Protestante no C.A.B tem dado uma especial atenção.

Concluimos que dentro de um parâmetro religioso, a Instituição tem princípios que prima por divulgá-los, exaltando-os como o tudo do ser humano e mediante o seguimento de tais princípios, mantém firmemente a liberdade de seguir o credo que aprouver ao indivíduo, desde que este não implique em perseguição ao outro.

A tônica, porém, da proposta pedagógica do C.A.B. através de seus líderes não é ter o monopólio da sua religião no Estado, nem tão pouco na Educação, visto serem que a responsabilidade esteja com a família. Voltando às origens da fundação dessa Instituição, encontramos as respostas para esse paradoxo da Escola Confessional, quando apoiam a laicidade.

A função da instituição de ensino com a Educação Básica é informar e formar profissionais, cidadãos que pautem suas vidas com ética, civilidade e acima de qualquer coisa, que busquem uma vida de conquistas no âmbito profissional, emocional e espiritual. A cada ação pedagógica galgam a conquista de estabelecer o exercício da liberdade perante o confronto de outras práticas religiosas. Assumindo Cristo, como filho de Deus e esperança da humanidade primam em levar em conta os princípios éticos sem perder o foco da mútua tolerância e solidariedade à religiosidade do outro. Uma mente aberta e com criticidade tem sido o fruto desse assertivo discurso pluralista.

Referências

- AHLERT, Alveri. (1999). *A estiticidade da educação: o discurso de uma práxis solidária/universal*. Ijuí: UNIJUÍ.
- ALMEIDA, Ana Rita Silva. (1999). *A emoção na sala de aula*. Campinas, S.P: Papyrus, p. 107
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. (1996). *História da Educação*. 2ª Ed. São Paulo: Moderna.
- ASMAN, Hugo. MO SUNG, J. (2000). *Competência e sensibilidade solidária-educar para a esperança*. Petrópolis: Vozes
- BARBOSA, José Carlos. (2002). *Negro não entra na Igreja; espia pela banda de fora: Protestantismo e escravidão no Brasil Império*. Piracicaba: UNIMEP.
- BOFF, Leonardo. (2009). *Tempo de transcendência -o ser humano como um projeto infinito*. Petrópolis-RJ: Vozes, 83 p.
- BONAVIDES, P.; AMARAL, R. (1996). *Textos políticos da história do Brasil*. v. 8. Brasília: Senado Federal, 200 p.
- BONINO, José Miguez. (2002). *Rosto do protestantismo latino-americano*. São Leopoldo: Sinodal.
- BRASIL, MEC-Secretaria de Educação Fundamental. (2000). *Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais e ética-1ª a 4ª série*. 2ª ed. Vol. 8. Rio de Janeiro: DP&A.
- BRUNEAL, T. (1974). *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo-SP: Loyola.
- CANNADA, William. (1903). S.d: 6, William H. Extracts from letters four missionaries *The Foreign Mission Journal*. Richmond. Va. V 53, n. 11, p 339,mar.
- CARON, Lurdes. (Org).(1999). *O ensino religioso na nova LDB*. 2º ed. Petrópolis-RJ: Vozes,
- CHALITA, Gabriel. (2008). *Pedagogia da amizade-bullying. O sofrimento das vítimas e dos agressores*. São Paulo: Gente. 161 p.
- CHRÉTTIEN, Claude. (1994) *A ciência em ação*. Campinas: Papyrus.
- COMPARATO, Fábio. (1999). *Afirmção histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva
- CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA. (1961). *Atas, relatórios e pareceres da CBB*. 43ª Assembleia Atual São Paulo. JUERP, P. 113
- _____. (1992). *Relatórios sobre Educação na 13ª Reunião Anual da CBB*, realizada de 21-26 de 28.06.1992 p.112-113
- COSTA, Antonio Carlos Gomes da; CASCINO Pasquale; SAVIANE, Dermeval. (2000). *Educador: novo milênio, novo perfil?* São Paulo. Paulos.
- CRABTREE, A. R. (1937). *História dos batistas do Brasil até o ano de 1906*. Vol.1. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista,
- DESCARTES, René. (1979). *Descartes-Os pensadores*. Vol.11. Trad. GINSBURG e PRADO JR, Bento. São Paulo; Abril, 335 p.
- DIAS, Rosa Maria. (2003). *Pensamento e ação no magistério*. São Paulo: Scipioni
- ELIAS, Beatriz Vicentini. *Inovação americana na educação do Brasil. Nossa História*, São Paulo, n. 23, p. 81-83, set. 2005.
- FAUSTO, Boris. (2002). *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado.

- FERRARI, Márcio. Martinho Lutero. (2005). *O criador do conceito de educação útil*. Nova Escola. São Paulo, n. 187, p. 30-32, nov. 2005.
- FERREIRA, Nilda T. *Cidadania: uma questão para a educação*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1993, p. 221-4
- FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. (1995). *Ensino Religioso: perspectivas pedagógicas*, 2ª edição, Petrópolis, RJ: vazes.
- FREIRE, Paulo. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra. Coleção Leitura, 148 p.
- GADAMER, Hans – George. (2000) Da palavra ao conceito. A tarefa da hermenêutica enquanto filosofia. In: ALMEIDA, Custódio Luís Silva de et al. *Hermenêutica Filosófica : nas trilhas de Hans George Gadamer*: Porto Alegre: Edipucrs.
- GAIO, Roberta, MENEGHETTI, Rosa G. Krob. (2004). *Caminhos Pedagógicos da Educação Especial*, 2ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes.
- GRAÇA, Márcio. (2002). *Metodologia e Ensino Religiar e Projetar* Madras Editora Ltda.nSão Paulo – S.P.
- GADAMER, Hans- George. Da palavra ao conceito. A tarefa da Hermenêutica enquanto filosofia. In: ALMEIDA, Custódio Luís Silva de. Et al. *Hermenêutica Filosófica: nas trilhas de Hans- George Gadamer*: Porto Alegre: Edipucrs, 2000, p.23
- GARRISSOM, Janine. (1997). *L'Homem Protestant*.Bruxelles. Editions Complexe, 1986. LEITH, Jonh H. *a tradição reformada: uma maneira de ser da comunidade cristã*. São Paulo: Pendão Real.
- HARRISON, Helen Bagby. (1987). *Os Bagby do Brasil*. Série Os Batistas. Rio de Janeiro: JUERP.
- HORTA, Anderson Braga. *50 poemas escolhidos pelo autor*. Rio de Janeiro: Galo Branco, 2003. 120 p.
- IMBERNÓN, F. (2004.). *Formação docente e profissional: formar-se para mudanças e incertezas*. São Paulo: Cortez,
- KUYPER, Abraham. (2003).*Calvinismo*. São Paulo: Cultura Cristã..
- LÉONARD. Émile G. (1963/1981). *O Protestantismo brasileiro: estudo de eclesiologia e de história social*. Trad. SHUTZER, Linneu de Camargo. 2 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: JUERP/ASTE. 354p.
- LEWIS, C.S. (2009). *Cristianismo puro e simples*. 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 300p.
- LIMA, Lídice Gramacho Feitosa. (1999). *Repensando a educação teológica para o contexto brasileiro: propondo um paradigma transformador*. Tese de doutorado em Missiologia. Dayton-Ohio-USA,
- MACHADO, José Nemésio. (1999). *Educação batista no Brasil; uma análise complexa*. Perdizes-SP: Colégio Batista Brasileiro/Lis Gráfica, 150p.
- GILZ, Claudino JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. (2007). *A coleção redescobrimo o universo religioso*. In: Revista Lusófona de Ciências das Religiões- A religião na sala de aula: um debate sobre o ensino religioso. Ano VI-2007, nº 12-p-177-184.
- MENDONÇA, Antônio Gouvêa; VELASQUES FILHO, Prócoro. (1980). *Introdução ao protestantismo no Brasil*. São Paulo: Loyola.
- MENEZES, Luís Carlos de. (*O massacre em Realengo como marco da violência*. Revista Nova Escola. São Paulo: Abril, Maio, 106 p.
- MESQUITA, Zuleica (org.). (2001). *Evangelizar e Civilizar: cartas de Martha Watts, 1881-1908*. Piracicaba: UNIMEP.
- MOÇO, Anderson. VICHESI. RATIER, Rodrigo. *Realengo, Rio de Janeiro*. Revista Nova Escola. São Paulo: Abril, Maio, 2011, 106 p.
- MORAIS, Régis. (1997). *Filosofia da Ciência e da Tecnologia*. Campinas-SP: Papirus.
- MORENO, Ciriaco Izquierdo. *Educar em Valores*. São Paulo: Paulinas, 2001.
- MORIN, Edgar. (1994). Trad. RODRIGUES, Adelino dos Santos. *As grandes questões do nosso tempo*. 4ª ed. Lisboa; Editorial Noticias,
- _____. (1998). *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p.
- _____. (1998). *Amor, poesia, sabedoria*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 72 p.
- _____. (2004). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*,
- _____. (1999 b.).Por uma reforma do pensamento. In: PENA-VEJA, Alfredo; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (Org.).*O pensar complexo*; Edgar Morin e a crise da modernidade. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond.

- O JORNAL BATISTA. Órgão oficial da Convenção Batista Brasileira-1910-1996.(1927) Maio, p.15.
- OLIVEIRA, Zaqueu Moreira de. (2002). *Ousadia e desafios da educação teológica-100 anos do STBNN- 1902-2002*. Recife-PE: STBNB, 256p.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Gilberto Freire- *um vitoriano nos Trópicos*.(2005) São Paulo; UNESP, 482 p.
- PEREIRA, José dos Reis. (1985). *Breve História dos Batistas*. Rio de Janeiro: JUERP, 118 p.
- PEREIRA, José Reis. (1979). *Breve história dos Batistas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: JUERP, 110 p.
- PERRUCCI, Glaucilia. Abreu, Neide Sena. Guimarães, José Almeida e et al. (2006). *Colégio Americano Batista-uma história de amor*. Recife: Convenção Batista de Pernambuco, 418 p.
- PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. (1997). *História da Educação*. 7ª edição, editora Ática, São Paulo, 240 p.
- RUEDELL, Pedro. (2007). *Educação religiosa:Fundamentação antropológico-cultural da religião segundo Paul Tillich*. São Paulo Paulinas, 191 p.
- SANTOS, Boaventura de S. *a crítica da razão indolente contra o desperdício da experiência*. Vol. 1. São Paulo: Cortez, 2000.
- SANTOS, Jacirema Maria Thimoteo. *O ensino religioso numa perspectiva solidária*. In: Revista Lusófona de Ciências das Religiões- A religião na sala de aula: um debate sobre o ensino religioso. Ano VI-2007, nº 12-p 203-209.
- SEEHABER, Liliana Claudia, LONGHI, Miguel. (2007) *Ethos e Cultura no Ensino Religioso*.In: Revista Lusófona de Ciências das Religiões- A religião na sala de aula: um debate sobre o ensino religioso. Ano VI, nº 12- 241-250.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. (1994). *Filosofia da educação-construindo a cidadania*. São Paulo: FTD, 152p.
- SCUSSEL, Marcos André.(2007). *O ser e o fazer no ensino religioso*. In: Revista Lusófona de Ciências das Religiões- A religião na sala de aula: um debate sobre o ensino religioso. Ano VI-2007, nº 12-p.152-262, 406 p.
- SIEGEL, Norberto. (2005). *Fundamentos da educação? Temas transversais e ética*. Indaial-PR: Uniasselve, 119 p.
- SILVA, Rafael Rodrigues da. (2007).*O uso dos textos sagrados em ensino religioso*. In: Revista Lusófona de Ciências das Religiões- A religião na sala de aula: um debate sobre o ensino religioso. Ano VI-2007, nº 12-p 125-131 p.
- STRIEDER, Inácio Reinaldo. (198?). *A redescoberta do sagrado na sociedade tecnológica*. Revista Síntese Econômica Social (SPES). N. 14. 41 p.
- _____. *Religião e filosofia: ópio, ideologia ou libertação?* Conferência realizada na UNB-Brasília-DF, (198?), 09-83 p.
- TILLICH, Paul. (2002). *Dinâmica da fé*. Tradução Walter Schlupp. São Leopoldo Sinodal
- TILLICH, Paul. (2005). *Teologia Sistemática*. São Leopoldo: Sinodal, 868 p.
- VASCONCELOS, M. S. (2004) *Afetividade na escola: Alternativas Teóricas e Práticas*. In Educação e Sociedade. Revista de Ciências e Educação. São Paulo
- VEDDER, Herique C. (1985). *Breve Historia de los Bautistas hasta 1900*. El Paso-TX: Bautista de Publicaciones, 266 p.